Clarisse Martins Villela

Hospícios da Terra Santa no Brasil

Tese apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Doutor em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: História e Fundamentos da
Arquitetura e do Urbanismo

Orientador: Prof. Doutor Benedito Lima de Toledo

São Paulo, 2015

RESUMO

Neste trabalho são estudados os hospícios da Terra Santa que vêm a ser hospedarias para religiosos franciscanos que percorriam vilas e cidades arrecadando esmolas para a conservação dos Lugares Santos da Palestina.

Partindo da etimologia da palavra hospício, percorreu-se sua variação semântica ao longo do tempo. Compreendida a pertinência dos hospícios à estrutura física monástica, foram consultados dicionários dos séculos XVIII e XIX para um melhor entendimento do objeto de estudo no seu tempo. A partir deste ponto, toma-se como objetivo geral o estudo das casas da ordem franciscana.

São abordados aspectos como a organização da custódia para coletar as esmolas necessárias à missão dos frades menores na Terra Santa e ao empreendimento de obras sociais naquele território. Esse trabalho benéfico inclui o acolhimento aos peregrinos católicos em hospícios, cuja arquitetura aqui se desvela.

Voltando-se para o ocidente, é estudado o hospício lisboeta, em particular seu projeto, os arquitetos e mestres que nele trabalharam e as modificações e reconstruções por que passou. A distribuição dos esmoleres em Portugal continental, ilhas e conquistas, abrangendo quatro continentes, demandou a construção de hospícios e de celas em conventos franciscanos. Nessa produção arquitetônica se detém com minúcia. Tendo em vista o objetivo específico da tese, são estudados os hospícios da Terra Santa no Brasil, com ênfase ao hospício de Ouro Preto.

São analisadas as circunstâncias de instalação dos hospícios no Brasil colônia, e o que ocorreu com essas casas após a independência. São estudados, desde sua implantação até os registros mais recentes encontrados, os hospícios que existiram nas seguintes localidades: Salvador, Ouro Preto, Recife, Rio de Janeiro, Sabará, São João del-Rei, Diamantina, Pirenópolis e Cidade de Goiás.

Identificou-se um programa de necessidades comum entre os hospícios destinados aos esmoleres. Para isto, foram utilizadas informações trazidas por livros referentes à arquitetura franciscana, por algumas publicações específicas sobre hospícios franciscanos, como também, por fontes primárias. Além dessas descrições textuais, as análises se basearam em desenhos e no único exemplar remanescente no Brasil, que permitiu o estudo *in-loco*.

O *status quo* de conhecimentos sobre os hospícios na aceção de casas religiosas alcança um patamar bastante elevado com os resultados aqui apresentados.

Palavras-chave: Conventos; Edifícios Religiosos; Franciscanos.

ABSTRACT

Herein are presented the results of a study of the hospices of the Holy Land which offered lodging for the franciscan priests who traveled through villages and cities collecting donations for the conservation of the Palestine's sacred possessions.

For a start, the etymology of the word *hospice* has varied its semantics along the years. Herein, it is defined as a monastic physical structure that lodged pilgrims during their travels. To arrive at this definition, dictionaries from the eighteenth and nineteenth centuries were consulted to better understand the object under study in its context. This led to the overall objective of this study which is the study of the franciscan hospices.

Aspects, such as organizing the collection of donations that was necessary for the mission of the priests in the Holy Land and the realization of social works in the territory, are approached. These works of charity included the lodging of catholic pilgrims in the hospices, whose architecture is herein described.

Regarding the hospices in the East, the study of the Lisbon hospice is presented, which includes its project, architects and supervisors who have worked therein, and the modifications and reconstructions that occurred. The distribution of the donations in the Portuguese homeland, islands and colonies involved four continents which required the construction of hospices, as well as lodgings in Franciscan convents. This architectural production came to a halt with minutia. As such, the specific objective of this thesis is the study of the hospices of the Holy Land here in Brazil, with emphasis on an hospice in Ouro Preto, Minas Gerais.

Herein are analyzed the circumstances that generated the installation of hospices in colonial Brazil, as well as what occurred with these buildings after Brazil's independence. These are studies of their implantation through the most recent registers found for the hospices that existed in the following localities: Salvador, Ouro Preto, Recife, Rio de Janeiro, Sabará, São João del Rei, Diamantina, Pirenópolis and Cidade de Goiás.

Identified was a program of a common need among the hospices destined to receive the donations. To achieve this, the information presented in books referring to Franciscan architecture, specific publications dealing with franciscan hospices and primary sources were used. Besides these textual descriptions, the analysis was also based on drawings and inspection of the only remaining example in Brazil, which permitted a study *in-loco*

The *status quo* of the knowledge about the hospices for the purpose of lodging the clergy attains a relatively high level with the results herein presented.

Keywords: Convents; Franciscans; Religious buidings

ÍNDICE

1. Introdução	07
Estrutura da tese	14
2. O conceito de hospício	17
Os Hospícios da Terra Santa.....	31
3. Os Comissariados da Terra Santa.....	42
A rede de esmoleres.....	82
O Hospício e o Comissariado da Terra Santa de Portugal	90
4. Os Hospícios da Terra Santa no Brasil.....	110
O Hospício da Terra Santa da Cidade da Bahia (atual Salvador).....	115
O Hospício da Terra Santa da Villa do Recife (atual Recife)	117
O Hospício da Terra Santa do Rio de Janeiro	121
O hospício da Terra Santa de Villa Rica (Ouro Preto)	126
O hospício da Terra Santa de Villa Real (Sabará).....	134
O hospício da Terra Santa de São João del-Rei	138
O hospício da Terra Santa do arraial do Tejuco (Diamantina).....	139
O hospício da Terra Santa de Meia Ponte (Pirenópolis).....	141
Representações do comissariado da Terra Santa em outras localidades ..	145
5. Arquitetura dos hospícios da Terra Santa.....	155
6. Hospício da Terra Santa de Ouro Preto segundo alguns autores:	
análise e discussão.....	195
7. Considerações finais.....	199
8. Referências	203

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 – A velha cidade de Jerusalém com a repartição dos seus bairros.
- FIGURA 2 – Placa indicativa de uma capela e hospício em Istambul
- FIGURA 3 – Capa do Álbum Missionis Terræ Sanctæ.
- FIGURA 4 – Casa de hospedagem para missionários franciscanos em Mugiuk-Derési
- FIGURA 5 – Hospício de São Cléofas Mártir em Emmaus
- FIGURA 6 – Hospício de São Boaventura Cardial
- FIGURA 7 – Comissariado da Terra Santa. de Malta
- FIGURA 8 – Rotas de algumas viagens, feitas pelos franciscanos, para condução das esmolos à Terra Santa e as rotas feitas pelos Cruzados
- FIGURA 9 – Símbolos criados pelo comissariado para as missões no ultramar
- FIGURA 10 – Brasão de D. João de Coimbra
- FIGURA 11 – Bacia para a cerimônia do lava-pés representada na imagem “Voyages de Mr de Thevenot au Levant”
- FIGURA 12 – Bacia para a cerimônia do lava-pés ofertada pelo príncipe Pedro de Portugal
- FIGURA 13 – Hospícios fundados no Brasil
- FIGURA 14 – Localização do hospício da Terra Santa de Lisboa
- FIGURA 16 – Planta de Recife, com identificação do “Quartel do Hospício”
- FIGURA 17 – Localização do hospício da Terra Santa de Recife
- FIGURA 18 – O hospício da Terra Santa do Rio de Janeiro
- FIGURA 19 – Local do hospício da Terra Santa do Rio de Janeiro no mapa atual
- FIGURA 20 – Trajetória do local onde existiu o hospício da Terra Santa do Rio de Janeiro
- FIGURA 21 – O hospício da Terra Santa de Ouro Preto na “Planta da cidade de Ouro Preto”, 1888
- FIGURA 22 – O hospício da Terra Santa de Ouro Preto no mapa atual
- FIGURA 23 – “Planta de Villa Rica de N. S. do Pilar” com a localização da Capela da Piedade
- FIGURA 24 – Documento que cita o Irmão Lourenço, fundador do eremitério do Caraça
- FIGURA 25 – O hospício da Terra Santa de Sabará no mapa atual
- FIGURA 26 – Provável localização do hospício da Terra Santa de S. João del-Rei
- FIGURA 27 – Provável localização do hospício da Terra Santa de Diamantina
- FIGURA 28 – O hospício da Terra Santa da Cidade de Goiás

FIGURA 29 – Localização do hospício da Terra Santa da Cidade de Goiás no mapa atual

FIGURA 30 – Localização do hospício dos capuchinhos italianos em Lisboa

FIGURA 31 – Localização do hospício dos capuchinhos franceses em Lisboa

FIGURA 32 – Plantas do hospício da Terra Santa do Rio de Janeiro.

FIGURA 33 – Projeto de José Fernandes de Pinto Alpoim para o hospício dos barbadinhos italianos.

FIGURA 34 – Planta do nível térreo do Hospício da Terra Santa de Ouro Preto

FIGURA 35 – Azilo Santo Antônio sediado no hospício de Ouro Preto. FONTE: acervo da autora.

FIGURA 36 – O hospício de Ouro Preto na pintura de Émile Rouède (1894)

FIGURA 37 – O hospício de Ouro Preto na foto de Luiz Fontana (1897-1968)

FIGURA 38 – O hospício de Ouro Preto na foto de Marc Ferrez

FIGURA 39 – O hospício de Ouro Preto na foto de ROITER (1975)

FIGURA 40 – Forro da Sala Capitular do Hospício da Terra Santa de Ouro Preto

FIGURA 41 – Gravuras semelhantes à pintura do forro da Sala Capitular do Hospício

FIGURA 42 – Desenho de Jorge Maltieira. do chafariz do hospício da Terra Santa de Ouro Preto

FIGURA 43 – Louças empregadas como ornamentação em lavatórios do C.to S. Antônio RJ

FIGURA 44 – Registro da participação de Frei J. Santa Rosa Viterbo nas obras do Cto de Lisboa

FIGURA 45 – Planta do nível térreo do hospício da Terra Santa de Sabará

FIGURA 46 – Foto e detalhe da chaminé do hospício da Terra Santa de Sabará

FIGURA 47 – Fachada frontal do hospício de Sabará, com alpendre

FIGURA 48 – Fachada frontal após restauração (alpendre retirado)

FIGURA 49 – Fachada posterior do hospício de Sabará

FIGURA 50 – Portão de acesso ao hospício de Sabará

FIGURA 51 – Chafariz do hospício de Sabará com resquícios de embrechados

FIGURA 52 – Chafariz do hospício de Sabará feição atual.

FIGURA 53 – Forro Sala/Capela do hospício de Sabará

FIGURA 54 – Forro Sala/Capela do hospício de Sabará

FIGURA 55 – Localização do hospício da Terra Santa de Lisboa

FIGURA 56 – Plantas dos dois pavimentos do Governo Civil de Lisboa

1. INTRODUÇÃO

A motivação deste trabalho vem de uma casa franciscana localizada em Ouro Preto, cuja presença, cada vez mais nítida na paisagem, suscita especulações e cuidados. Procurar explicá-la é colocar-se frente às lacunas que permeiam a pesquisa histórica no campo da arquitetura religiosa. Os estudos tipológicos raramente incluem os hospícios. Às vezes aparecem recobertos pela expressão *pequenos conventos* e, entre os exemplares remanescentes, poucos guardam a nomenclatura de origem. Na acepção de casa religiosa, mais complexo é o seu estudo, devido à variação semântica pela qual passou o termo ‘hospício’ ao longo dos séculos e de uma região para outra. Contribui para a sua opacidade o forte estigma deixado pelas casas manicomiais. O tipo arquitetônico, foco desta pesquisa, é assim definido por Muguras Constantinescu:

O termo “hospício” (do latim clássico *hospitium*, ‘hospitalidade’ e concretamente ‘pousada hospitaleira’) é derivado de *hospes* (“hóspede”), estando portanto no centro mesmo do campo semântico da noção de ‘hospitalidade’. *Hospitium* assumiu, em latim medieval, entre outros, o valor de “lugar de um mosteiro onde se recebe hóspedes”. ‘Hospício’ significa, primeiramente, em geral e abstratamente ‘refúgio’ em ‘*prendre* [tomar] *hospice*’, ‘*donner* [dar] *hospice*’, assim como ‘lugar de asilo’ e, na segunda metade do século XVII, ‘hospício’ começa a se aplicar a uma casa, num convento, que recebe os estrangeiros da ordem, em seguida os peregrinos, os viajantes leigos [...]. (Constantinescu, 2011, pp. 493-494)

Entretanto, os hospícios nem sempre integravam o conjunto monástico; eles podiam estar localizados em territórios muito distantes do mosteiro ou convento a que eram filiados.

No projeto de pesquisa, as publicações de José Ferreira Carrato foram de graus de convite para os estudos posteriores, alçados por meio das obras dos cronistas franciscanos: frei Apolinário da Conceição, frei Basílio Röwer e frei Francisco Leite de Faria. Em *Pequenos na terra, grandes no céu*, frei Apolinário da Conceição (1732-1754, p. 4) apresenta o levantamento global das casas franciscanas existentes em 1735, e conclui: “Somão todos os Hospícios: quatrocentos e quarenta” (em todas as nações). Esse número era impensável na partida, mesmo se consideradas as demais ordens religiosas, várias delas elencadas no documento *Contas correntes dos objectos preciosos de ouro, prata e joias que pertenceram aos conventos suprimidos do continente do reino* (Portugal), com seus respectivos hospícios (Contas, 1842). Esta foi uma das primeiras fontes acessadas para a contextualização da pesquisa; dentre as 476 casas relacionadas, 49 são hospícios de diversas ordens.

Nesta tese são focados os *Hospícios da Pontifícia Obra Pia da Terra Santa*, entidade destinada a “recuperar, edificar, conservar e guardar, pelo trabalho dos seus religiosos, os Lugares Santos da Palestina, em benefício dos católicos de todas as nações, com o auxílio das esmolas dos fiéis.” (Relatório, 1971, p. 3). Essa missão, confiada à ordem dos frades menores (ou, apenas, franciscanos),

teve origem em 1342¹ e, no primeiro quartel do século XV, o custódio da Terra Santa foi autorizado a instituir representantes para arrecadar esmolas em todas as nações. Na segunda metade do século XVI, a custódia² passou a construir casas para habitação dos franciscanos que recolhiam esmolas em diversas localidades.

Com esse enfoque, acentuou-se o ineditismo. Frei José Montalverne Lencastre³, em seu artigo *Presença da cultura Luso-brasileira na Terra Santa hoje estado de Israel* (Montalverne, 1969), menciona cerca de 800 documentos do “cartório do chamado Hospício e Comissariado da Terra Santa em Portugal” (Montalverne, 1969, p. 371) sobre os quais não havia estudo publicado na época e deixa registrada sua expectativa: “Decerto não faltará quem, no próximo futuro, se dedique ao estudo e publicação desses documentos sobre as nossas relações com a Terra Santa.” (Montalverne, 1969, p. 372).

A documentação a que se refere frei Montalverne foi consultada e constitui, de fato, um *corpus* riquíssimo, imprescindível para a história dos hospícios da Terra

¹ Observa-se que a presença dos frades menores (franciscanos) na Terra Santa se mantém praticamente ininterrupta desde o século XIII, sendo considerado o período de fundação da Custódia da Terra Santa os anos de 1217 a 1342 (Teixeira-OFM, s.d.a.).

² Custódia: conjunto de conventos cujo superior se chama custódio (Conceição, 1730. pp. 74-75).

³ José Maria Henriques Pereira de Faria Saldanha e Lencastre, frei José Montalverne, Conde de Cuba (no século), nasceu em São José da Anunciada de Lisboa a 5.3.1905, filho dos Condes das Alcáçovas, D. Caetano Henriques Pereira de Faria Saldanha e Lencastre e de D. Maria Teresa de Saldanha Oliveira e Sousa. Formado em Engenharia Química Industrial (antes de entrar na Ordem) e em Teologia Dogmática pelo Antoniano de Roma em 1939. Foi professor no Seminário da Luz (Lisboa), no Ateneu Antoniano (Roma), nas Universidades de Notre Dame e de São Boaventura, na América do Norte, até 1964, ano em que pôde concretizar o seu sonho de missionar na Custódia da Terra Santa. De 1964 a 1968 ainda prestou a sua colaboração científica e pedagógica no Seminário Teológico Internacional de Jerusalém. Daí em diante, prestou serviço paterno e pastoral em diversos santuários da Custódia da Terra Santa. Em Getsémani viveu de 1976 até à morte, que acidentalmente o veio colher quando fazia retiro em Ain Karem (arredores de Jerusalém). Era um poliglota, falando fluentemente latim, espanhol, francês, italiano, inglês, alemão, grego e até hebraico (cf. Missões Franciscanas, abr. 1988).

Santa. Sob a tutela do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), o “cartório” está guardado na categoria de *Fundo* intitulado *Hospício da Terra Santa*⁴ e o número de documentos chega à casa de oito mil. A riqueza de informações encontradas pode ser traduzida nas inúmeras citações que compõem o texto principal deste trabalho. A pesquisa desse fundo demandou considerável trabalho, posto que em sua própria ficha descritiva consta a seguinte nota: “Informação não tratada arquivisticamente” além, naturalmente, dos desafios da paleografia. Ainda, uma análise feita por funcionários do ANTT, em 17 de abril de 1978, acompanhada por Abílio Mendes do Amaral, resultou no seguinte parecer anexado ao maço de número 34: “documentos arquivados a trouxe-mouxe e desconhece-se a maneira como estão organizados.”⁵ O fundo é composto quase totalmente por manuscritos produzidos entre os séculos XVII e XIX, sendo 38 maços de papéis avulsos e 58 livros também manuscritos (na maioria, livros de esmolas e contas). O Arquivo Distrital de Santarém, onde se encontra um livro que pertenceu ao antigo comissariado, faz o seguinte apontamento relativo à obra:

Desconhecemos a história do Comissariado da Terra Santa e seu Hospício em Portugal, sabe-se no entanto que os Franciscanos se instalaram na Terra Santa desde o séc. XIII criando a Irmandade

⁴ Código de referência: PT/TT/HTS / Datas de produção: 1630-00-00 a 1832-00-00 / Dimensão e suporte: 58 liv., 38 mç.; papel. / Entidade detentora: Arquivo Nacional Torre do Tombo / História administrativa/biográfica/familiar: Também designado por Hospício da Terra Santa e por Hospício de Lisboa. / Âmbito e conteúdo: Contém registos de contas, provisões régias, patentes, breves, causas forenses, requerimentos, memórias, livros de esmolas e contas, de assento do pagamento das respectivas anuidades, de copiador de cartas, de várias lembranças, de registro dos religiosos e síndicos, de inventário dos esmoleres e o livro do inventário do Hospício da Terra Santa, livro das posses dos comissários e ajuste de contas, dos dízimos da chancelaria dos coutos e cidades, dos irmãos, das pescarias vendidas em Sesimbra.

⁵ PT/TT/HTS mc34.

da Terra Santa, tendo-lhes sido confiada a guarda dos Lugares Santos. [...] Deduz-se que a cobrança das esmolas se efectuariam por "voltas", circuitos geográficos e que assim devem estar organizados os livros.⁶

É memorável a avaliação do Prof. Doutor Rafael Moreira, sobre a pesquisa nos arquivos portugueses, ao declarar que o trabalho estava sendo realizado “com grande proveito e até muitas novidades para ambos os países”, recomendando *vivamente* a sua prorrogação.

A obra de frei João Baptista de Santo António, *Paraíso Seráfico Plantado nos santos lugares da redenção* compulsada, para este trabalho, na Biblioteca Nacional de Portugal, é preciosa para o conhecimento dos primórdios do comissariado em Portugal e das relações entre o reino e a Terra Santa até 1741, ano de sua publicação. Sem o legado de sua crônica, muito mais árdua teria sido a tarefa de se engendrar o tema proposto.

Considerando-se a objetividade na abordagem do assunto, o único artigo científico por ora encontrado intitula-se *Naturaleza y fines de los hospicios* (Martinez, 1986) desenvolvido de forma exemplar em três páginas. Nesse texto, Alfonso Martinez associa os empreendimentos de evangelização cristã nas ilhas Filipinas à demanda pela instalação de hospícios no México – “el ciento del camino, entre el Oceano Atlántico y el Pacífico” (Martinez, 1986, p. 1) – para abrigar religiosos, vindos da Espanha, destinados às conquistas. Não se tratam,

⁶ DGLAB. Arquivo Distrital de Santarém. Cota: Fundo MON/HTS Hospício da Terra Santa 1822-05-04/1833. 1 liv. (150x215x040mm), papel, encadernação dura forrada a pele, gravada a ouro na lombada. Registo do pagamento das anuidades dos irmãos residentes nas freguesias dos concelhos de Cartaxo e Almeirim. Disponível em: <<http://digitarq.adstr.arquivos.pt/details?id=1006481>>.

portanto, de hospícios da Terra Santa, mas entre os séculos XVI e XVII em hospícios do México se hospedaram missionários franciscanos descalços, jesuítas, dominicanos e agostinianos. A transcrição que se faz a seguir é longa, mas (acredita-se) merecida.

En esa trayectoria México fue una etapa capital y los hospicios establecidos aquí servían entre otras cosas: 1) Para que los misioneros no se dispersaran en casas y conventos, causando molestias a las órdenes y cargándolas con gastos, ni alterando sus vidas de comunidad [...]. 2) Para que los misioneros descansaran de su largo y penoso viaje trasatlántico, si llegaban vivos; que en vida comunitaria avivaran su “espíritu de misión”; que adquirieran conocimientos sobre las tierras a las que iban, en tanto que en los hospicios moraban religiosos que habían estado en ellas; que se prepararan para outro viaje más largo y más penoso; y que si se arrepentían pudieran volver a España, pero no se quedaran en México. (Martinez, 1986, p. 2)

É bastante elucidativa a exposição feita por Alfonso Martinez. Após esse trecho, explica que o “misionero estaba expuesto a desorientarse o perderse” (Martinez, 1986, p. 3) e que, encantados pela Nova Espanha, poderiam abandonar a ordem. Acrescenta outro ponto interessante: “Los cuidados no eram de balde, pues el comisario de una orden llegó al exceso de ‘robarse’ a un misionero de otra familia religiosa, con el fin de acrecentar el número de misioneros de su ‘barcada’” (Martinez, 1986, p. 3).

Outro estudo que tangencia o objeto/tema aqui trabalhado é a tese *Os conventos franciscanos da real província da conceição – análise histórica, tipológica, artística e iconográfica* de autoria de Ana Paula Valente Figueiredo. Nela, a autora

abraçou o desafio de analisar conventos da ordem de São Francisco situados no norte de Portugal segundo as semelhanças, guardadas entre si, nos programas arquitetônicos e decorativos. Vários hospícios são mencionados, porém, como participantes da dinâmica de estruturação e desenvolvimento da província, conforme ressalva:

As informações relativas às casas construídas no século XVIII, já no âmbito da Província da Conceição, é bastante escassa, quer pela inexistência de documentação, perdida ou na posse de particulares, quer pelo fato das casas terem começado como simples hospícios, não exigindo nem envolvendo os meios que encontrámos em outras comunidades. (Figueiredo, 2008, p. 71)

É de interesse também o caso do Convento de Santo Antônio da Cidade, no Porto, construído a partir da década de 1780. Conforme observa Ana Paula V. Figueiredo, o prédio “seguiu o esquema dos grandes edifícios conventuais e monacais existentes na cidade, como se pode aferir da análise do claustro, o único vestígio que chegou até aos nossos dias [...]” (Figueiredo, 2008, p. 10). A casa foi considerada hospício até 1790, quando passou a convento e casa capitular onde, atualmente, a placa de identificação do prédio histórico registra: “Hospício franciscano de Santo António da Cidade (1780-1789) foi depois transformado em convento.” Aí está uma estratégia comum na época: as ordens, em face a algum tipo de empecilho relativo a seus novos estabelecimentos, implantavam, primeiramente, um hospício e, *a posteriori*, o elevavam a convento. “Os hospícios não exigiam a existência de um padroeiro, podendo ser criados pelas comunidades locais, por esmolas várias ou pela ação de várias famílias

nobres [...]” (Figueiredo, 1986, p. 47), explica a autora a fluidez proporcionada por essa via.

Sob o título *A missionação franciscana no estado do Grão-Pará e Maranhão (1622-1750) agentes, estruturas e dinâmicas*, a tese de Maria Adelina Amorim (2011) se refere à “orgânica interna dos Franciscanos e o seu desenvolvimento no espaço em estudo, seus principais intervenientes, e o modo como se articularam para a prossecução dos seus objectivos.” (Amorim, 2011, p. 84). Dois hospícios, pertencentes a províncias portuguesas, foram destacados pela autora: o de S. José de Belém do Pará, da Província da Piedade, sobre o qual faz um brevíssimo relato e o de São Boaventura de Belém do Pará, da Província da Conceição, sobre o qual enfatiza os litígios relacionados à fundação de uma igreja que lhe seria contígua. Maria Adelina Amorim os aponta, enfim, como obras que “reclamam um estudo caracterizador” (Amorim, 2011, p. 58), apontando para a abertura de novas linhas de pesquisa.

ESTRUTURA DA TESE

O conceito de hospício

A questão que se coloca inicialmente é: por que hospício? Partindo da etimologia da palavra, percorreu-se sua variação semântica. Para isso, foi fundamental a abrangente obra *O livro da hospitalidade* (Montandon, 2011). Compreendida a pertinência dos hospícios à estrutura física monástica, foram consultados dicionários dos séculos XVIII e XIX para um melhor entendimento do objeto de estudo no seu tempo. Particulariza-se o estudo às casas da ordem franciscana e à missão dos frades menores junto à Terra Santa. A expansão do trabalho desses

missionários no Oriente Médio, visando à salvaguarda dos lugares relacionados à vida e à paixão de Cristo, como se estruturaram e por que implantaram hospícios são os assuntos subsequentes. Imprescindíveis para essa etapa foram as crônicas franciscanas e as páginas eletrônicas da Custódia da Terra Santa e seu comissariado.

Os comissariados da Terra Santa

Nesse ponto, trata-se de assuntos como a participação de reis e papas nessa particular obra dos franciscanos; a estrutura e a hierarquia estabelecidas pela custódia para a coleta das esmolas necessárias à conservação dos Lugares Santos na Palestina, ao empreendimento de obras sociais naquele território e ao acolhimento dos peregrinos católicos. Incluem-se as viagens (condutas) a Jerusalém para entrega do montante arrecadado e das preciosas oferendas enviadas pelos devotos; também, as relações entre Portugal, Espanha, França e Itália no âmbito da administração superior do comissariado. São abordadas a instalação do comissariado de Portugal, independente do espanhol, a construção do hospício lisboeta e sua trajetória até o ano de 1834. Trata-se, também, da distribuição dos esmoleres em Portugal continental, ilhas e conquistas, alcançando quatro continentes, as dificuldades pelos quais passaram e como se alojavam e remetiam os valores para a sede em Lisboa. A obra *Paraíso Seráfico* (Santo Antônio, 1741) e o *fundo Hospício da Terra Santa*, sob a guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Lisboa - Portugal, foram as principais fontes para a abordagem desses assuntos.

Os hospícios da Terra Santa no Brasil

Analisa-se, nesta etapa, as circunstâncias de instalação dos hospícios na então colônia e o que ocorreu com essas casas após a independência. São estudados, desde a sua implantação até os registros mais recentes encontrados, os hospícios que existiram nas seguintes localidades: Salvador, Ouro Preto, Recife, Rio de Janeiro, Sabará, São João del-Rei, Diamantina, Pirenópolis e Cidade de Goiás (Goiás Velho). Incluem-se informações sobre a presença desses religiosos em Itu, São Paulo.

Arquitetura dos Hospícios da Terra Santa

Neste capítulo identifica-se um programa de necessidades comum entre os hospícios destinados aos esmoleres. Para isso, foram utilizadas informações trazidas por livros referentes à arquitetura franciscana e a algumas publicações específicas sobre hospícios franciscanos, como, também, pelos documentos consultados. As análises baseiam-se nos dados contidos em descrições textuais, desenhos e no único exemplar remanescente no Brasil, que permitiu o estudo *in loco*.

O Hospício da Terra Santa de Ouro Preto segundo alguns autores: análise e discussão

A sede ouro-pretana foi objeto de estudos anteriores, direcionados, particularmente, aos elementos artísticos incorporados e à possibilidade de ter abrigado um liceu de artes e ofícios no século XVIII. Esses temas são aqui analisados a partir dos conhecimentos adquiridos.

2. O CONCEITO DE HOSPÍCIO

Um ato de hospitalidade só pode ser poético, afirma Jacques Derrida (*apud* Dufourmantelle, 2003, p. 4). Nos séculos XVII e XVIII, a hospitalidade era tida como uma das mais belas virtudes humanas e definida como “a caridade que consiste em receber e recolher alguém em casa.” (Grassi, 2011, p. 51). Diferentes circunstâncias, contextos, lugares e tempos ambientam anfitrião e convidado. Nas mais variadas habitações, de tendas a palácios, foram hóspedes monges e peregrinos; soberanos, fidalgos e mercadores; vagabundos, excluídos e imigrantes; militares e desbravadores; o imperador e seu séquito.

A nobreza do tema evoca algumas citações que permitem a imersão no sentido da acolhida ao viandante e no *gesto jungimus hospitio dextras, et tecta subimus* que vem a ser: damos a mão um ao outro ao entrar em casa, como pacto de hospitalidade (Torrinha, 1936, p. 355). “O código da hospitalidade é sagrado. Beber da mesma água e comer do mesmo sal cria um vínculo místico e a hospitalidade é uma comunhão que cria laços duradouros”, dizia Abdelwahab Bouhdiba (*apud* Belchior & Poyares, 1987, p. 13). Indissociável da caridade cristã, sobretudo na vida monástica, a regra beneditina manda receber o hóspede “como ao próprio Cristo em pessoa”⁷. Ainda, em Derrida, encontra-se: “Em alguns países, o estrangeiro acolhido é um deus por dia” (Dufourmantelle, 2003, p. 126).

⁷ “S. Bento: *a Hospitalidade e o acolhimento*. Antes de mais, constatemos pela pesquisa do texto da Regra, como S. Bento usa as palavras Hospitalidade e Acolhimento. Hospitalidade, só aparece duas vezes e no mesmo capítulo (RB,61,15,18); mas, em contrapartida, a palavra concreta - Hóspede – Hospes – surge 21 vezes: Na realidade, até aparece um capítulo especial sobre os hóspedes (De hospitibus recipiendis, RB, 53), que nunca faltam no mosteiro e devem ser

Diante da soleira, mediante a *Lei da hospitalidade*⁸, deparam-se *hospes* – aquele que recebe (hospedeiro) e *hospitem* (hóspede) (Grassi, 2011, p. 55). Dois universos prestes a serem compartilhados em “virtude da reciprocidade dos deveres de hospitalidade” (Torrinha, 1936, p. 355). A soleira da porta configura-se como elemento de separação/ligação entre o conforto do “sim” e a angústia do “não”; o dentro e o fora; a inserção e a exclusão; a hospitalidade e a hostilidade. Hospitalidade e hostilidade compartilham a mesma raiz etimológica: *hostis*, em latim, significa hóspede/convidado como, também, hostil⁹/estrangeiro/inimigo¹⁰. Entre termos aparentemente opostos, há em comum a existência do indivíduo estranho e a mudança de seu *status* devido à qualidade da aproximação estabelecida. “A hospitalidade é um rito que autoriza a transgressão do limite sem recurso à violência [...]. Fora dessa comunidade material começa a estraneidade, que é forçosamente hostil.” (Raffestin *apud* Grassi, 2011, p. 46).

Seguindo a etimologia dos termos correlatos, Benveniste (1983 *apud* Chamorro, s.d.) apresenta a composição de *hostis* e *pet* (este último referindo-se a “amo”) para formar *hospes* que, por sua vez, deu origem a *hospitium*: “amo do hóspede”. Desde sua origem na antiguidade greco-romana ao medievo, sob a denominação de *hospitium* encontram-se tanto o local de hospedagem e o hospedeiro (anfitrião), quanto o próprio conceito da hospitalidade, dada ou recebida.¹¹

recebidos “como Cristo em pessoa” (*tanquam Christus suscipantur*). E São Bento apela para as obras de misericórdia (“fui hóspede e visitaste-me”, RB, 53,4-Mt, 25, 35).” (Dias, 2004).

⁸ “[...] as condições, as normas, os direitos e os deveres que se impõem aos hospedeiros e hospedeiras, aos homens e às mulheres que oferecem e àqueles e àquelas que recebem a acolhida.” (Dufourmantelle, 2003, p. 69).

⁹ Dufourmantelle (2003, p. 6).

¹⁰ Dufourmantelle (2003, p. 126).

¹¹ *Hospitium*: 1) hospitalidade (dada ou recebida); 2) Relações de hospitalidade;

Segundo Marie-Claire Grassi, em francês “o verbo *hosteler* significa alojar, hospedar, habitar [...] *hostellerie* designa na Idade Média o edifício de uma abadia destinado a receber os peregrinos e os estrangeiros e dar a eles gratuitamente abrigo e comida; é sinônimo de *hospice*” (Grassi, 2011, pp. 537-538).

A partir do século VI, as partes que compunham os conjuntos monásticos foram assumindo funções especializadas, distinguindo-se, dentre elas, o *hospitale pauperum* para os pobres, o *hospitale peregrinorum* para enfermos e peregrinos e o *hospitale hospitum* para os hóspedes propriamente ditos (Montenegro, 2014). Paralelamente, no âmbito da igreja médio-oriental, o *xenodochium*¹² medieval era o conjunto dos setores, justapostos aos mosteiros, destinados ao atendimento de diferentes tipos de necessitados. A assistência oferecida visava fornecer a todos uma pausa para descansar, receber cuidados, alimentação e uma série de serviços genéricos, a fim de aliviar a dor¹³.

O termo *hospital* não estava relacionado exclusivamente aos tratamentos médicos (Carré, 2011, p. 576). Uma série de modalidades assistenciais foi sendo, gradual e implicitamente, atribuída às instituições sob diferentes denominações. É o que se exemplifica a seguir, tomando-se o caso da França para análise dos desdobramentos semânticos.

A ambiguidade de nomenclatura e de funções, variando entre social e médica, se estenderia desde o protocristianismo ao século X até que as casas de caridade,

¹² Em grego, *xenos* = hóspede e também estrangeiro + *dòcheion* = abrigo, recinto ZIMERMAN, David E. *Etimologia de Termos Psicanalíticos*.

¹³ *ENCYCLOPEDIE*. Disponível em: <<http://www.encyclopedia-universelle.com/abbaye-medecine-hospital1.html>>. Acesso em: 5 dez. 2014

ligadas ao clero ou geridas por fundações laicas, fossem convocadas a definirem o caráter do atendimento oferecido. No século XVI, novas mudanças: devido à participação mais efetiva do Estado francês, a assistência médica é centralizada em grandes instituições e a social, prestada por religiosos, passa por um controle estatal até ser incorporada pelos hospitais gerais (Bois, Puijalon & Trincaz, 2011, pp. 542-543). Pouco antes da Revolução Francesa, a população dos dementes foi considerada uma categoria médica com “direito a cuidados e, conforme o caso, à assistência pública e à acolhida em hospícios” (Dury, 2011, p. 559). Em seguida, por força da lei de 1838, o tratamento da loucura foi atribuído aos *asilos de alienados* (Guillaume, 2011, p. 587). Somente em 1851, conforme Jean-Pierre Bois, as denominações são oficialmente consagradas: “O hospital se torna o lugar onde são dispensados os cuidados médicos” enquanto “*hospício* designa essencialmente os estabelecimentos hospitalares que não recebem doentes, mas pobres” (Bois; Puijalon; Trincaz, 2011, pp. 542-545).

Esses critérios não se sustentariam por muito tempo, passando por novas mutações até que, no final do século XX, o termo hospício deixa de ter “curso oficial no campo da política social francesa.” (Bois, Puijalon & Trincaz, 2011, pp. 542-546). Outras nações tiveram igualmente desdobramentos vários, envolvendo os estabelecimentos assistenciais, em função da política, da religião, da cultura, da sociedade, etc., o que foge do âmbito deste trabalho.

Paralelamente às atribuições conferidas aos acolhimentos para assistência a enfermos e desamparados, havia uma categoria de hospícios que subsistiria por cerca de dezesseis séculos. Próprios para monges e peregrinos, ou “caminhantes

de Deus” (Grassi, 2011, p. 47), teriam como precursor o *xenodochium*, forma latinizada de *ksenodokheion*. Proveniente do grego clássico, *Ksenos* / *xenos* significa convidado / hóspede / estrangeiro e *dekhomai* / *dòcheion*, acolhida / refúgio; *ksenodokheion*, portanto, vem a ser abrigo para estrangeiros ou casa de hóspedes. O primeiro *xenodochium* foi construído na cidade de Constantino, por este imperador, para acolher peregrinos a caminho de Jerusalém (Montenegro, 2014). Contemporâneo ao de Constantinopla, fundou São Basílio (331-379), na cidade de Cesareia, um hospício destinado a abrigar viajantes (Godi, 2011, p. 605). A atenção da igreja, desde seus primórdios, em acolher doentes, indigentes, viajantes e peregrinos – todos estes hóspedes em sua essência – torna-se evidente no primeiro Concílio de Niceia (325 d.C.), quando se definiu:

The buildings for [the care of] pilgrims, the poor and the sick, which are usually called xenodochia and hospitia, will be distinct in each city. The bishop will choose, among the monks living in the desert, somebody who will be stranger, coming from a far-off country, and far away from his family, who will have good reference about himself and who will be notoriously honest, and he will be put to the head of the building; his duty will be to arrange the beds, the pallets and all that the sick and the poor need. If the goods of the Church will not be sufficient, in order that they will be enough for any expense, he will raise them at any time, through the deacons from the believers, and he will raise them from the Christians, according to what they can afford, and the men, brothers, pilgrims and the sick will be sustained thanks to these [goods], and if somebody responsible for them [the needy] will already exist, he [the bishop] will have to attend their needs: this way the sins will be greatly forgiven, the crimes will be expiated [...]. (Voltaggio, 2014)

Também, o Concílio de Cartago (397 d.C.) recomendou que os bispos mantivessem locais de acolhida aos peregrinos próximos às igrejas.

A difusão dos *xenodochia* deve-se principalmente aos mosteiros, onde a boa acolhida aos estrangeiros, viajantes e peregrinos é caridade fundamental. Enquanto para várias ordens, receber e cuidar são ações primordiais, para a ordem de São Bento (480-547), a hospitalidade toma uma dimensão divina, posto que o hóspede é reverenciado como o Cristo em pessoa. O Capítulo 53 da regra textual beneditina (OSB, 2014) – *Da recepção dos hóspedes* – inicia-se com a instrução de que todos os hóspedes que chegarem ao mosteiro sejam recebidos como o Cristo, pois “Ele próprio irá dizer: ‘Fui hóspede e me recebestes’. Se algum dia um homem vier a tua casa/ Deixa-o repousar/ Fazendo isso por ele/ Tu o fazes pelo teu Senhor/ E assim me ajudas a encontrar repouso.” (Léonard-Roques, 2011, p. 723).

Segundo a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, foi a Regra de São Bento adotada pela casa Santa Maria Latina, construída em Jerusalém por mercadores de Amalfi, no ano de 1048, para receber e cuidar dos peregrinos (Correia *et al.*, 1962, p. 398). Essa casa foi regida por Gerardo Tum, tendo ele próprio experimentado a sofrida viagem à Terra Santa. Os tópicos seguintes ditam os princípios da hospitalidade a serem observados pelos monges beneditinos:

^[2] E se dispense a todos a devida honra, principalmente aos irmãos na fé e aos peregrinos. ^[3] Logo que um hóspede for anunciado, corra-lhe ao encontro o superior ou os irmãos, com toda a solícitude da caridade; ^[4] primeiro, rezem em comum e assim se associem na paz. ^[5] Não seja oferecido esse ósculo da

paz sem que, antes, tenha havido a oração, por causa das ilusões diabólicas. ^[6] Nessa mesma saudação mostre-se toda a humildade. Em todos os hóspedes que chegam e que saem, adore-se, ^[7] com a cabeça inclinada ou com todo o corpo prostrado por terra, o Cristo que é recebido na pessoa deles. [...] ^[15] Mostre-se principalmente um cuidado solícito na recepção dos pobres e peregrinos, porque sobretudo na pessoa desses, Cristo é recebido; de resto o poder dos ricos, por si só, já exige que se lhes prestem honras. (OSB, 2014)

Cabe destacar, no tópico 15, a sentença: “de resto o poder dos ricos, por si só, já exige que se lhes prestem honras.” “Poder” e “exigir”, nesse contexto, contrariam o âmago da lei da hospitalidade adjetivada por Derrida como “absoluta, *incondicional* e hiperbólica” (Defourmantelle, 2003, p. 69). Ainda, nesse sentido, escreve Montandon: “a hospitalidade condicional é a negação da hospitalidade, negação de sua indivisibilidade, de sua fraternidade.” (Montandon, 2011, p. 35)

Surgidos (OFM, s.d.a.) no Oriente, os *xenodochia*, albergarias para viajantes, se estenderiam também pelo Ocidente, na Alta Idade Média, devido ao fluxo cada vez mais intenso à Terra Santa, Roma, Colônia, Roncamador, Cantuária, etc. O mesmo sucedendo-se na Península Ibérica para abrigar peregrinos de Santiago de Compostela, Roncevaux, Monserrate e Guadalupe. Afirma Viterbo (1798) que por toda a França, Alemanha e “Terras do Norte” não era fácil achar-se mosteiro de um ou outro sexo que não tivesse junto a si uma casa destinada a um fim de tanta misericórdia e compaixão. Nessa época, *xenodochium*, *hospitale* e *hospitium* mesclam funções e chegam a se confundir ao ponto de tornarem-se sinônimos (Pérol, 2011, p. 1.285).

No século IX estabelece-se uma distinção social que seria replicada nos locais de acolhimento disseminados pelas diversas rotas de peregrinação. O visitante é recebido de acordo com seu status: “os hóspedes a cavalo são alojados no *hospitum* e os que se apresentam à porta do mosteiro a pé são alojados no *hospitale pauperum*, administrado pelo *elemosynarius*.” A comunidade monástica de Cluny, fundamentada na Regra de São Bento, adota essa classificação de forma bastante nítida em seus mosteiros, contrariando beneditinos e cistercienses por considerarem um desrespeito aos preceitos originais da Regra (Pérol, 2011, p. 1.286).

No século XII, são criadas ordens de cavalaria que combinavam o caráter militar com o cuidado dos doentes e a proteção aos peregrinos. *Hospitia*¹⁴ dos Cavaleiros de Santiago pontuavam as grandes vias romanas que conduziam à França e à Espanha; entre essas paragens destacam-se *L’hospice de France* e o *Hospício Benasque* em Espanha. A Ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém ou Ordem do Hospital (atual Ordem de Malta), fundada em 1099 por Gerardo Tum, que a Jerusalém chegou como peregrino, visava, sobretudo, o cuidado com os que se dirigiam à Terra Santa (Correia *et al.*, 1962, p. 398). Observa-se que o termo *hospital* não significava que essas dependências fossem exclusivas para atendimento médico; elas estavam abertas a todos que necessitassem de amparo. Foi a Ordem Hospitalária a responsável pelo desenvolvimento de um hospício existente ao sul do Santo Sepulcro, próximo à igreja de São João Batista. Henri Gourinard (2013, p. 40) registra a representação

¹⁴ Hospitia: plural de hospitium na forma nominativa.

de uma vista de Jerusalém do início do século XVI mostrando um edifício quadrado com uma torre em seu centro denominado *hospicium peregrinorum*. É esse o contexto resgatado, em meados do século XVIII, pelo padre Prévost ao redigir e publicar o *Manual Léxico Portátil*¹⁵. Prévost define *hospício* segundo a função original dos estabelecimentos fundados pelos hospitalários¹⁶ “como *um lugar onde se alojam os estrangeiros*, mas lembra com justeza que a palavra *hospitalidade* tem a mesma origem que o termo *hospício*.” (Bois, Puijalon & Trincas, 2011, p. 543). Em seu elucidário, frei Santa Rosa de Viterbo (1744-1822) direciona para *Alcaçarias* os verbetes *hospedarias* e *hospícios*: “v. *Alcaçarias*” e traz alguns aspectos semânticos envolvendo o termo *estar*:

star - na baixa latinidade se disse Stare, Estare, e Starrum, [...] pela habitação, ou casa, em alguém estava, ou residia. Igualmente se tomava pelo hospício, ou hospedaria, em que os hóspedes, ou passageiros se albergavam, e recolhiam. (Viterbo, 1798, p. 222)

As definições apresentadas por Viterbo e Prévost demonstram o aspecto caritativo da hospedagem voltada toda sorte de necessitados. Anterior a ambos, o abade Raphael Bluteau assim define *hospício*: “convento pequeno de alguma família religiosa, em que se agasalham os hóspedes da mesma religião, quando passam por algum lugar, em que não têm convento em forma” (Bluteau, 1712-1728). É essa a categoria de hospício a ser focada neste trabalho: o hospício que acolhe confrades de passagem. As viagens de religiosos, conforme se mostrará

¹⁵ Redigido pelo padre Prévost e publicado em 1755 (*apud* Bois, Puijalon & Trincas, 2011, pp. 542-546).

¹⁶ Hospitalário: Cavaleiro da Ordem do Hospital ou de Malta. *Dicionário Priberam*. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/data>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

mais adiante, decorriam de motivações diversas inclusive a busca de tratamentos médicos, o que, supostamente, seria atribuição dos hospitais. Ressalte-se a expressão *convento pequeno*, adotada em diversos textos que tratam do pouso de religiosos, assim como *conventinho*, em substituição a *hospício*, para se evitar a ambiguidade de funções que lhes foram atribuídas ou o estigma deixado pelas malfadadas instituições de tratamento mental.

Uma definição, ainda mais pertinente e detalhada, trazida pelo Abade Bergier, no século XVIII, aponta para o cerne da pesquisa:

Casa destinada a abrigar e receber peregrinos e pobres. Os religiosos chamam hospício e hospedaria a casa que lhes servia de asilo nos povoados onde não tinham convento, dentro da qual só se permitia uma capela privada, sem sino nem porta para a rua e no qual não se podiam administrar os sacramentos. Os religiosos em transito não podiam morar muito tempo na casa-hospício, nem exercer nela atos comuns ou públicos, próprios de suas funções monásticas, sob pena de ser tratados se tal fizessem como se vivessem fora de clausura. *Hospício* chamam na Terra Santa aos conventos da ordem seráfica, e na Espanha são conhecidos com o nome de hospício as casas de misericórdia, onde se abrigam a muitos pobres, dando-lhes cuidados e sustento, e se lhes obriga a exercer suas profissões e ofícios, oferecendo-se neles ensino a muitas crianças pobres, que com o tempo chegam a ser membros úteis e de mérito ao Estado e à nação. (Bergier, 1846)

O *Diccionario de Teologia Del Abate Bergier* foi reeditado em meados do século XIX e expõe a diversidade de funções que, a essa altura, um hospício adquirira, abarcando, nas vizinhas terras espanholas, a reinserção social e a educação infantil. Acrescenta-se que, na Espanha, foi adotada também a denominação

casa-hospício para hospedarias de frades. Entretanto, a definição chega ao âmago deste trabalho ao trazer a particularidade de as casas pertencerem à ordem seráfica. Foram esses hospícios religiosos, nunca esquecidos pelos cronistas franciscanos e às vezes lembrados nos rodapés dos livros especializados, que revelaram centúrias de história dilatada pelos quatro pontos cardiais. [Figura 2 – p. 38]

Relativamente à caracterização física da construção, Souza descreve *hospício* da seguinte maneira:

Hospício significa às vezes a parte de algum mosteiro destinada para habitação dos hóspedes, ou estrangeiros. Às vezes **he huma** habitação separada do mosteiro que os religiosos edificam para receber estrangeiros da mesma ordem que aí tem precisão de assistir por algum tempo. Também se entende por hospício a casa que o mosteiro tem em algum lugar distante para nela se recolherem de passagem alguns religiosos que aí vão para negócios do convento. (Souza, 1827, p. 51)

O hospício, portanto, podia ser construção integrante do conjunto monástico, porém com certo grau de isolamento a fim de se evitar interferência do movimento dos hóspedes na rotina conventual, ou um edifício situado em território distante, porém integrado ao conjunto de mosteiros sob governo do religioso superior regional, então denominado Ministro Provincial.

O Padre Dizán Vázquez Loya (2004, p. 131), ao discorrer sobre as Missões Franciscanas em Chihuahua, México, define *hospício* como:

pequeno convento, sem título de tal, que servia para dar hospedagem aos frades que se encontravam em trânsito.

Geralmente estava em uma comunidade importante onde os frades, a trabalho nas missões, abasteciam-se dos insumos necessários e faziam representações às autoridades eclesiásticas ou civis. O frade, ou frades, que nele residiam, podiam atender à ordem terceira e colaborar nas paróquias. Com o tempo, os hospícios podiam transformar-se em conventos como os de Chihuahua e Parral.

OS HOSPÍCIOS DA TERRA SANTA

Retomando-se a definição dada por Bergier, hospícios adquirem, na Terra Santa, o sentido de “conventos da ordem seráfica”. Essa caracterização trazida pelo abade diz respeito à pertença dos frades franciscanos, que remonta ao século XIII. Entre 1219 e 1220, São Francisco teria encontrado o sultão egípcio Melek Al-Kamel e dele obtido um salvo-conduto para movimentar-se com seus frades em todos os territórios de seu domínio, o que incluía a Terra Santa. As expedições militares foram substituídas por esses religiosos pacíficos, desarmados, e, já no segundo quartel do século XIV, a presença constante do apostolado franciscano havia garantido aos frades menores o cuidado de quatro lugares sagrados: o Santo Sepulcro, o Cenáculo, o Vale de Josafat e a gruta do nascimento, em Belém. Aos poucos, outros lugares associados à vida de Cristo, de Maria, dos apóstolos e de João Batista foram confiados aos franciscanos e, em suas mãos, se mantêm até os dias atuais (Teixeira-OFM).

A fim de manter sua missão na Terra Santa, os frades menores (franciscanos) lograram o estabelecimento de instituições religiosas no Oriente Médio desde os primeiros anos de tutela. A proliferação de casas franciscanas significava um maior número de fiéis naqueles territórios e melhores condições para a peregrinação de fiéis católicos (Santo Antônio, 1741, p. 197) [Figura 4 – p. 39]. O conjunto de casas constituído por hospícios, conventos e oratórios formavam a Província da Terra Santa¹⁷, tida como a mais importante da Ordem (OFM, s.d.a.)

¹⁷ Província é o conjunto de conventos cujo superior chama-se Ministro Provincial, ou apenas Provincial. Para melhor governo acontece, às vezes, de constituir-se certo número de casas

seja pela vastidão do seu território, seja pela presença dos Lugares Santos, cuja “cabeça” era o convento do Monte Sião, centro de propulsão da atividade franciscana na Terra Santa. Essa província, com o tempo, obteve o nome de *Custódia da Terra Santa* (OFM, s.d.b.). [Figura 1 – p. 38]

religiosas em Custódia, cujo superior se chama Custódio e, em suas atribuições, depende geralmente do Provincial a cuja província a Custódia pertence. No caso contrário, chama-se Custódia independente. O comissário é “uma pessoa que se encarrega de certa missão outorgada por outrem [...], é o traço de união entre a Província e a Ordem.” (Trindade, 1951, p. 183). A província da Terra Santa era composta por Constantinopla e o seu império, pela Grécia e suas ilhas, pela Ásia Menor, Antioquia, Síria, Palestina, a ilha de Chipre, Egito e todo o resto do Oriente.

CUSTÓDIA DA TERRA SANTA

No ano de 1263, foi celebrado em Pisa o Capítulo Geral da Ordem de São Francisco de Assis, quando então se decidiu que essa Província da Terra Santa abrangeeria um grupo de Custódias¹⁸: a Custódia de Chipre, da Síria, do Líbano, da Palestina e da Terra Santa, esta última compreendendo os conventos de São João de Acre, Antioquia, Sidon, Tripoli, Jerusalém e Jaffa. Os Frades Menores da *Custodia Terræ Sanctæ* “formam uma fraternidade que, vivendo na Terra Santa, guarda (custodia), estuda e torna acolhedores os Lugares da origem da fé cristã” (OFM, s.d.b.).

Ora, reencontra-se aqui, pulsante, a virtude da hospitalidade:

Historicamente o primeiro e mais importante papel do Custódio foi o de receber os peregrinos ao Santo Sepulcro, oferecendo os seus espaços e a possibilidade de rezar dando hospitalidade também àqueles que não poderiam se permitir hospedagens custosas. Ao mesmo tempo, aos peregrinos é oferecida a possibilidade de encontrar frades prontos a recebê-los, escutá-los e assisti-los espiritualmente. [...] animar os Lugares Santos com a liturgia para os peregrinos e para as igrejas locais, acolher os peregrinos que chegam de todas as partes do mundo para rezar e ficar nos lugares e manter as estruturas de tais lugares no seu correto funcionamento. (OFM, s.d.c.)

Outras comunidades religiosas compartilham a guarda e o culto a certos santuários, como os Greco-ortodoxos, Armênios, Cóptas, Siríacos e Etíopes, numa convivência nem sempre harmoniosa e em território de muçulmanos e

¹⁸ Custódia: conjunto de conventos, com certa autonomia, aos quais faltam alguns requisitos para serem eretos em Província (Titton, 1972, p. 74).

hebreus, onde os cristãos representam apenas 2% da população (Nunes, s.d.). Por parte dos Armênios é de interesse que a partir do século XII começam a ter também suas hospedarias a caminho da Terra Santa, chamadas *hokedoun* – em armênio significa “casa da alma”. “Refere-se a uma etapa da estrada, um albergue ou um hotel, onde os peregrinos descansavam depois de uma viagem longa e difícil.” Aí encontravam também uma capela para suas orações (Tchamkerten, 2006, pp. 29-30). A partir do início do século XIX estão registradas peregrinações e generosas doações da família Gulbenkian à cidade de Jerusalém (Tchamkerten, 2006, p. 35). Calouste Gulbenkian recebeu da Santa Sé uma condecoração especial por ter sido seu principal benfeitor ao longo do século XX (Tchamkerten, 2006, p. 11).

A “Breve noticia do Incêndio”¹⁹ ocorrido na igreja do Santo Sepulcro, em 12 de outubro de 1808, descreve as dependências dos franciscanos localizadas na parte setentrional do templo. Relata-se a existência de uma galeria, sobre a qual havia seis celas, sendo uma para alojar peregrinos. No canto de outra cela, que servia de rouparia, havia uma porta que dava para o conventinho dos religiosos de São Francisco, que ficou ileso. Encerra-se o documento da seguinte forma: “tendo nós vinte, e quatro conv.^{tos} em toda a Terra S.^{ta} não foi preciso repartir os Religiosos do S.^{mo} Sepulcro pelos mais conv.^{tos} nem ainda pelo conv.^{to} de S. Salvador onde habita o R.^{mo} com huã numeroza Comunidade”.

¹⁹ PT/TT/HTS mc38 s.nº: “Breve noticia do Incendio acontecido em Jerusalém no Templo do S.^{mo} Sepulcro [...]”

Em sua viagem ao Oriente, o escritor francês François-René de Chateaubriand (1768-1848) experimentou a acolhida franciscana no hospício junto ao convento de São Salvador – Jerusalém (Custódia, 1981, p. 61). Em seu *Itinéraire de Paris à Jérusalem*, publicado em 1811, registra de forma comovente e calorosa a presença franciscana dentro dos Santos Lugares (Vauchez, 2013, p. 51).

No livro *La Custodia de Tierra Santa* (Custódia, 1981, p. 61) relata-se a existência de um desenho de 1609 do convento de Belém, cujo lado setentrional abriga uma série de habitações de peregrinos, com todos os serviços e com varandas abertas ao “sugestivo panorama”. Também em Jaffa, no século XVII, foi construída uma ala exclusiva para peregrinos anexa ao convento. Assim, entre os séculos XV e XVIII eram comuns os hospícios anexos aos conventos ou a destinação exclusiva de uma de suas alas internas para os peregrinos. Ambas as situações traziam inconvenientes. Os árabes acreditavam que os europeus em visita à Terra Santa eram pessoas abastadas e traziam consigo muito dinheiro. Era frequente, portanto, indivíduos mal intencionados rodearem o convento, atormentarem frades e hóspedes e cometerem furtos. Outro ponto delicado era o de se alojarem tanto homens, quanto mulheres. Assim, a combinação convento-hospício, tornou-se inviável ao ponto de, no século XIX, a Custódia entender por bem separar dos conventos as casas de hospedagem para os visitantes.

A construção de um edifício exclusivo para peregrinos, na cidade de Jerusalém, teve início em 1866 (Custódia, 1981, p. 63). Como veio em substituição à antiga hospedaria conventual, o novo prédio recebeu o nome de *Casa Nova*. Outras casas de hospedagem, localizadas em várias cidades da Terra Santa,

continuaram sendo chamadas de hospedarias de peregrinos até que, em 1910, a denominação *Casa Nova* (Custódia, 1981, p. 65) estendeu-se a todas e permanece até os dias atuais²⁰. Algumas dessas casas tornaram-se desnecessárias e foram transformadas em lugares de retiro e reuniões. Por outro lado, as principais – como a Casa Nova de Jerusalém, a de Nazaré, a do Monte Tabor, a de Tiberíades e as duas de Belém (Custódia, 1981, p. 65) – funcionam ativamente. Com estrutura e sistema de atendimento similar a um hotel de alta qualidade, a Casa Nova Oriental Palace (Belém) tem comunicação direta para a Igreja da Natividade. A casa nova de Jerusalém, que foi sempre a maior e principal, é assim descrita pela custódia:

Um dos edifícios mais fascinantes na Cidade Velha é a Casa Nova para alojamento dos peregrinos: um antigo palácio de pedra clara que é testemunha da grande história de hospitalidade oferecida pelos franciscanos da Terra Santa nos Lugares Santos desde há mais de oitocentos anos. É um alojamento confortável, a dois passos da Basílica do Santo Sepulcro e do coração dos bairros judeu e muçulmano de Jerusalém. (OFM, s.d.d.)

Em inventário de 1882, frei Guido de Cortona – *Custodio de toda La Tierra Santa* – relaciona 31 hospícios isolados e 2 integrados a conventos, perfazendo um total de 33 (Cortona, 1884)²¹. Dentre estes, serão descritos, a seguir, os hospícios de

²⁰ No período de 24 e 26 de maio de 2014 o papa Francisco realizou uma viagem à Terra Santa – uma “peregrinação de oração” – como ele próprio definiu. Entre importantes momentos houve, no dia 25, o almoço com um grupo de famílias palestinas na Casa Nova, a estrutura de hospitalidade dos franciscanos da Custódia da Terra Santa. Disponível em: <<http://www.holyland-pilgrimage.org/pt-pt>>. Acesso em: 5 dez. 2014.

²¹ “1) Hospício de San Nicodemo en Arimatea, 2) de San Pedro Apóstol en Joppe. (Jaffa); 3) de San Pedro Apóstol en Tiberiades; 4) de N. S. P. S. Francisco en Tolemaida; 5) Hospicio de San Antonio de Padua en Tyro; 6) de la Annunciación de María Santísima en Sidon; 7) de Señor San José en Beruti; 8) de los Santos Apóstoles Pedro y Pablo de Harissa (en el Monte Líbano); 9) de Señor San José de Trípoli en la ciudad (en las raices del Monte Líbano.); 10) de N. S. P. S.

Emmaus e de Aintab (atual Gaziantep), escolhidos pelo fato de estarem registrados no *Album Missionis Terrae Sanctae*. [Figura 3 – p. 38] Tais gravuras são preciosas, dada a dificuldade de se encontrar imagens que revelem as características físicas dos hospícios. [Figura 4 – p. 39]

Hospício de São Cléofas Mártir em Emmaus. [Figura 5 – p. 40]

Considera-se que esse seja o local da manifestação do Senhor Ressuscitado aos dois discípulos de Emaús, Cléofas e Simão. Apoiados nessa tradição, os franciscanos estabeleceram ali uma peregrinação anual às segundas-feiras após as celebrações da ressurreição. No ano de 1861, o lugar foi adquirido pela marquesa devota Paolina de Marquiones Nicolay que ali construiu um hospício para os peregrinos e o entregou aos Franciscanos da Custódia da Terra Santa. Cinco anos depois, a mesma senhora adquiriu um pátio vizinho onde sucessivas escavações descobriram restos da basílica dos cruzados com a *Casa de Cléofas* a noroeste, e mais algumas casas do vilarejo medieval. Tendo falecido Dona

Francisco de Tripoli (junto al mar.); 11) Hospicio de San Pablo Apóstol en Damasco; 12) de la Santa Cruz en Laodicea; 13) de Señor San José en Knaie; 14) de San Antonio de Padua en Maraasc; 15) de Santa Margarita de Cortona en Jenige - Kalé; 16) de los siete Dolores de María Santísima en Constantinopla; 17) de Santa Catarina Virgen y Mártir en Amatonte; 18) de la Santa Cruz en Nicosia; 19) dedicado á la Natividad de María Santísima em Ramleh; 20) de la Santísima Anunciata en Damanhur; 21) de la Inmaculada Concepción de María Santísima en Rafr-Zajat; 22) de N. S. P. S. Francisco en Damiata; 23) de San Luis Rey de Francia en Mansura; 24) de la Sagrada Familia en Rosseto; 25) de N. S. P. S. Francisco en el antiguo Cairo; 26) de María Santísima del Monte Carmelo en Bulaco (arrabal del gran Cairo); 27) de la Inmaculada Concepción de María Santísima en Suez; 28) de San Francisco de Sales en Ismaelia; 29) de Santa Eugenia Virgen y Mártir en el Puerto Said. [Havia ainda dois hospícios, integrados em conjuntos: um no Cairo (Memphis), outro no Monte Tabor (ou Monte de Transfiguração) na Galileia]: 30) Convento de María Santísima de la Asunción en el gran Cairo (Memphis); [...] se erigió en 1881 sobre un terreno regalado por el Virey de Egipto otra nueva y ámplia Iglesia dedicada á Sr. San José, á la cual se le ha agregado un nuevo Hospicio que en este año se ha edificado. Finalmente, outro localizado junto ao Santuário da Transfiguração no Monte Tabor: 31) Santuario de la Transfiguracion em el Monte Tabor; [...] Pero en el año de 1858 experimentando mejores tiempos, se empeñaron en quitar los escombros que habia en la antigua iglesia [...] se resolvieron mas bien á arrojar en ellas los escombros para la erección de la capilla, hospicio y hospital de pobres, com la esperanza de que alguna vez éste tan célebre Santuario pueda restituirse al culto Católico.” (Cortona, 1884, p. 17- 61).

Paolina, seus familiares, satisfazendo a sua vontade, doaram o patrimônio à custódia seráfica.

Hospício de São Boaventura Cardial, Doutor Seráfico em Aintab (atual Gaziantep); [Figura 6 – p. 41]

A cidade armena de Aintab, ex-Antioquia, foi escolhida pelos protestantes Anglo-americanos como o centro de sua missão. Assim, a Sagrada Congregação da Propaganda Fide, pelo decreto de 4 de junho de 1881, encomenda aos franciscanos da Terra Santa uma ação missionária naquela região. No mesmo ano, durante a festa da Imaculada Conceição, deram início à missão apostólica. Alugaram uma casa onde fundaram uma escola para meninos e outra para meninas, que logo demandaram edifícios maiores. Empenharem-se, desde então, em conseguir terreno suficiente para a edificação de um hospício, uma capela e as escolas, posto o grande êxito que a missão obtivera. Em 1884, após muitas dificuldades, as instalações necessárias foram concluídas.

Há um terceiro hospício descrito de maneira sumária pelo frei João de Jesus Christo (1831). No ano de 1817, viajando como peregrino, alojou-se no hospício de Jafa, cidade distante cerca de 400 km de Jerusalém e sede do porto de acesso à Terra Santa em que desembarcou desde a partida do porto de Lisboa. Segundo sua descrição, era uma casa pequena onde os peregrinos, além dos socorros espirituais e temporais, recebiam dos franciscanos instruções muito úteis para viajarem com maior segurança, uma vez que tudo seria novo para eles. Mas esse

“conventinho”²², apesar da sua pobreza, não deixa de ter seus encantos pela sua posição local, próxima ao mar.” (Christo, 1831, p. 39). Daí partiu para Jerusalém, onde se hospedou no convento de São Salvador e registrou: “O Prelado determinou lavar-nos os pés no dia seguinte, prática edificante, que faz lembrar dos costumes patriarcais e dos tempos em que a hospitalidade era um dever sagrado.” (Christo, 1831, p. 51). Além da forma como a hospitalidade era praticada e retribuída, frei João testemunha também como a acolhida, além de alimento para o corpo e o espírito, oferecia o necessário cuidado com a saúde.

Os religiosos de Jerusalém hospedam os peregrinos com religiosa caridade, sustentando-os, cuidando de sua limpeza corporal, e curando-os das suas enfermidades fora de todo o interesse, todavia como a sua subsistência é um emolumento da caridade dos fiéis, será muito do agrado de Deus que o peregrino lhes deixe (podendo) alguma esmola. (Christo, 1831, p. 4)

Pouco se fala sobre a relação da ordem segunda²³ com as missões na Terra Santa. Uma das pouquíssimas exceções está no catálogo da exposição *Trésor du Saint-Sépulcre*, na qual é mencionada a existência de um tratado franciscano do século XVII que “faz alusão à construção de um hospício feminino graças a uma rica senhora Florentina do século XV. Parece que no final do século XIV, as Clarissas, que viviam em Jerusalém, dedicaram-se a acomodar peregrinos” (Gourinard, 2013, p. 41).

²² Grifo nosso, destacando o termo “conventinho” em substituição a “hospício”, conforme exposto anteriormente.

²³ A Ordem Segunda, também fundada por São Francisco de Assis, é constituída por mulheres que “prometem cumprir os três votos religiosos, acrescidos de uma clausura mais rigorosa, e vivem em Mosteiros; São Francisco deu-lhes o nome de Senhoras Pobres e o povo chamou-as Clarissas, ou em Portugal também Claristas, porque a sua primeira superiora foi Santa Clara de Assis.” (Faria, 1979, p. 162).

FIGURA 1 – A velha cidade de Jerusalém com a repartição dos seus bairros. TCHAMKERTEN, A. A presença dos Gulbenkian em Jerusalém. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FIGURA 2 – Placa indicativa de uma capela e hospício em Istambul (foto de Bora Ulutas). Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/21549216>> acesso em 29/01/2015.

FIGURA 3 – Capa do Álbum Missionis Terræ Sanctæ. FONTE: GUALASSINI e BERTARELLI, 1893, capa. Disponível em: <<http://www.klinebooks.com/cgi-bin/kline/10014>> acesso em 29/01/2015.

Mugiuk-Derési ✠ The temporary house. — Our Missionaries went from Jenig-Kalê to give their spiritual aid to Mugiuk-Derési, a village placed at a certain distance. They were able to obtain there a room for lodging in, and another to be used as a chapel, but everything is still temporary only.

FIGURA 4 – Casa de hospedagem para missionários franciscanos em Mugiuk-Derési, próximo a Jenige – Kalé. Gravura do álbum Missionis Terræ Sanctæ (frente, verso e descrição); Acervo da autora.

Cubebe (Emmaus) ✠ Entrance to the Hospice and Convent. — Palestine hat once three Emmaus; that of Galilee at a short distance from Tiberiade; that of Judea, of the *open plain*, so called on account of its being near the plain of Saron; and the Emmaus of Judæa, called *ne-nutinous*, which is close to Bethlem and Jerusalem. It has been greatly discussed which of the two Emmaus of Judea, that of the plain at 100 stadii from Jerusalem, or that of the mountain at the distance of only 60 stadii be the Emmaus of the Gospel, that castle, where on the day of his Resurrection our Lord appeared to the two disciples, making Himself known to them at last, by blessing them and breaking bread for them.

The sacred interpreters have always considered the Emmaus of the Gospel to be that nearer Jerusalem; and one may now take it to be almost certain that it is situated at about 8 kilometres from Jerusalem at the place where Cubebe now stands; on a height which on one side looks on to a fertile plain, and on the other on to a rocky precipice. The very pious Marchioness Paulina Nicolay, who at her death was considered as a saint in the year 1856 bought the ground known to have been occupied by the ancient Convent and Sanctuary, and had everything renewed. She gave directions for new excavations, and having made some important discoveries, left it all to the Holy Guardianship.

FIGURA 5 – Hospício de São Cléofas Mártir em Emmaus. Gravura do álbum Missionis Terræ Sanctæ (frente, verso, descrição e ampliação da placa à entrada); Acervo da autora.

Ain-Tab (The ancient : Antiochia ad Taurum) ✠ Convent and Hospice of S. Bonaventura. — Ain-Tab is the head-quarter of the dependency of the pasha at Aleppo, and answers it seems, to the ancient Antiochia ad Taurum; which must be distinguished from the grand Antiochia, the city where St. Peter placed his Chair, and which stands at a day's journey from the sea. Ain-Tab is five or six days distance to the north of Aleppo, at an almost equal distance.

from the Tauro and the Euphrates. The Protestants chose this place as the centre of one of their disastrous missions. It was to prevent damages to the population mostly composed of Armeno-Greek Catholics; and that is why, a decree of the H. Congr. of Propaganda, on the 4th of June 1881, invited the S. Guardianship to establish there a mission of M. Franciscans. These very willingly undertook the charge, and founded the present mission; which flourished greatly. In 1884 after having overcome many difficulties, the present edifices were completed.

FIGURA 6 – Hospício de São Boaventura Cardial, Doutor Seráfico em Aintab - atual Gaziantep. Gravura do álbum Missionis Terræ Sanctæ (frente, verso e descrição); Acervo da autora.

3. OS COMISSARIADOS DA TERRA SANTA

Para manter vitalizada desde o século XIII a atividade dos religiosos franciscanos nos lugares sagrados na Palestina existem, como que filiais da Custódia, os Comissariados da Terra Santa. Os Comissariados surgiram devido à dificuldade por parte da Custódia de desenvolver as suas tarefas em uma situação política e religiosa tão complexa. Constatado o fato de que a vida dos frades, o trabalho assistencial e a conservação dos Lugares Santos²⁴ não seriam possíveis sem o trabalho dos Frades Menores, sobretudo mediante a falta de recursos financeiros, duas medidas foram tomadas. Em 1414, o Capítulo Geral de Lausana facultou ao Custódio enviar religiosos a todas as nações e, em 1421, a figura do Comissário foi oficialmente instituída pela bula “*His quae*”, do Papa Martino V a 24 de fevereiro de 1421 (OFM, s.d.g.).

Segundo frei Samuel Tetteroo, o governo da ordem de São Francisco instituiu, em 1621, a “Obra Pia das esmolos para os Logares Santos de Jerusalem e toda a Palestina” (Tetteroo, 1924, p. 79). Nesse mesmo ano, para garantir os recursos necessários à manutenção da Custódia da Terra Santa, determinou o Capítulo Geral da Ordem que quatro nações – quais sejam: Roma, Viena, Paris e Madrid –

²⁴ Por séculos, os franciscanos foram também os guias dos peregrinos em todos os aspectos da peregrinação: bíblico espiritual, logístico, burocrático, político, etc. (OFM, s.d.e.).

De meados do século XIV ao início do século XVI, os franciscanos empenharam-se em reconstruir os santuários da Terra Santa que com o tempo se encontravam em ruínas (OFM, s.d.f.).

“E como naquellas terras nada se dá, mas antes tudo comprão os pobres Religiosos a peso de dinheiro, inda gastão muito mais, do que se fosse em terra da Christandade. Sobretudo he muito considerável a despeza, que fazem com reparo dos Templos, Casas, Conventos, e Hospícios, [...] em mais de duzentos mil cruzados [...] acresce também o muito que fazem em criar nos Conventos e Hospícios aos filhos dos Christãos pobres, sustentando junto aos pays em suas casas; e o que mais he, sustentando também aos meninos Turcos, que he nação pobríssima nacida a sua pobreza, do seu grande ócio, e preguiça, que nem aprendem officios, nem cultivão terras. Desta sorte vivem os Religiosos, hospedando aos peregrinos, assim na saude, como nas suas enfermidades, que por serem de ordinário, cada anno, mais de dois mil, e chegarem commumente molestos àquellas terras [...]” (Sanctas, 1739, p. 60-61).

tivessem, cada qual, um comissário-geral da Terra Santa²⁵. Determinou, também, que cada província franciscana tivesse um vice-comissário “que ficava encarregado de angariar esmolas para a Terra Santa e de remetê-las ao Comissariado da Nação, a qual pertencia” (Tetteroo, 1924, p. 79). O comissário-geral de Roma era o mais importante, pois tratava os negócios junto da Santa Sé e, além disso, por ordem da Sagrada Congregação da Propaganda, segundo decreto de 6 de fevereiro de 1637, exercia vigilância sobre os outros (Relatório, 1971, p. 4).

Em 28 de outubro de 1640, o ministro-geral da Ordem, frei Benjamin de Genova, decretou que todas as Províncias²⁶ da Ordem tivessem um frade Comissário da Terra Santa. Em pouco tempo os Comissariados foram criados em várias partes da Europa. Frei José Montalverne estima que a criação do Comissariado de Portugal seja posterior ao tempo de D. João III (Montalverne, 1969, p. 370). Sem indicação de fontes, um apontamento para o ano de sua fundação é feito por frei Samuel Tetteroo: “Assim tinha o Reino de Portugal, com seus Estados e conquistas, já desde 1691 seu próprio Commissario Geral” (Tetteroo, 1924, p. 80).

Particularmente na Itália, localizavam-se em centros marítimos, como Genova, Livorno, Cagliari, Nápoles²⁷, Palermo, Veneza e Malta. Pequenos hospícios foram criados nesses lugares a fim de acolher missionários que paravam por um período de estadia antes de embarcarem para a Terra Santa e também ao

²⁵ “Entre ellos se titulan *generales* los de Roma, Madrid, Paris e Viena; pero este titulo que se les aplica, mas bien por tolerancia, que por institucion, no significa que tengan jurisdicion, ni consideracion de prelados [...]” (Arrazola, 1853, p. 495).

²⁶ “No Capítulo Geral de 1217, o mundo inteiro foi dividido em ‘Províncias’ franciscanas e os frades emigraram, desde Assis, até os quatro pontos cardiais.” (Custódia, 1981, p. 8).

²⁷ “The most ancient is that of Naples, founded in 1333” (cf. New Advent, s.d.).

regressarem (Aquilina, 1999). Consta no fundo PT/TT/HTS uma “atestação”, de 1733, do Comissário Geral de Marselha / França, na qual menciona a existência de uma [ala ?] [cela ?] para os condutores no convento daquela cidade.²⁸

Em terras italianas, o Comissariado da Terra Santa de Malta foi o mais importante, depois de Veneza e Palermo. Suas atividades estendiam-se a vários países do Oriente e àqueles do litoral norte da África, como Líbia, Argélia, Marrocos e Tunísia. Missionários costumavam parar em Malta e sua permanência podia ser dilatada devido a alguma epidemia, durante o inverno, ou se tivessem de esperar a chegada de outra embarcação que os levaria a seu destino. Por essa razão, as instalações em Malta tiveram de ser ampliadas, em 1721, a fim de se ter mais espaço para os hóspedes. O Comissariado de Malta serviu também como intermediário para libertar missionários capturados por marinheiros muçulmanos. Escravos turcos, mantidos em Malta, eram trocados pela liberdade de religiosos. Os frades malteses trabalharam, com afinco, em outra esfera: a educação. Muitos deles conheciam as línguas orientais, em sua maioria árabe, o que foi de grande ajuda para a própria Custódia e para o ensino da língua árabe na Europa.

As coletas para a Terra Santa eram feitas em todas as paróquias de Malta e Gozo, onde o frade costumava ir de paróquia em paróquia aos domingos. Esse sistema sobreviveu até poucos anos atrás, quando a administração da Diocese de Malta introduziu a coleta simultânea em todas as paróquias em um determinado domingo do ano. A Ordem de São João sempre ajudou o comissariado com muita

²⁸ PT/TT/HTS, Liv40, seção: *Vários papeis*.

generosidade além de instituir, por decreto do conselho-geral da Ordem, *Varie provizioni si danno pure dall'infermeria a' poveri mendicanti e missionari che vanno in Gerusalemme, et a' pellegrini* (Aquilina, 1999).

O Comissariado maltês, localizado no hospício ao lado do convento de Santa Maria de Jesus em Valletta, já existia em 1636, quatro anos antes do decreto do ministro-geral Padre Benjamin de Génova. Desde cedo frades franciscanos empenhados na manutenção da Missão da Terra Santa visitaram Malta com frequência. O Papa Eugénio IV, com seu breve *Dum universalis* de 13 de janeiro de 1445 e *Cum per alias* de 1º de fevereiro do mesmo ano, escolheu dois franciscanos da Sicília para pregar e recolher dinheiro para as necessidades da Terra Santa. Em 1482, os franciscanos pediram um convento em Malta, tendo o Papa Sisto IV, também franciscano, concedido essa permissão por meio da bula *Pia Fidelium* de 6 de novembro do mesmo ano. A construção da casa teve de esperar a aquisição de recursos financeiros suficientes e, por essa razão, houve necessidade de o Papa Alexandre VI, por meio da Bula *Apostolicae Servitutis*, de 27 de janeiro de 1494, confirmar a permissão. No início do século XVI, os malteses já estavam contribuindo monetariamente para essa obra. O Comissariado ainda funciona no mesmo edifício histórico (o antigo hospício), [Figura 7 – p. 105] onde reside atualmente o Comissário da Terra Santa em Malta (Aquilina, 1999).

Os Comissários são pontes entre a Terra Santa e os cristãos de todo o mundo (OFM, s.d.g.)²⁹, e são eles que, anualmente, encaminham, para o custódio em Jerusalém, as esmolas arrecadadas em suas dioceses. Atualmente, os Comissariados da Terra Santa estão distribuídos em 50 nações³⁰. Têm por missão divulgar os Lugares Santos, promover a sua devoção e manter a subsistência dos frades, dos cristãos e dos santuários instalados na terra natal de Jesus. Os comissariados promovem também peregrinações, onde milhares de cristãos, de todo o mundo, visitam os Lugares Santos (New Advent, s.d.). Segundo a publicação *La Tierra Santa y los Franciscanos*,

Desde hace varios siglos, los Soberanos Pontífices no cesan de recomendar a la caridad de los fieles las múltiples obras a las que los Frailes Menores se entregan con celo en nombre y bajo la dirección de la Sta. Sede. 1. La conservación y la administración de un gran número de Santuarios. 2. La propagación de la fe y la extensión del reino de Jesucristo en las almas. 3. La educación cristiana de una numerosa juventud de ambos sexos. 4. La asistencia de pobres y huérfanos. 5. La hospitalidad de los peregrinos. (Juaniz, 1952, p. 79)

Desde os primórdios da custódia, estiveram presentes, na Terra Santa, os franciscanos espanhóis, que têm seus comissários como “los ‘embajadores’ de la Custodia de Tierra Santa”. A partir de 1625, o procurador-geral, encarregado da

²⁹ OFM. *Custódia Terræ Sanctæ. Os Comissariados da Terra Santa*. Disponível em: <<http://pt.custodia.org/default.asp?id=3421>>. Acesso em: 6 dez. 2014.

³⁰ Atualmente, os Comissariados da Terra Santa estão espalhados em cinquenta países: Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bolívia, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Brunei, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Croácia, Equador, El Salvador, Filipinas, França, Alemanha, Guatemala, Honduras, Inglaterra, Irlanda, Itália, Malásia, Malta, México, Nicarágua, Nova Zelândia, Holanda, Panamá, Papua-Nova Guiné, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, Porto Rico, Romênia, Singapura, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, África do Sul, Estados Unidos, Suíça, Taiwan, Hungria, Uruguai e Venezuela. Disponível em: <<http://www.holylandreview.net/tsx/la-custodia.jsp>>. Acesso em: 6 dez. 2014.

administração temporal, foi sempre espanhol, prática institucionalizada em 1658 pelo Capítulo Geral de Toledo (Behiels, 2011, p. 2; Barriuso, 2001, p. 356). Em 1747, instituiu-se que as funções superiores seriam distribuídas de acordo com a nacionalidade dos religiosos: o custódio seria italiano e o vigário francês e, na falta deste, haveria alternância entre um italiano e um espanhol³¹. Essa reserva de funções explicava-se por ser a grande maioria das esmolas, destinadas à manutenção dos Lugares Santos, arrecadadas em terras que dependiam da coroa de Espanha (Behiels, 2011, p. 2). O acordo foi encerrado com a exclausuração das ordens religiosas na Espanha na década de 1830. Uma vez nomeado, pelo rei espanhol, um religioso secular para comissário em Madrid, a situação proporcionou aos prelados italianos o cerceamento da participação espanhola (Arrazola, 1853, p. 499).

No fundo PT/TT/HTS também se encontra uma relação, não datada, de alguns hospícios na Espanha³²:

Hospizios de tierra [Tierra] s.ta que al presente se allan cerrados
El Hospizio de Madrid está cerrado, exceptuando três celdas en las que havitan el M. R. P. Comissario, y su Procurador, que estan debaxo del Hospizio, pero estas tienen escalera para suvir y baxar quando quieren al Hospizio.

Otra Celda tienen en el Dormitorio de Indias que sirve para quando llegan los Conductores para tener alli su encomiendas, y en el berano se ba el M. R. P. Comissario a ella pr ser mui fresca.

El Hospizio da Valladolid esta todo cerrado

³¹ PT/TT/ANTT mc35-38: “que attendendo à justiça da cauza, e ao serviço, que fazem os Religiozoz Portugueses em beneficio da Terra Santa, se dignem fazer Estatuto, para que as Prelaziaz da Santa Custódia alternadamente se confirão aos Religiozoz de Espanha, e Portugal, e que estes tenham sempre hum discreto no Diffinitorio da dita Santa Custodia.”

³² PT/TT/HTS mc35-76.

El de Alicante tambien
El da Barcelona tambien
El de Valenzia
Y me parece que assi estan todos los de España, haun que no
tengo vistos mas que los expresados
[assina] Fr. Joseph Pintado

Outra informação refere que a comunidade de São Francisco de Assis de Barcelona contava com, assistindo no Hospicio de Tierra Santa em 1835, o religioso leigo frei Pablo Calvet no cargo de vice-comissário e outros seis religiosos³³ – um indicativo de que a relação de hospícios acima seja posterior a esse dado.

Há um demonstrativo³⁴ dos valores remetidos por Portugal, Espanha, França, Alemanha e Itália desde o Capítulo Geral celebrado em Milão dia 4 de junho de 1729 até o que se celebrou em Valladolid no dia 4 de junho de 1740. Nesse documento lê-se: “Razão das esmolas remetidas a esta Santa Cidade de Jerusalém de todos os Reinos, Repúblicas e potentados para a conservação dos Santos Lugares e manutenção dos religiosos que neles habitam para sua veneração e culto”:

Do Reino de Portugal foram enviadas	330.000 Piastras
Do Reino de Espanha foram enviadas	711.000 Piastras
Da França, Alemanha e Itália foram enviadas	269.130 Piastras

³³ La Noche del 25 de julio dentro de los claustros. Libro tercero / capítulo décimo. Artículo tercero / San Francisco de Asís / Su Comunidad en 1835. Disponível em: <http://ddd.uab.cat/pub/lilibres/1915-1917/59716/relcatdurpri_a1915-1917t2r3c10.txt>. Acesso em: 7 dez. 2014.

³⁴ PT/TT/ANTT mc35-39: “Requerimento do Procurador Geral dos Santos Lugares Frei Diogo Roriz em nome dos religiosos Espanhóis e Portugueses a respeito dos rendimentos das esmolas que fazem a sua sustentação. Contém uma cópia sacada do Livro do descritório das propinas que tem os Comissários, Procuradores e Síndicos Gerais. Jerusalém, 29 de Novembro de 1746.”

Frei João Baptista de Santo Antônio³⁵, Vice-Comissário da Terra Santa em Portugal, autor de *Paraíso Seráfico* (Santo Antônio, 1741), no sexto capítulo dessa sua obra – *Das Conductas, que nossos Religiosos tem mandado para a Terra Santa* –, registra:

O Padre Commissario de Jerusalem, a cuja conta está solicitar, e encaminhar as esmolas, que os Fieis Christãos querem fazer, se chama Fr. Pedro da Porciuncula, Pregador; reside em o Convento de São Francisco da Cidade; e o Syndico, em cujo poder se depositão, se chama João Maria Corbari, e mora na Cordoaria Velha. (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 422)

O “encaminhar as esmolas” significava fazer as *condutas*, ou seja, fazer com que as ofertas arrecadadas³⁶ em todo o reino e suas conquistas chegassem ao seu destino: Jerusalém. Frei Pedro da Porciúncula é o primeiro Comissário da Terra

³⁵ Frei João Batista de Santo António, natural da vila de Basto, nasceu em 1683, entrou no convento São Francisco da Cidade em 1713 e em 1720 foi nomeado procurador-geral dos Santos Lugares. Morreu depois de 1757. Especialista das missões, colecionou muitos e raros manuscritos que se perderam no incêndio que causou enormíssimo dano ao convento em 30 de junho de 1741. A respeito de frei João Batista, escreve frei Apolinário da Conceição, na página 108 de seu livro *Claustro Franciscano*: “João Batista de Santo António, Comissário das Capelas do Convento de São Francisco da Cidade, e Vice-Comissário, e Procurador Geral, que foi mais de vinte e três anos da Terra Santa, neste Reino, e Conquistas, e Escritor público da Religião Seráfica, como se faz patente nos seus dois tomos *Paraíso Seráfico*, que com universal aceitação já corre o primeiro tomo, e o segundo se está imprimindo”. Quando vice-comissário era comissário-geral da Terra Santa em Portugal frei João dos Prazeres. PT/TT/HTS mc35-208.

³⁶ “Não tem dúvida, que a nação Portuguesa he superiormente pia, e mais religiosa, que outras: mas também he certo, que por mais pio, religioso, e santo, que hum homem seja, não deve, nem vay de facto offerecer esmolas; e muito verdadeiro eh isto em um povo imenso de homens, que ainda que affectos às cousas da Fé, e da Igreja, cada hum anda tratando de seus negócios. He necessário pois buscallos por suas Províncias, Cidades, e casas, não só no Reyno, mas por todas suas Conquistas remotas, e pedir-lhes estas esmolas, depois cobrallas, e se são em gêneros, conduzillas, vendellas, ou remettellas, e muitas vezes, [e muitas] defendellas em juízo, e pleiteallas. Desorte que para mandar quarenta mil cruzados cada anno de Conducta, como se costuma mandar há bastantes annos, he necessário quarenta mil moléstias, e quarenta mil trabalhos. Aos experimentados nesta matéria, e que costumão procurar esmolas, fácil será o entender perfeitamente o grande suor, que isto custa; porém além destes, todos em geral sabem, que he necessário bolir muito com os pés próprios para fazer bolir as mãos alheyas. (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, pp. 456-457, § 221).

Santa em Portugal³⁷ encontrado por frei João Batista em suas pesquisas, tendo a primeira conduta, de que encontrou registros, sido “pelos anos de 1660 [...] e de Portugal diz se haviam enviado mil Patacas” (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 422). Entre os anos de 1664 e 1668, as condutas portuguesas foram mandadas pelo padre comissário-geral da Terra Santa assistente em Roma. Entre 1669 e 1691, as condutas passaram a ser remetidas por Madrid, sendo comissário o padre frei André de Fuente Mayor. Entretanto, não se tomava conhecimento, em Jerusalém, de que parte das doações significativas saíam de Portugal, ficando a Itália e a Espanha com a glória das vultosas remessas (Santo Antonio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 426, §115)³⁸.

Em 1676, já ciente de que suas remessas eram omitidas, o Comissário da Terra Santa em Portugal no período de 1664 a 1699, frei Antônio de Santo Agostinho, encaminhou recurso ao Tribunal da Mesa da Consciência em Roma. O portador da queixa foi Gaspar de Abreu e Freitas, Desembargador e Conselheiro do Rei Dom Pedro II. Nessa ocasião, apresentou frei Antônio ao então Príncipe Regente, dentre outros argumentos em defesa de que os próprios frades portugueses conduzissem as esmolas arrecadas até Jerusalém, o seguinte:

Senhor – Sendo o Santo Sepulcro de Jerusalém tão venerado por todos os tempos dos Príncipes Cathólicos, e concorrendo de todos os Reynos da Christandade grandes esmolas para a sustentação dos Religiosos, e Peregrinos, que ali assistem, e para o seu ornato; e não sendo menos piedoso, e caritativo este

³⁷ Este primeiro comissário é anterior a 1660, pois, em *Paraíso Seráfico...* (Santo Antônio, 1741, liv 7; cap. 6, p. 422, §115), consta: “Depois deste commissario, o primeiro, que achamos, he pelos annos de 1660, e no mesmo tempo a primeira Conducta, de que há lembrança;”

³⁸ Também em: PT/TT/ANTT mc35-38.

Reyno, do qual, e de suas Conquistas se tirão de esmola grandes sommas para o dito effeito; nunca estas para a sua conducção tiverão caminho direito, nem se acha nos livros daquella Santa Casa lançada em Receita esmola alguma em dinheiro, ou em pessos, que de Portugal se mandasse em hum século inteiro, senão depois que eu me queixey ao Geral da religião de São Francisco, e o escrevi a Vossa Alteza; e fiz hir Fr. Francisco de Negreiros a Terra Santa a tomar contas; do qual nesta monção se espera a relação, e resposta feita na India. (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 427, § 148)

Depois de várias súplicas, recursos, despachos e trâmites pela Cúria Romana, em 1691³⁹, determinou-se que as condutas saídas de Portugal [Figura 8 – p. 106] fossem direto à Terra Santa, acompanhadas por Religiosos Portugueses, que as entregavam em nome de seu rei⁴⁰. Lembre-se de que o ano de 1691 é, também, o que frei Samuel Tetteroo atribui a criação do Comissariado de Portugal. Havia também ofertas particulares que mereceram destaque na lista de remessas. Frei de Santo António registra que a conduta de 1729 levava, entre outras doações, uma naveta de prata para o Santo Convento de Nazaré na Galileia oferecida por um devoto do Brasil “que por devoção a este inefável mistério, e casa, mandou este ornato magnífico individualmente para ela.” (Santo Antonio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 445, §203)⁴¹.

³⁹ PT/TT/ANTT mc35-38.

⁴⁰ “*Em dezasete de Dezembro de 1691.mandei a Conducta a Jerusalem, conforme sua Magestade ordenou, e o Padre Geral Fr. João de Alvim, a qual levou Fr. Mathias Maria do Espirito Santo, que foy o Conductor, e por Companheiros Fr. Amaro de Santo Antonio, que veyo do Brasil, e Fr. Antonio do Amparo da província dos Algarves, com cinco mil patacas, selladas em cinco sacos, com as Armas de Jerusalem, em huma não Franceza, por nome São João Bautista, e Capitão della Bernardo Beltrão, que Deus leve com bem a Marselha; as quaes fazem somma de trez contos setecentos e cincoenta mil reis.*” (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 431, §163, grifo original).

⁴¹ Também em PT/TT/ANTT mc35-38.

As condutas anuais perfaziam o montante de quarenta mil Cruzados, é o que se encontra na documentação do *Fundo PT/TT/HTS* e, também, o que escreve frei João Baptista em 1741: “[...] para mandar quarenta mil cruzados cada ano de Conduto, como se costuma mandar há bastantes anos [...]” (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 456, §221). Portanto, anteriormente a 1741, era esse o valor remetido e, oitenta anos após, confirmado pelos condutores de 1820. Os dois frades certificaram a entrega/recebimento de “uma conduta, que consta de duas mil e quinhentas meias doblas de seis mil e quatrocentos réis cada uma, que perfaz a soma de quarenta mil cruzados, cuja quantia entregaremos no Descritório de Jerusalém, cobrando o competente recibo”⁴². A cada viagem a Jerusalém faziam os condutores a *Folha da Despesa*: uma de ida, outra de volta. Há uma série delas no *Fundo Hospício da Terra Santa*, e cada “Folha” traz os nomes dos condutores (sempre dois), a data de saída de Lisboa e chegada a Jerusalém, e vice versa, com todo o detalhamento das despesas com a viagem. Da Terra Santa, traziam os condutores “caixotes de contas”, verônicas⁴³, santuários⁴⁴ e “vazitos com Balsamo de Jerusalem”⁴⁵. Há um edital, emitido em

⁴² PT/TT/HTS mc01-265

⁴³ PT/TT/HTS mc32-68.

“Verônicas: 1. Imagem do rosto de Jesus Cristo, estampada ou pintada num tecido. / 2. Imagem do rosto e corpo de um santo impressa ou gravada em pano, cera, metal, etc.” In: *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha]. Disponível em: <<http://www.priberam.pt>>. Acesso em: 2 jun. 2014.

⁴⁴ PT/TT/HTS mc01-265: “Recebemos mais oitocentos mil réis para se empregarem em Santuários, e assim mais cem mil reis para empregar em Verônicas, e mais oitenta e oito mil e oitocentos reis para diversas encomendas de Santuários para os Esmoleres.”

⁴⁵ PT/TT/HTS mc32-68: “En reconocimiento del afecto que profeso a V. R^{ma} le mando en caxon de Santuarios segun la adjunta nota; [...] van 6 vazitos com balsamo de Jerusalem.”

1733, para que não se fabricassem contas semelhantes às de Jerusalém⁴⁶ – mais uma medida para se coibir a ação de falsos esmoleres.

A demanda por esses artigos trazidos da Terra Santa é explicada, por exemplo, pela carta do frei José de Braga Lima:

Como V. Ex^a não me atenda ao que fica já pedido m^{to} sentirei e a ser assim, antão queira mandar-me os Santuarios para os dois Bispados, e com fartura, porque o de Coimbra está muito falto de Contas, he vós publica, e eu o tenho ouvido, e prezenciado algumas vezes, [...] e tendo eu pedido licença a V. Ex^a, e esta concedida para mandar vir algumas Laminas pequeninas, cruces do peito, e algumas Contas da Meca, estas de todas as cores, isto para maior interesse da Comissão para alcançar maior esmola, e serem dadas a alguma pessoa que se destinga com a sua esmola mais avultada e que tenha merecimentos. (PT/TT/HTS mc24-166)

Obstáculos e dificuldades, comuns às navegações, tornavam enormes os desafios para se fazerem chegar à Terra Santa os bens recolhidos. Tempestades, naufrágios, ataques de navios corsários estrangeiros, tributações extorsivas, doenças e pestes. Alguns desses infortúnios estão registrados em documentos reunidos no *Fundo Hospício da Terra Santa / ANTT*. Entre eles a declaração do frei João de Santa Martha, de 24 de setembro de 1810:

[...] aconteceu na derrota de Chipre para Jaffa naufragar a embarcação do nosso transporte na Costa de Tripoli de Soria, onde além da perda de toda a nossa roupa, papeis, e encomendas morreu afogado o Fr. Joaquim da Incarnação, e desapareceu huma caixa incluindo o dinheiro destinado para os Sanctuarios, o que restava para as despesas de Jerusalém para

⁴⁶ PT/TT/HTS Liv40, seção: *Vários papeis*.

Lisboa, e quatro Contos seis centos setenta e dous mil reis pertencentes à Conducta; [...] (PT/TT/HTS mc18-142)

Em 1834, a extinção das ordens religiosas em Portugal⁴⁷, certamente comprometeu as remessas para a custódia da Terra Santa. Entretanto, a representação do comissariado, no Brasil, logrou autonomia em relação ao de Portugal desde a transferência da corte portuguesa. Assim sendo, em 15 de março de 1825, D. Pedro I ordenou que “os Religiosos Procuradores destas esmolas devem fazer suas remessas a esta Corte [Rio de Janeiro] para o mesmo Augusto Senhor as fazer dirigir a Jerusalem em socorro dos Santos Lugares, como já se praticou no anno de 1817”⁴⁸.

Conforme vem sendo demonstrado, e nesse sentido se dará continuidade, a ordem primeira franciscana é a responsável pela conservação dos Santos Lugares. Essa missão vem desde a origem da ordem até aos dias atuais, posto que “antes de meado do século XIII, já os franciscanos pregavam as Cruzadas e recolhiam esmolas para os Lugares Santos” (Montalverne, 1969, p. 371).

Além do já exposto, acrescentem-se os incentivos dados pelos pontífices⁴⁹, iniciados com a bula de 1º de fevereiro de 1230, de Gregório IX – primeiro papa a estimular a ação evangelizadora dos frades junto aos patriarcas de Jerusalém e de Antioquia. A partir do século XVII, recomendava à Santa Sé que os fiéis oferecessem esmolas no dia da Paixão do Senhor, em nome dos Lugares Santos

⁴⁷ Pelo decreto de Joaquim António de Aguiar, de 28 de maio de 1834, foram extintos em Portugal, Algarve, ilhas adjacentes e domínios portugueses, todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as Ordens Regulares, fosse qual fosse a sua denominação, instituto ou regra (Villares, 1995).

⁴⁸ PT/TT/HTS mc24-228. Também em Tetteroo (1924, p. 89).

⁴⁹ PT/TT/HTS mc35-43.

e dos cristãos da Terra Santa. Mais tarde, Leão XIII instituiu a cobrança obrigatória em todas as igrejas paroquiais do cristianismo. Conforme Montalverne (1969, p. 371), “A Obra Pia da Terra Santa” é uma das poucas obras pias que não foram abolidas pelo papa São Pio X. O Papa Paulo VI recordou a obrigação da coleta de Sexta-feira Santa e seu pronto envio para o Comissário da Terra Santa (Directorio Católico, 2012). Apesar das inúmeras dificuldades ao longo de todos esses séculos, salienta o papa João Paulo II, “empenharam-se generosamente na conservação das antigas memórias, na construção de novos santuários, na animação litúrgica e acolhimento aos peregrinos” (Comissariado Terra Santa, s.d.a).

Raramente mencionada, a ordem segunda teve um papel importante nas coletas e remessas para Jerusalém. É frei João Batista de Santo António que descreve como “notável” o cuidado que tinham as religiosas na conservação dos Lugares Santos e testemunha: “As religiosas principalmente se singularizam muito neste pio afeto e auxílio; para cobrar e remeter as quais esmolas e dádivas há em cada convento uma religiosa com o título, e incumbência de Sindica da Terra Santa.” Destaca o frei que, na primeira metade do século XVIII, além das esmolas, faziam vários paramentos sagrados de linho para os ministérios e cultos (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, pp. 412-413, §33).

Voltando à ordem primeira, no que se refere à contribuição das colônias, alguns testemunhos são encontrados nos documentos do *Fundo PT/TT/HTS*. Há, por exemplo, uma correspondência do frei Luis Albuquerque ao Comissário da Terra Santa em Lisboa explicando que naquele ano, 1769, não havia coletas da Vila de

Moçambique a serem enviadas ao reino. De Minas Gerais, relacionam-se as seguintes condutas: de Vila Rica, frei Manoel de Santa Rita remeteu para Lisboa, a quantia de 1046\$517 Réis que “he o quanto se pode tirar nos dois annos” (1818 e 1819).⁵⁰ De Sabará foram enviados 1626\$000 Réis com destino a Lisboa, via Rio de Janeiro, assim como, de São João del-Rei, saiu uma remessa de 3399\$900 Réis em dezembro de 1820.

Os dados acima relacionados, não por acaso, começaram a ser apurados e registrados com maior rigor nesse período de instabilidade política e ideológica para o reino. Como consequência da Carta de lei de 24 de Outubro de 1822, que define as normas para a redução de conventos em Portugal, apresentou-se o comissário da Terra Santa em Lisboa ao juiz encarregado de avaliar e inventariar uma série de conventos, dentre eles o hospício da Terra Santa em São Francisco da Cidade. Segundo o juiz, “o supplicante obedeceo com toda a pontualidade e exacção. Porém o mesmo supplicante julga se faria Reo de hum silencio criminoso, e de hum crime de ommissão mesmo anticonstitucional” se omitisse os pontos relativos à Irmandade da Terra Santa a seguir transcritos:

1º Que o Hospicio da Terra Santa he Propriedade da Irmandade dos Santos Lugares de Jerusalém, por títulos de compra e venda, e bemfeitorias, como faz ver pelos documentos Nº 1, 2 e 3.

2º Que a mesma Irmandade he reconhecida como tal, aggraciada pelos Summos Pontifices com as Graças que contão do documento Nº 4, aggraciada também por V. M. com os Privilegios que constão dos documentos nos 5, 6 e 7 tendo além delles a

⁵⁰ PT/TT/HTS mc24-41.

honra de contar a V. R. M. e a toda a Família Real em o numero dos seus Irmãos.

3º Que a mesma Irmandade não só como o Corpo Colletivo, mas como Aggraciado com as Graças dos Documentos Nos 5, 6 e 7 he capaz de Propriedade, como o são todas as Irmandades do Reino.

4º Que he huma Irmandade Universal, e não circumscripita, como as outras, a huma Cidade, Villa, ou lugar, tendo Irmãos e Irmãs em todos os Dominios do Reino Unido, na Europa, Azia, Africa, Ilhas, e em todo o Brazil.

5º Que as Esmolas da Irmandade são dadas livre, espontânea, e piedosamente por mais de 2.500\$000 [sic] Irmãos e Irmãs Fieis sem preceito estatuto ou multa, mas unicamente só he feito da vontade geral e pia de huma Grande Parte da Nação.

6º Que a applicação destas Esmolas he Constitucional para se cumprir a Fl.2 § 25 da Constituição, conservando com culto os Lugares Santos que forão o Berço da Religião Catholica, Apostólica, Romana, que He a Religião da Nação Portuguesa, conservando a Irmandade o culto perenne naquelles mesmos Santos Lugares que estão em poder, e debaixo do Alfange dos infieis.

7º Que a sabia Ley de 24 d'Outubro de 1822 só comprehende os Conventos e Mosteiros de Religiosos e Religiosas, e não as Confrarias, Irmandades estabelecidas nos mesmos Mosteiros, e Conventos, nem delles faz menção em Clausula geral, ou de algum em particular.

8º Que a vista dos Titulos de compra, e venda, de Reedificação e Melhoramento, tudo sahido da caixa da Irmandade se colige legal e evidentemente que o Hospicio da Irmandade dos Santos Lugares de Jerusalem, seu solo, seus Utensilios, cazas, e officinas não fazem parte do Convento, nem jamais farão, ou são

parte integrante delle (do convento), e muito menos sua pertença, nem mesmo o Commissario Geral, e os Religiosos ali existentes e necesarios para a Arrecadação das Esmolas, e para manejar o costiamiento de 9 Hospicios espalhados desde Lisboa até Macáo, e os mesmos sertões do Brazil, dependem do Convento para comer, beber, vestir, e calçar, mas tudo sahe da caixa da Irmandade.

He esta a razão porque o supplicante como orgão legitimo dos Irmãos, e Irmãs, da Irmandade, de que tem a honra de ser Commissario, reclama a Observancia da Ley de 24 de Outubro de 1822: e que esta se cumpra a risca, e segundo o seu theor, sem se extenderem os seus effeitos a objectos de que ella não faz menção. (PT/TT/HTS mc35-210)

A transcrição integral desse documento é de interesse por revelar diversos aspectos relacionados ao comissariado da Terra Santa em Portugal no primeiro quartel do século XIX.

Consta no documento Nº 1⁵¹ que “o solo em que está situado o hospício foi comprado à comunidade, e o síndico desta embolsado do seu importe a 28 de Novembro de 1725”. Entretanto, a irmandade da Terra Santa já havia obtido licença para sua instalação, assinada pelos discretos do convento de São Francisco da Cidade, em 26 de fevereiro de 1715.

Certo é que as ordens regulares se encontravam em crise, fruto da crescente desestruturação pós-terremoto de 1755 e das sistemáticas pressões impostas por decretos reais⁵². Um dos pontos nevrálgicos para as ordens, o “balanço” de

⁵¹ PT/TT/HTS mc35-209.

⁵² Carta de lei de 24 de outubro de 1822: “Carta de lei, pela qual Vossa Magestade manda executar, e publicar o decreto das Cortes geraes extraordinarias e constituintes da Nação

contas, passou por modificações em 1823; é o que mostra o documento intitulado “Explicação – Sucinta e mui essencial para o Regimem, e intelligencia da Escripuração e estado actual de varias Contas desta Commissam Geral”. Passou-se a adotar um novo método, mais criterioso talvez, para que o procurador-geral lançasse todas as quantias recebidas e todas as despesas, em duas categorias de livros: os *Principais* e os *Auxiliares*.⁵³

O “documento Nº 4” é, certamente, o impresso⁵⁴ no início da década de 1820 emitido pelo comissário-geral frei José Joaquim da Imaculada Conceição Amarante⁵⁵, Arcebispo de Cranganor. Nele, está a relação de bulas pontifícias relativas à conservação dos Santos Lugares, da qual destaca-se, tendo em vista o acolhimento dos missioneiros – foco deste trabalho –, a bula *Dilectis Filiis* de Alexandre IV (1254 a 1261) e Leão X (1513 a 1521) que concediam quarenta anos de indulgência a todos que recebessem e hospedassem os religiosos de São Francisco.

Há também o registro da presença dos comissariados em quatro continentes, promovendo a devoção, angariando novos irmãos e recursos para a conservação do patrimônio sagrado. Acrescenta que o Comissariado instalara-se, de forma autônoma, contiguamente ao Convento de São Francisco da Cidade, sem integrar

portuguesa, pela qual são extinctos os priorados móres das três ordens militares, e reduzidos os conventos das corporações regulares de ambos os sexos [...] incita à emissão de pareceres dominados por uma abordagem aos edifícios de carácter prático ou utilitário.” (Costa Lima, 2013, p. 356).

⁵³ PT/TT/HTS mc35-23.

⁵⁴ PT/TT/ANTT mc35-216.

⁵⁵ O comissário-geral, frei José Joaquim da Immaculada Conceição Amarante, cita, no final do parágrafo 4 do seu impresso, o Livro *Paraíso Seráfico* do frei João Batista de Santo Antônio: “Quem curiosamente quiser ver tudo, leia o Paraíso Seráfico Livro 8. Cap.3.”

seu patrimônio, e as obras realizadas em sua sede eram feitas às custas de doações e esmolas. Isso se confirma pela autorização⁵⁶ recebida por frei Caetano da Piedade, comissário do hospício de Lisboa entre 1757 e 1765:

Por el tenor de las presentes concedemos ñra condicion, y licencia ael P^e Fr Caetano d la Piedad, precurador, y Commissario General de Tierra Santa en el Reyno de Portugal, para que a costa de las limosnas de la misma commission, pueda fabricar assi en ñro hospicio de Lisboa, como en los demas de [dicho] reyno, y en qualquiera conv.^{to} donde fuere necessário, las celdas competentes, para habitacion de los limosneros de la commission, y hazer los reparos, que juzgare necessarios, [...] y le encargamos la conciencia para que no fabrique cossas super finas, ni sumptuosas, sino q seam las fábricas con mucha moderacion, y con el menor gasto que se pueda. [?] en ñro conv.^{to} de S. Fran^{co} de Murviedro en 18 de Ag.^{to} de 1759. Fr. Pedro Juan de Molina, Comm^o Gen^{al} [Comissário Geral]. P. M. D. S. P. Rv^{ma} [Por mandado de S. P. Reverendíssimo] Fr. Antonio Gonzalez [Secretario General por la observancia] (PT/TT/HTS mc35-73)

Na ocasião eram nove os hospícios em atividade e dependentes do comissariado de Lisboa⁵⁷. [Figura 9 – p. 107] Essa dependência verifica-se nos documentos do *Fundo PT/TT/HTS*, que reúne extensas listas de carregamentos embarcados para o Brasil.

Com todas estas Couzas, e outras mais a beneficio desta Obra Pia he indispensável dispende, e nas Despezas Ordinarias desta Conta vai tudo incluído, como tão bem a Vestiaria de todos os Procuradores do Reino, Ordenados mensaes dos Criados, e todo

⁵⁶ Concedida por Fr. Pedro Juan de Molina O.F.M. (1697-1775). Procurador General de Corte Romana de los Religiosos Descalzos, y Recoletos de San Francisco.

⁵⁷ “Quanto porem a Conductas, e gastos com os Hosp^{os} do Brazil, há hum l.^o [livro] com este titulo começado em 1825 [...]” PT/TT/HTS mc35-23

o preciso com os Religiosos, e Irmãos Donatos, socorrendo-se a todos na saúde, e na moléstia, pagando-se-lhes até as cartas do correio. (PT/TT/HTS mc22-157)

Da mesma forma, os navios voltavam para Portugal carregados de bens de consumo. De Portugal saíam, por exemplo, azeite, peças de linho, livros em branco para o balanço receita/despesa e vestimentas (provavelmente confeccionados no hospício de Sant’Ana em Minde⁵⁸). Do Brasil, chegavam açúcar, pau-brasil e cravo-do-maranhão⁵⁹. Parte das caixas de açúcar ficaria em Lisboa, para atender ao hospício. Outra parte, porém, iria mais longe – chegaria à Terra Santa. Havia, entretanto, um produto que saía do Brasil com destino certo a Jerusalém: o óleo de Copaíba⁶⁰. Em carta⁶¹ do frei Bernardino Barroso, religioso franciscano residente no Oriente faz a seguinte encomenda:

⁵⁸ “A fama das virtudes e saber de muitos frades mindericos que habitavam a maior parte dos conventos da Extremadura, os productos das suas fabricas espalhados por todo o paiz, levaram D. João V a mandar construir em Minde, em 1733, um hospicio de arrabidos para n'elle se instruirem os moços mindericos que se quizessem dedicar á vida conventual, e para fabrica de pannos para habitos dos frades.” (Jesus e Silva, publicação no jornal *O Portomozense*, apud MENDES, 2011).

Observa-se, na sequência da publicação de António Jesus e Silva, o emprego do termo “mosteirinho” em substituição a “hospício”: “Com a edificação do *mosteirinho*, cujo superior gozava do título de reitor, tornou-se Minde uma povoação interessante [...]” (grifo nosso).

⁵⁹ Pau-cravo (*Dicypellium caryophyllaceum*) é uma designação, dada no Brasil, a uma árvore encontrada na Amazônia. Outros nomes populares: cravo-do-maranhão, imira-ataia, licari-cani. A International Union for Conservation of Nature (IUCN) refere que no passado existia desde o Maranhão para todo o norte, mas foi sobre explorada para retirada de seu óleo essencial. Durante o período colonial, era uma das drogas do sertão, fato que motivou sua inclusão na primeira edição da Farmacopeia Brasileira (1929).

⁶⁰ Copaíba: Árvore da qual se extrai um óleo com propriedades medicinais. A copaíba fornece o bálsamo ou óleo de copaíba [...]. O uso mais comum é o medicinal, sendo empregado como anti-inflamatório natural. Pelas propriedades químicas e medicinais, o óleo de copaíba é bastante procurado nos mercados regional, nacional e internacional. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:BtlXIE_uAWoJ:blogcoisasnossas.blogspot.com/2010/06/dicionario-de-amazones.html+&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 8 dez. 2014

⁶¹ Nessa mesma carta, em outro trecho, escreve: “se recebio em esta Procura Geral ló que nota V. R^{ma} em su carta, isto es: 3125 Monedas de oro, llamadas Lisboninas de 6400 reis cada uma; uma arroba de pimienta; Diez libras de Canela; Seis libras de clavo de La India; 4 lattas de cha; uma

Y como no sea contrario a nro estado el pedir [...] me animo a pedir a V. R.^{ma} por amor de Nro Señor Jesu Christo, y de su ss^{ma} Madre [...] y si puede ser alguna caxa de Azucar que aqui estamos como en un desierto donde nada de esto se halla, particularm^{te} con estas guerras de los Franceses. Assi mismo suplico a V. Rev^{ma} algun Balsamo de Copaiba, y del Brasil, que son el fundam^{to} para hacer el balsamo de Jerusalem. Por ultimo R^{mo} Padre, todo aquello que el piadoso corazon de V. Rev^{ma} se dignare mandar, todo sirve, y de todo tendrá V. Rev^{ma}. gran merito delante de nro Dios e Señor, cuya importante vida guarde y conserve muchos anos para bien de la Tierra S^{ta}. Dada en Jerusalem [s.d.] de Agosto de 1796. (PT/TT/HTS mc32-68)

Medicamento para várias doenças, por cerca de dois séculos na Europa e no Oriente Médio, foi o mesmo Balsamo de Jerusalém noticiado pela *Studium Biblicum Franciscanum / Jerusalem Museum*⁶² em sua página eletrônica. Destacada entre as melhores farmácias do mundo cristão nos séculos XVII e XVIII, a Farmácia do Mosteiro de São Salvador foi criada na década de 1620. Atendeu por vários séculos a frades e peregrinos, assim como a população em geral, sem distinção de credo. Durante um longo período e com grande afinco, esteve à frente da farmácia o Padre Anthony Menzani de Cuna (1650-1729), médico e farmacêutico que formulou o remédio. Os potes de louça utilizados na farmácia eram provenientes da empresa Giacomo Boselli em Savona, perto de Gênova, na Itália. Junto ao nome do medicamento e decorações, era pintado o

arroba de Cholate [*ipsis litteris*]; y un caxoncito con cocos de Balsamo del Brazil.” (PT/TT/HTS mc32-68).

⁶² Studium Biblicum Franciscanum - Jerusalem - Museum. Disponível em: <<http://www.christusrex.org/www1/ofm/sbf/SBFmsm.html>>. Acesso em: 9 dez. 2014.

brasão de armas da Custódia da Terra Santa⁶³ e o da República de Genova (OFM, s.d.h.).

Relativamente a “Esmolas dadas livre, espontânea, e piedosamente”, seria interessante um estudo dos documentos existentes no fundo PT/TT/HTS que tratam dos testamentos e da nomeação dos testamenteiros, uma vez que não eram raros os litígios envolvendo doações. Não se sabe se haveria uma interferência para fazer prevalecer a vontade legítima dos proprietários, contrariando o interesse de parentes, pessoas próximas, terceiros etc. ou se, eventualmente, havia uma indução no sentido de beneficiar a Terra Santa, compreensível, tendo em vista o fervor dos esmoleres. No dia 10 de março de 1822, frei Manuel de Santa Rita escreveu, de Vila Rica, que devido à extinção da Bula da Santa Cruzada, “a maior parte dos povos [...] não querem concorrer com os deveres de Católicos, porque se acabou a Bula, já não há indulgências e não querem mais contribuírem ao que são obrigados.” Mais adiante afirma já não haver testamentarias (encargo ou funções de testamenteiro), nem esmolos, legados ou fazendas – como era comum, uma vez que os devotos não mais se lembravam da Terra Santa em seus testamentos. Sobre as dívidas, afirma que nem os ministros querem que sejam cobradas “executivamente, como era estilo cobrarem-se as da Terra Santa” (PT/TT/ANTT mc25-195).

⁶³ “Su origen remite a la llamada Cruz Cósmica – una cruz griega circunscrita en un cuadrado – que ya aparece en grafitos de los siglos III-IV en la zona de Palestina, y otros lugares, como signo identificador de las comunidades cristianas en su deseo de que el Evangelio llegase a los cuatro confines del orbe. En su configuración heráldica habitual, la Cruz de Jerusalén se identifica con una cruz griega de gules portada en cada extremo y ocupada en sus cuarterones por otras tantas cruces griegas, también portadas pero de menor tamaño.” (González, 2006).

Constata-se, no texto, a existência da Irmandade da Terra Santa, dentro do Comissariado, cujos irmãos incluíam a própria rainha e seus familiares. O fato de a Rainha D. Maria I pertencer à Irmandade da Terra Santa é a continuidade de uma tradição entre seus antecessores. É de Duarte Nunes Leão e do frei Heitor Pinto o registro da doação de “oitenta mil dinheiros de ouro” que fez D. Afonso I ao Hospital de São João Batista de Jerusalém, administrado pelos monges militares (transformados em Cavaleiros da Ordem de Malta em 26 de Outubro de 1530). Essas moedas destinavam-se à compra “de fazenda” cujas rendas garantissem o sustento dos enfermos e pobres abrigados no hospital (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 391, §3).

Filho e sucessor de Dom Afonso Henriques, Dom Sancho I fez aumentar as rendas destinadas às ordens dos Templários e Hospitalários, doando-lhes vilas e terras. No segundo ano de seu reinado, estando a Palestina em guerra pela Contra Cruzada de Saladino, enviou grandes somas em dinheiro para a conquista da cidade santa aos muçulmanos. Em seu testamento, deixou ao templo sagrado de Jerusalém o equivalente a doze mil e quinhentos cruzados. Na sucessão, D. Afonso II, atendendo ao Papa Inocêncio III, “aprestou huma muy considerável Armada em favor da Terra Santa” (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 396, §4-5).

D. Afonso III preparava-se para a guerra contra os Árabes na Terra Santa quando foi chamado à regência. Nessas circunstâncias, enviou em seu lugar “hum bom soldado para a jornada já movida”. Com relação a D. Diniz, segundo frei João Batista, não é notório seu préstimo para a Terra Santa, entretanto, deixou

ordenado em testamento que o Meirinho mor do reino, Dom João Simão, fosse como peregrino a Jerusalém para rezar por sua alma durante dois anos (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 397, §6-7). O Infante Dom Pedro, em 1424, dirige-se para a Terra Santa, recapitulando o itinerário dos antigos cruzados. Partindo de Roma, chega a Constantinopla e, dali, navega até ao norte da África – Alexandria e Cairo. Visita a Palestina e a Terra Santa, regressando ao Cairo e, em 1425, embarca para o sul da Europa (Silva, s.d.). [Figura 8 – p. 106]

João de Gante, Duque de Lencastre e pai da rainha D. Filipa (esposa de D. João I), foi à Terra Santa via Portugal, lá tendo deixado larga esmola e o seu livro de horas, iluminado expressamente para aquela viagem (Montalverne, 1969, p. 371). Entre 1406 e 1409, D. Afonso, Duque de Bragança, empreendeu uma viagem à Terra Santa e, ao passar pelo Império Romano Germânico, teria ajudado o Imperador Segismundo da Alemanha na guerra contra os Turcos (UNL / FCSH). D. Afonso V, no entanto, ao perder a batalha por Castela, entrega o trono a seu filho e decide ir em peregrinação à Terra Santa, o que não chega a realizar (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 398, §9). Após sua viagem à corte francesa, a pedido do filho, voltou ao trono. Por sua vez, o seu filho e sucessor, D. João II, em um breve comentário de Pedro Mariz, teria feito muitas doações à Terra Santa (Mariz, Diálogo 4, *apud* Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 398, §10). D. Manuel I ao nomear, em 1505, D. Francisco de Almeida para seu primeiro vice-rei do “Estado da Índia”, visava uma “guerra santa” europeia para libertar a Terra Santa em articulação com uma ofensiva anti-islâmica no Oriente (Gulbenkian,

s.d.). Segundo frei Pantaleão de Aveiro⁶⁴, D. João III deixara cento e vinte mil Réis para o azeite que mantinha acesas as lâmpadas do Santo Sepulcro (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 400, §12). D. Sebastião I uniu-se ao rei Henrique II de França (Duque de Orleans) para o combate aos Turcos na Terra Santa. Recusou o título de “Cristianíssimo” concedido aos reis da França pelo Pontífice, aceitando apenas o título de “Filho Obedientíssimo à Igreja.” (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 400, §13).

Uma explicação se faz necessária. Eram muito frequentes as doações em dinheiro para compra do azeite que mantinha acesas as lâmpadas do Santo Sepulcro. Quem esclarece a respeito dessa grande demanda pelo óleo é frei Miguel das Almas Sanctas, autor de “Clamores feitos ao ceo, suspiros dados na Terra Santa de Jerusalem”:

só para azeite de mais de duzentas Alampadas, que de dia, e de noite ardem no Santissimo Sepulchro, e mais Templos, e Santuarios daquela Custodia, se gastão cada anno mais de coatro mil cruzados, e muito mais se o azeite he caro, como muitas vezes succede. (Sanctas, 1739, p. 60)

Após a Restauração, com D. João IV, “continuarão os favores da Terra Santa, já naturalizados nesta eminente casa” referindo-se Frei João Batista à Casa de Bragança. No fundo *Hospício da Terra Santa* (ANTT), encontra-se o seguinte

⁶⁴ Frei Pantaleão de Aveiro, religioso da ordem de S. Francisco, da província dos Algarves. Nasceu na terra de que tomou o apelido; ignoram-se as datas do seu nascimento e falecimento. Vestiu o hábito franciscano e, desejando ver a Terra Santa, saiu de Portugal em peregrinação em 1563, e, depois de haver chegado até Jerusalém, permaneceu nessa cidade durante três anos, findos os quais regressou à pátria. Escreveu o Itinerário da Terra Santa, em que descreve minuciosamente a sua peregrinação. O título da primeira edição é o seguinte: Itinerário da Terra Santa e suas particularidades; dirigido ao ilustríssimo e reverendíssimo senhor D. Miguel de Castro, digníssimo arcebispo de Lisboa metropolitana, Lisboa, 1593. Fizeram-se mais edições, tendo as últimas escritas no frontispício dedicadas a Cristo crucificado (ARQNET, s.d.) .

registro⁶⁵: “Alvará do Sr. Rei D. João IV de prorrogação de mais 3 anos para que as câmaras das cidades e vilas do reino deem certas esmolas aos comissários de Jerusalém. Feito a 30 de setembro de 1647”. Consta, no mesmo documento, a existência de outros três alvarás semelhantes a esse. Em nome de D. Afonso VI encontra-se o alvará feito em 20 de janeiro de 1684 “para que o comissário dos lugares santos no Brasil pudesse cobrar executivamente e como fazenda real as esmolas destinadas para a Terra Santa e que já se achassem em poder de depositários ou tesoureiros delas.”⁶⁶

Filho do rei D. João I, o Duque D. Afonso, além de consanguíneo de reis hierosolimitanos, era tio de D. João de Coimbra (Vasconcelos, 2008, p. 8), rei de Chipre e Jerusalém e príncipe de Antioquia (por casamento com Carlota de Lusignan) [Figura 10 – p. 107]. São estes dois fatos determinantes para o apreço que tinha D. Afonso, como também seus sucessores, pela Terra Santa (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 402, §15). Na sequência, D. Pedro II de Portugal, regente por seu irmão D. Afonso VI, D. João V, D. José I e D. Maria I confirmaram o alvará de 1605 do rei D. Filipe II⁶⁷:

Concede para que os oficiais das câmaras de cada uma das cidades, vilas e lugares destes Reinos, seus domínios e ilhas que tiverem quatrocentos mil réis de renda se possam dar até quatro mil réis de esmola, e as que tiverem cem mil réis se possam dar até quatrocentos réis para ajuda e sustento dos religiosos que assistem na Terra Santa em conservação dos lugares santos dela,

⁶⁵ PT/TT/HTS mc34-15. Outras determinações são relacionadas por frei João Batista de Santo Antônio (1741, parte 1, liv. 7, p. 400, §21).

⁶⁶ PT/TT/HTS mc34-15.

⁶⁷ Também em AHU_CU_017-01, Cx.23, D.5275. 1720, março, 9, Lisboa.

com declaração que na dita esmola não entrará a minha.
(AHU_CU_017-01, Cx.23, D.5275. 1720, março, 9, Lisboa;
PT/TT/HTS mc34-15; 2fls)

Segundo frei João Batista de Santo Antônio, “este alvará se costuma reformar de três em três anos pelo Desembargo do Paço.” (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 405, §20) Supõe ainda, frei João Batista, que “esta esmola vinha já de mais longe” (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 404, §20), não tendo sido D. Filipe II o autor do benefício e sim D. João III, baseando-se no que escreveu frei Pantaleão de Aveiro⁶⁸. D. Pedro II confirmou ainda outro alvará, de 26 de maio de 1657, pelo qual mandou a todas as justiças do reino, que ajudassem na cobrança das esmolas para os Santos Lugares e assistissem ao comissário-geral da Terra Santa e seus companheiros na efetiva arrecadação dos recursos (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 405, §20). São várias as provisões e alvarás emitidos por D. João V, entre eles, relacionam-se:

Alvara do Sr, Rey D. João 5º [sic] p.^a q as pessoas destinadas pelo commisario G.^{al} da Terra S.^{ta} possam pedir e receber esmolas p.^a os S.^{tos} Lugares sem lho impedirem os Mampostr.^{os} dos cap.^{vos} [Mamposteiros dos Cativos]. Feito a 21 de julho de 1713. L.^o 39 de João 5. 43. p53. (PT/TT/HTS mc34-15)

Um segundo alvará “para cobrarem as esmolas que pertencessem aos Santos Lugares como fazenda real. Feito a 21 de janeiro de 1715”, além dos de “prorrogação para receberem das câmaras certas esmolas”. Relacionam-se também as seguintes provisões:

⁶⁸ Frei Pantaleão de Aveiro, autor de *Itinerário da Terra Santa*. cf. nota 124.

[1] p.^a q o correg.^{or} do Civel de Lx.^a M.^{el} Gomes de Oliveira e seus sucessores na d.^a vara sejam juizes Commissr.^{os} Privativos em todos os litigios q o Commissr.^o G.^{al} da Terra S.^{ta} tivesse sobre cobranças das esmolas q pertencessem aos S.^{tos} Lugares e se movessem nesta cid.^e. Feita a 29 d ag.^o de 1732. = L.^o 81 do Sr Rey D. João 5^o p368 (PT/TT/HTS mc34-15)

[2] que se prendessem, à ordem do Desembargo do Paço, todas as pessoas, assim nacionaes, como Estrangeiras, que esculpisse nos braços de outras as Armas da Terra Santa, ou Imagens de Christo crucificado, imitando as que se imprimem na referida Terra aos Peregrinos, que a visitao; e foy esta Provisão expedida em doze de Abril de 1719. (SANTO ANTÔNIO, 1741, p. 406, parte1, liv. 7, cap. II, par. 21)

Essa segunda provisão visava, principalmente, cercear a ação dos gregos que, com as tatuagens, se faziam ermitões ou peregrinos, recolhendo generosas esmolas em prejuízo das coletas a serem remetidas para a Terra Santa.

É também de D. João V a ordenação de que:

todos os generos, que os seus Vassallos da Asia, ou America, e todas as Conquistas mandao de esmola para a Terra Santa nas naos, que entrao por esta Barra, costuma ordenar, que se dem, e entreguem livres de todos os direitos, que lhe deviao [...].(Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 407, §21)

Independentemente dessa ordem, mas talvez inspirados por ela e movidos pelo misto de fé, temor a Deus e a angústia de atravessar os oceanos, os capitães dos navios não cobravam frete sobre os bens que transportavam do ultramar para o comissariado da Terra Santa em Lisboa (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 417, §55).

Frei João Batista explica que o alvará de 25 de janeiro de 1669, atribuído a D. Afonso VI, teria sido emitido originalmente pelo rei Filipe II. Esse alvará estabelece “que na caza da India se de em cada hú anno ao Comissr^o G.^{al} da Terra S.^{ta} trez^{tos} cruzados p.^a se acender húa alampada diante do S.^{to} Sepulchro”.⁶⁹ No ano de 1734, em seu Paraíso Seráfico, frei João Batista testemunha: “esta esmola ainda hoje se paga pontualmente” (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 404, §20).

Do hospício da Terra Santa de Lisboa, em 4 de dezembro de 1811, escreveu frei Manoel do Espírito Santo Minde, comissário-geral, a D. João VI, dizendo que a Obra Pia daquele comissariado estava “esfriada e quase extincta”. Para reverter tal situação, suplicava ao Príncipe Regente que mandasse aos governadores tomarem todo o cuidado nas condutas para os Conventos da Terra Santa e que bispos, prelados regulares, párocos, e demais súditos auxiliassem os membros do comissariado a “aperfeiçoar huma Obra tão agradável ao Altissimo, e que era antigamente hum objecto particular dos felizes e virtuosos Portuguezes.” Frei Manoel acrescenta que estavam faltando condutas⁷⁰ de quase todos os domínios católicos e que os religiosos, em Jerusalém, estavam sendo ameaçados pelos Turcos.

Do Palácio do Rio de Janeiro, D. Pedro I expediu a “Portaria a favor da Terra Santa”, datado em 15 de março de 1825, em que ordenava ao Presidente de

⁶⁹ PT/TT/HTS mc34-15.

⁷⁰ PT/TT/HTS mc35-78. Acrescenta-se o documento PT/TT/HTS mc22-157, no qual consta: “Deve-se a Jerusalem desde a posse do actual Commissario parte da Conducta de 1808, huma inteira de 1809, e outra de 1810.” Nota acrescentada a este documento: “em 29 de março assinaram esta conta o Desem^{dor} (?) Luiz (?) Pereira e o syndico para ser entregue ao governo, q por hum Aviso datado a 15 do dito os mandou tomar com segredo”.

Minas Gerais prestar auxílio aos membros do comissariado, observando as graças e privilégios estabelecidos por lei a favor da Terra Santa. Consta dessa Portaria que “Forão expedidas iguaes Portarias para todas as Provincias deste Imperio”.⁷¹

Conforme exposto, além dos favorecimentos, mercês, indulgências e privilégios concedidos pelas cortes, havia a celeridade e o cuidado particular, dentro dos tribunais régios e secretarias, para com as causas e interesses da Terra Santa. Além disso, muitos foram os magníficos objetos⁷² [Figuras 11 e 12 – p. 108] oferecidos por reis e rainhas, não só de Portugal, mas de várias as nações cristãs, para o culto divino e para o decoro dos santuários. Acrescentem-se as inúmeras e diversificadas contribuições individuais, particulares, quer da realeza quer dos seus súditos, assim como as deixadas em testamentos.

Vinculados ao Comissariado Geral de Portugal (com sede em Lisboa), foram criados vice-comissariados da Terra Santa nas colônias portuguesas. A ordem em que se estabeleceram no Brasil foi registrada por frei Apolinário da Conceição (1692-1755) no livro *Claustro Franciscano*, e está relacionada a seguir (Conceição, 1740, pp. 107-108). A primeira casa que tiveram os religiosos a

⁷¹ PT/TT/HTS mc24-228. Também em Tetteroo (1924, p. 89).

⁷² Paraíso seráfico; Livro Sétimo; Capítulo II; par. 20; p. 404 - Objetos que se podem relacionar: inúmeras lâmpadas – sejam de ouro, prata ou latão; paramentos; uma bacia para a cerimônia do lava-pés; uma estrela de ouro (ornato); custódias; peças em tecido ricamente trabalhadas para adorno; uma sanefa; um perfumador; um relógio; candieiros; Livros de coro; um turíbulo; pontificais; casulas; dalmáticas; (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, cap. II, p. 404, §20).

Observação: A bacia para a cerimônia do lava-pés aparece em destaque no catálogo da exposição “Trésor du Saint-Sépulcre”. Foi oferecida pelo príncipe Pedro de Portugal – futuro rei D. Pedro II. Foi feita na cidade do Porto, em 1673, e levada a Jerusalém na conduta de 10 de outubro de 1675. Portugal (XVII^o - XX^o siècles) (Véron-Denise, 2013, p. 184).

Frei José de Jesus Maria assim se refere à peça: “huma bacia de prata de estranha grandeza, que mandou o mesmo senhor, e serve de pia, em que no Sabbado Santo se benze a água baptismal.” (Jesus Maria, 1737, parte 2, liv. 4, p. 619, §730).

trabalho da Terra Santa no Brasil foi fundada em Salvador, então “Cidade da Bahia”, em 1724. O Hospício de Vila Rica, em Minas Gerais, “é a primeira Casa de Religiosos, que até o dia de hoje se vê estabelecida na tal capitania. Foy fundado no anno de 1726”. Em 1735, fundou-se, nas proximidades da “Villa do Recife”, o hospício de Pernambuco. No mesmo ano, por ordem do Rei Dom João V dirigida ao General Gomes Freire de Andrade, fundou-se o *Hospício de Jerusalém* da Capitania do Rio de Janeiro, no dia 18 de junho, com a finalidade de:

nelle se recolherem os Religiosos Leigos que se empregão nas esmolas para os Santos Lugares de Jerusalém, tanto os desta capitania como os de Minas Gerais, Goyaz, Cuyabá e Matto Grosso, quando são mandados de Portugal para as ditas capitanias e voltão dellas para o Reino. O religioso que assistiu a esta fundação foi o Leigo Fr. Manoel de Santo Antônio. (Nunes, 1858, p. 137)

Inicialmente, os frades esmoleres da Terra Santa⁷³ ficavam hospedados no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, sede da Província da Imaculada Conceição⁷⁴. Segundo frei Gentil Tilton, eram os que recolhiam as maiores somas

⁷³ “A estes (esmoleres) se lhe administra, e manda justamente o necessário, para que não desfaleçam, e para seu abrigo, e domicílio se tem feito com preciso acerto alguns hospícios na Bahia, Minas, e outras províncias do Brasil, para que não lhes seja necessário ter o trabalho importuno de andar mendicando cômodo, e casa, depois da fadiga, e cansaço das esmolas” SANTO ANTÔNIO. *Paraíso Seráfico...*, parte 1, liv. 7, cap. XVI, par. 224. p. 458; Conforme o documento PT/TT/HTS mc34-75, em 1776, havia membros adidos ao vice-comissariado do Rio de Janeiro nas seguintes localidades: “Trahiras, Meyra Ponte, Cuyaba, Paracatu, Santa Catharina, Pernagua e S. Paulo”.

⁷⁴ “No dia 13 de março de 1584 foi instituída a Custódia de Santo Antônio, filha de uma jovem Província portuguesa, também dedicada ao Santo de Lisboa e Pádua. Quando alcançou fundar 12 conventos, tornou-se Província (1657) e, no primeiro Capítulo que celebrou, desmembrou os conventos do sul e os erigiu em Custódia (1659), com sede no Rio de Janeiro e lhe deu o nome de Imaculada Conceição. Com o aumento dos frades e criação de outros conventos, a custódia foi declarada Província em 1675.” Disponível em:

de dinheiro e ouro nas Minas Gerais; como havia “se desdobrado enormemente o volume de seus negócios e não podendo continuar no convento por falta de lugar, fundaram hospício próprio na mesma cidade.” (Titton, 1971, p. 122) . Confirma o que refere Titton a transcrição (abaixo) do documento de 1º de agosto de 1743, intitulado – “Traslado em publica forma de varios Requerim.^{tos} q o Vice Commiss.^o do Rio de Janr.^o Frei M.^{el} de S.^{to} Ant.^o fez ao Difinitorio da Provincia da Conceição dos Capuchos da d.^a Cid.^e sobre a factura de huas cazas p.^a a sua acomodação.”

[...] ao prezente necessitão os esmoleres dos Santos Lugares de Jerusalem para o seu agazalho, nem o desconmodo que havião de cauzar ao Convento em que se lhe desse moradia, pois naquelle tempo como éráo poucos os que se ocupavão no ministerio de pedir as esmollas com menos desconmodos se podiam acomodar neste Convento. Porem hoje que tem crescido o numero dos esmoleres, e necessitão de comodo para sy, seus donatos, escravos, e cavalarias, fica sendo impossivel, o dar se lhe agazalho em hum convento que caresse de comodo para os mesmos Religiozos moradores filhos da Provincia [...] (PT/TT/HTS mc35-85)

Por intermédio de D. João VI, em 1808, o Comissariado de Lisboa perdeu a administração do Vice Comissariado do Brasil, que o rei colocou “sub immediata administração do Revmo. Padre custódio de Jerusalém” (Tetteroo, 1924, p. 87), com sede na cidade do Rio de Janeiro. Em 1880 (1888?)⁷⁵, construiu-se uma grande capela e residência em Petrópolis (Röwer, 2008, p. 90), para onde se transferiu o comissariado, permanecendo ali até 1918 (Comissariado Terra Santa,

<http://www.franciscanos.org.br/?page_id=794#sthash.ubvL4kQq.dpuf>. Acesso em: 10 dez. 2014. (OFM, s.d.h.).

⁷⁵ 1880 é o ano informado por frei Samuel Tetteroo. Segundo frei Basílio Röwer (2008, p. 90), esta mudança se deu em 1888.

s.d.b.). Em 9 de maio de 1919, a Obra Pia da Terra Santa no Brasil vendeu esse imóvel à Associação Protetora do Recolhimento de Desvalidos de Petrópolis para o atendimento a órfãos e idosos. Entre 1969 a 1998, funcionou como internato, semi-internato e apoio a crianças e adolescentes⁷⁶. Em 2001, o prédio passou a abrigar o Centro Educacional Terra Santa (OFM, s.d.i.) cujo lema é “Acolhendo e educando para a vida”. Observa-se a retomada do sentido da hospitalidade nas funções de “recolhimento”, “internato” e “acolhimento” adquiridas pela casa de Petrópolis. Enfim, repete-se aqui a definição de hospício dada pelo Abate Bergier:

na Espanha são conhecidos com o nome de hospício as casas de misericórdia, onde se abrigam a muitos pobres, dando-lhes cuidados e sustento, e se lhes obriga a exercer suas profissões e ofícios, oferecendo-se neles ensino a muitas crianças pobres, que com o tempo chegam a ser membros úteis e de mérito ao Estado e à nação (Bergier, 1846)

Em Portugal, por meio do Decreto de 30 de maio de 1834, foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas⁷⁷. Esse processo, denominado “Reforma geral eclesiástica”⁷⁸,

⁷⁶ “A associação foi aos poucos determinando seu carisma em atender somente crianças e, sobretudo, optando pelos meninos, quando em 1969 passou a denominar-se Casa dos Meninos de Petrópolis. Atendendo em regime de internato, esse atendimento permaneceu até 1989, quando, para melhor se adequar às necessidades dos atendidos, passou para o regime de semi-internato. [...] No início de 2001 foi aprovada a mudança do nome para Centro Educacional Terra Santa. Após um levantamento sobre a realidade socioeconômica, a instituição montou um novo plano de atuação, composto de dois projetos: Aquarela (atendendo crianças de 5 a 10 anos em horário complementar com atividades educativas) e o Cultura pela Paz (atendendo adultos e adolescentes à partir dos 12 anos com oficinas educativas e profissionalizantes).” Disponível em: <<http://www.terrasanta.org.br/quemsomos>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

⁷⁷ Refere Maltez (s.d.): “Havia então cerca de quatro centenas de conventos e de meia centena de hospícios (448 casas religiosas, das quais 356 eram conventos de religiosos e 12 de religiosas, 28 colégios, 49 hospícios e ermidas, bem como 3 seminários). Dominam os franciscanos (44%), seguindo-se os agostinhos (9,4%), os carmelitas (7,1%) e os beneditinos (6,5%), abrangendo-se 6289 pessoas, segundo números de A. Martins da Silva.”

não poupou o Comissariado da Terra Santa que, assim como outras centenas de instituições religiosas, teve seu patrimônio incorporado à Fazenda Nacional:

Auto de posse / Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oitocentos e trinta e quatro annos aos dezoito dias do mes de Novembro nesta Cidade de Lisboa e Hospicio da Terra Santa, onde eu Escrivão vim em companhia do Provedor do terceiro districto José Manoel Pereira de Siqueira Bramão, para o fim do dito Provedor tomar posse para a Fazenda Nacional do refferido Edifício [...] (PT/TT/MF)

A transformação do prédio do “Real Hospício” de Lisboa em sede do Governo Civil [Figura 14 – p. 109] e o destino dos seus bens serão tratados adiante. A restauração da Ordem Franciscana em Portugal, em 1867, trouxe de volta a Obra Pia da Terra Santa que, após nova interrupção em 1910 (Montalverne, 1969, p. 372), encontra-se atualmente no Largo da Luz, Carnide. Há, também, um vice-comissário em Setúbal.

A respeito da estrutura administrativa da Irmandade da Terra Santa, relacionam-se os seguintes cargos e funções: comissário-geral (ou apenas comissário), vice-comissário, procurador-geral, procurador, síndico-geral, síndico, esmoler e irmão Donato. Torna-se necessário um esclarecimento prévio: conforme Miguel SottoMayor (1889, p. 71), “As ordens mendicantes não tinham fazendas, nem rendas próprias em comum, nem em particular, viviam unicamente de esmolas”.

Na Espanha, uma vez suprimidas as ordens religiosas, foi nomeada uma junta como protetora e administradora da Obra Pia de Jerusalém na Península, substituída posteriormente por uma comissão do clero secular (Arrazola, 1853, p. 494).

⁷⁸ Em 1834, no âmbito da “Reforma geral eclesiástica” empreendida pelo Ministro e Secretário de Estado, Joaquim António de Aguiar, executada pela Comissão da Reforma Geral do Clero (1833-1837), pelo Decreto de 30 de maio, foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas.

Os estatutos das províncias franciscanas sempre estabeleceram a existência de um síndico em cada uma das casas religiosas, sejam elas hospícios ou conventos, uma vez que a regra proibia o uso do dinheiro – os frades não podiam usá-lo de forma alguma (Titton, 1971, p. 111). O síndico, cargo ocupado quase sempre por pessoa de importância social ou negociante rico (Fazenda, 1921, p. 9), tinha por obrigação ser depositário das esmolas, sejam ordinárias, sejam as deixadas em testamentos, a ele entregues pelos esmoleres. Nas reuniões da *mesa*, o síndico prestava conta das esmolas cobradas e das despesas que teve. Os lançamentos de receita/despesa, fielmente datadas, eram feitos em um livro a ser mantido em cofre. Ao final de cada ano extraía-se a conta geral de receita e despesa, fazendo-se um documento assinado por ele, o síndico, e pelo esmoler. Para o controle das coletas, os esmoleres também possuíam um livro no qual o síndico lançava, na forma de recibo, as esmolas a ele repassadas (CML, 1950-1972, p. 84). Ao síndico competia também pedir em juízo todas as dívidas devidas aos religiosos menores ou aos Santos Lugares de Jerusalém, ao que parece, mais comuns quando estavam em jogo bens de raiz. Os estatutos determinavam também que, sendo a esmola na forma de mercadorias, víveres, gado etc., ela só poderia ser vendida pelo síndico – o único encarregado de manusear o dinheiro; os frades só podiam manusear as esmolas em mercadorias. Entretanto, alguns esmoleres, quando afastados do convento, vendiam as mercadorias e traziam o dinheiro para casa, fato que, segundo frei Gentil Titton, “parece-nos inteiramente ajuizada e não contrária ao espírito de pobreza nem à essência da Regra.” (Titton, 1971, p. 111).

Observa-se, em textos produzidos em diferentes épocas, o emprego corrente do termo “esmoler” no lugar de “esmoleiro”. A princípio, “esmoleiro” é aquele que pede e recolhe as esmolas para o convento, enquanto que “esmoler” é o que distribui esmolas que outrem manda dar (Bluteau, 1712-1728). Os esmoleres pedem as esmolas⁷⁹ que, conforme a regra, são obrigados a dar (CML, 1950-1972, p. 84) aos irmãos e às irmãs franciscanos. Com relação às esmolas para a Terra Santa, havia uma intensa campanha para que fossem ofertadas.

[...] os Reverendos Parochos, Padres Prégadores, que recommendão (como são obrigados) o augmento das esmolas dos Santos Lugares, como tão precisas para o culto, veneração, e sustentação delles, onde o mesmo Filho de Deos se dignou nascer, e morrer pelo gênero humano. (PT/TT/ANTT mc35-216 fl. 3/3)

Os irmãos, demais benfeitores e esmoleres da Terra Santa logravam, em retribuição, indulgências várias⁸⁰. Era membro da irmandade da Terra Santa,

⁷⁹ Merece ser transcrito, graças a sua eloquência, o discurso de frei João Batista de Santo Antônio: “Deitay os olhos da consideração por este reyno, (já que não podem ser os da vista) e vereis andar por elle todo esparzidos vinte cinco operários, que andão sollicitando cuidadosos estas esmolas, de Provincia em Provincia, de Cidade em Cidade, de Villa em Villa, de Aldea em Aldea, padecendo precisamente nesta jornada continua muitos frios, muitas neves, muitas calmas, muitas chuvas, muitos descommodos, e abstinências, e finalmente muitos perigos, pois andão por valles, montes, precipicios, lugares pantanosos, e estradas difficultosas. Deitay os olhos também ao longo desse largo Oceano, e da America, India, Angola, e Ethiopia, que elle banha, e vereis, ou fluctuando nas ondas do mar, ou pizando as áreas das Povoaçãoens marítimas, e as estradas pulverulentas das Cidades mediterrâneas trinta filhos de Francisco para o mesmo effeito, sem descansarem neste trabalho. E consideray comvosco, se será bastantemente molesto, e penoso o peregrinar pelos Certoens dilatados, e solitários do Brasil, ajuntando gados, recebendo assucares, farinhas de pão, tabaco, salsa, e cação, e conduzindo todas estas esmolas para onde mais commodamente lhe possão dar sahida, experimentando assim muitas fomes, muitas sedes, perseguidos das immundicias dos matos, das calamidades dos tempos, e faltos do necessário para o corpo, e para o espírito; pois he certo, que estas esmolas em gênero he dobrado trabalho, do que se forão em dinheiro.” (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 457, §222).

⁸⁰ “Participão mais os Irmãos, e bemfeitores da Terra Santa, de todas as Missas, Officios Divinos, prégações, confissões, jejuns, vigílias, disciplinas, asperezas, peregrinações e de todas as mais obras meritorias dos Religiosos, e Religiosas de toda a Ordem, não só para si, mas para sua

Chica da Silva, onde entrou em 8 de outubro de 1766 e para a qual contribuiu até um ano antes de sua morte em 1792. “Dona Francisca da Silva de Oliveira, como era sempre tratada, como sinal de sua distinção” foi enterrada no cemitério da Igreja de São Francisco de Assis (Brushini & Pinto, 2001, p. 35). Em Vila Rica, Manuel da Costa Ataíde, por sua vez, deixou registrado em testamento sua filiação à irmandade da Terra Santa (Trindade, 1951, p. 400).

Quanto aos irmãos donatos,

não eram religiosos professos, mas simples empregados do Comissariado, que vestiam o hábito de São Francisco, mas somente por uma promessa de obedecer ao Comissário porquanto perseveravam no serviço da Terra Santa se achavam ligados à ordem. (Tetteroo, 1924, p. 79)

O comissário-geral era um religioso condecorado pela ordem franciscana e residente na Corte.⁸¹ Havia a recomendação de que, para Comissários Gerais das nações, fossem eleitos religiosos capacitados⁸² e que já tivessem assistido na Terra Santa. Em Portugal, o documento PT/TT/HTS mc35-7 registra:

familia, e defuntos, dando a esmola por eles. *Para se ganharem estas Indulgencias, he preciso ter Bulla da Santa Cruzada.*” PT/TT/ANTT, mc35-216: *Carta da Irmandade de Jerusalem*. p. 3/3.

⁸¹ “El Diccionario de la Lengua Española, en la voz Comisario, dice: ‘El que tiene poder y facultad de otro para ejercer alguna orden o entender en algún negocio’ y líneas abajo habla del Comisario General de Jerusalén o de Tierra Santa: ‘Religioso condecorado de la Orden de San Francisco que residía en la Corte, por nombramiento del Rey para lo tocante a caudales de los conventos y hospicios que la misma Orden tiene en los Santos Lugares y lo demás de esta obra pía’.

Entretanto, essa não era uma constante: “en un principio los comisarios [...] eran nombrados por las mismas órdenes religiosas, así em España, como em los demás Estados cristianos [...] cuya práctica duró en la Península desde los primeros tiempos despues de las cruzadas, hasta el reinado del Sr. D. Carlos III, que, declarando solemnemente el patronato de la Corona en las casas religiosas de Tierra Santa [...] reservó a la misma tambien el nombramiento de comisarios, si bien habrian de ser religiosos de la órden de San Francisco (Arrazola, Serna & Navarro, 1858, p. 494).

⁸² “Todos os negocios requerem homens, que tenham talento para elles; e he certo, que nem todos são para tudo, nem tudo he para todos. E por isso a Ley da Religião manda [...] que sejam inteligentes, e versados em negócios, e capazes de prever os futuros; mas porque isto não se

Manda a Senhora Infanta Regente em nome de El Rey participar ao Commissario da Terra Santa, que conformando se com a sua proposta para o lugar de Sindico da Terra Santa: Há por bem aprovar o primeiro proposto, Antonio Esteves Costa. Palacio da Ajuda em 8 de Fevereiro de 1827. [Assina] Luis de M^{el} de Moura Cabral

Os comissários eram os principais encarregados do comissariado, mas não eram prelados, antes, súditos do ministro-geral da Ordem (Arrazola, Serna & Navarro, 1858, p. 495). De acordo com a bula expedida pelo papa Inocêncio X, de 23 de novembro de 1645, cabia, por exemplo, ao Padre comissário-geral da Terra Santa em Portugal – residente no Hospício da Terra Santa de Lisboa, juntamente ao síndico-geral, fazer as retiradas para as despesas cotidianas do hospício e prepararem a conduta (remessa das esmolas) de Lisboa para Jerusalém⁸³.

Cada comarca do reino tinha um procurador⁸⁴ que anualmente levava, ou mandava entregar, na sede do Comissariado em Lisboa, o produto das esmolas. O procurador-geral era uma espécie de advogado, que tratava, por vezes judicialmente, dos interesses e negócios da Terra Santa. Para essa função, deveriam ser nomeados religiosos prudentes, piedosos, de vida exemplar e de

observa, succedem estes casos, e succederão outros peyores, querendo todos as occupaçoens mais pelo próprio commodo, que pelo bem publico.” (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 435, §177).

⁸³ PT/TT/HTS mc01-265: “Certificamos que nós temos recebido do Procurador Geral, e Commissario Interino da Terra Santa Fr. Antonio da Conceição Santa Anna, e do Il^{mo} Snr Manoel Theotonio de Souza Monteiro, Syndico Geral da mesma Terra Santa, huma Conducta, que consta de [...]”

⁸⁴ “[...] cada Comarca do Reino tem hum procurador, que ou vem, ou manda todos os annos o producto das esmolas, e se demora aqui com a sua cavalgadura o tempo, que lhe convem sendo a maior delonga satisfazer a muitas couzas, que lhe encomendão pessoas bemfeitoras da Terra Santa, as quaes he necessário obzequiar não só desta sorte, mas tão bem fazendo-lhes todo o agazalho qdo vem a esta Corte principalmte os syndicos, q’. servindo a Comissão pelo Amor de Deos ainda em cima dispendem com os procuradores recolhendo-os em suas cazas por Caridade quando vão receber as esmollas nos lugares das suas respectivas Comarcas [...]” PT/TT/HTS mc22-157.

capacidade tais negócios. Havia um procurador geral, residente na Terra Santa, que tinha a seu cargo todo o temporal da Custódia (Arrazola, Serna & Navarro, 1858, p. 496). Em todas as províncias e custódias franciscanas existiam vice-comissários nomeados pelo ministro-geral ou pelo comissário-geral a quem tinham de prestar contas. Os vice-comissários eram os encarregados das coletas nas províncias religiosas, dioceses e pontos ou povoações convenientes à administração. Eram estes também que substituíam o Comissário quando ausente ou em algum trabalho extraordinário.

Alguns dados revelam a abrangente atuação dos comissariados. A “Relação dos Religiosos empregados no serviço da Terra Santa”⁸⁵ em Portugal registra a existência de procuradores nas seguintes localidades: Santarém, Leiria, Coimbra, Porto, Vila do Conde, Sam Payo do Monte, Guimarães, Bragança, Lamego, Guarda e Trancoso; no ultramar: Pará, Bahia, Rio de Janeiro, Villa Rica, São João D’el Rey, Sabará e Goyazes⁸⁶ (em Meia Ponte)⁸⁷. Ainda, no Livro 38⁸⁸, intitulado “Borrão do Registro dos Religiosos e Sindicos”, relacionam-se: Santarém, Thomar, Leiria, Coimbra, Portto, Villa do Conde, Villa Nova da Cerveira, Guimarans, Bragança, Lamego, Trancoso, Guarda, Vizeu, Setúbal, Castello Branco, Portto Alegre, Cratto, Bêja, Évora, Elvas, Campo de Ourique, Algarve, Ilha de São Miguel, Ilha 3ª, Ilha da Madeira, Angolla, Cacheu, Bengalla, Gôa, Macau, Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Villa Rica, São João

⁸⁵ PT/TT/ANTT mc35-45.

⁸⁶ PT/TT/ANTT mc35-45 (Real Hospício da Terra Santa de Lisboa a 20 de Junho de 1821). Obs.: este documento traz a notação “Hosp.” à esquerda dos nomes de três localidades: Hosp. Vª Rica / Hosp. S. João d’El Rey / Hosp. Sabará; e “Caza” Goyases.

⁸⁷ PT/TT/HTS mc24-84.

⁸⁸ PT/TT/HTS-Liv38.

del Rey, Sabará, Goyazes, Serro do Frio, Arrayal do Tejuco, Aveiro. Acrescentam-se, no continente americano, as cidades do México e Lima (Arrazola, Serna & Navarro, 1858, p. 498).

A REDE DE ESMOLERES

Muitos foram os territórios palmilhados pelos esmoleres. Documentos do fundo *Hospício da Terra Santa* / ANTT demonstram a área abrangida, já no século XIX, pela arrecadação de esmolas em todo o império português no período de 20 de junho de 1805 a 14 de novembro de 1821⁸⁹. Em Portugal, a coleta está registrada em várias localidades, desde Vila Nova da Cerveira ao Faro, e, fora do continente, relacionam-se: Ilha da Madeira, Ilha de São Miguel, Ilha Terceira, Macau, Calcutá, Goa, Bissau e Cranganor. No Brasil, aparecem: Rio de Janeiro, V^a Rica (Vila Rica), Goyazes, Ryo das Mortes (provavelmente em São João del-Rei), Sabará, Cuyabá, Serro do Frio, Alagoas, Sertão, Parahiba, Goyana, Mata, Caracu, Mar.^{am} [Maranhão], Pará, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Mariana.⁹⁰

Em Calcutá, o esmoler frei Andre de Santa Roza intentava a construção de um hospício em 1785, assim escrevendo ao comissário em Lisboa: “poderei

⁸⁹ PT/TT/HTS mc01-98: “Balanço Volante do Livro Mestre N^oB”. As localidades assistidas por esmoleres, na ordem em que foram lançadas, eram: Crato, Portalegre, Porto, San Paio do Monte, Trancoso, Guarda, Elvas, Vila do Conde, Faro, Santarém, Beja, Setúbal, Leiria, Évora e Torrão. Acrescenta-se os esmoleres do Patriarcado de Lisboa. PT/TT/HTS mc02-76: acrescenta Thomar. PT/TT/HTS mc22-120: acrescenta Campo d’Ourique. PT/TT/HTS mc22-122: acrescenta Lamego e Braga. PT/TT/HTS mc35-23: “Contas Abertas do Livro Mestre N^oB”. As localidades assistidas por síndicos eram: Leiria, Ilha da Madeira (com dois síndicos), Macau, Porto (com dois síndicos), Trancoso (com dois síndicos), Maranhão, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ilha de São Miguel, Bahia, Guimarães, Vila Nova da Cerveira, Ilha Terceira, Bragança, Guarda (com dois síndicos), Coimbra, Vila do Conde, Caminha, Lamego, Vizeu, Castello Branco. Os documentos PT/TT/HTS mc22-149 e mc22-120 acrescentam, respectivamente, os síndicos de Goa e Aveiro.

Obs. 1: O documento PT/TT/HTS mc35-23 complementa o documento PT/TT/HTS mc01-98.

Obs. 2: Conforme documento PT/TT/HTS mc35-19 - inventário do Hospício da Terra Santa de Lisboa - existiam síndicos também nos bispados: “Hum Armario, em que se conservão as Contas Correntes dos Sindicos dos Bispados, e Commarcas do Reyno, e Ultramar [...]”. PT/TT/HTS mc35-23: “O vice-comissário do Rio, que faz as vezes de Síndico”.

⁹⁰ Ilha da Madeira, Ilha de São Miguel, Ilha Terceira, Macau, Calcutá: PT/TT/HTS mc35-23; Goa: PT/TT/HTS mc33-149; Bissau: PT/TT/HTS mc34-110; Cranganor: PT/TT/HTS mc34-98; Rio de Janeiro, V^a Rica (Vila Rica), Goyazes, Ryo das Mortes: PT/TT/HTS mc34-98; Sabará, Cuyabá, Serro do Frio, Alagoas, Sertão, Parahiba, Goyana, Mata, Caracu: PT/TT/HTS mc35-28; Mar.^{am} [Maranhão]: PT/TT/HTS mc34-110; Pará, Pernambuco, Bahia: PT/TT/HTS mc01-98; São Paulo: PT/TT/HTS mc01-82; Mariana: PT/TT/HTS mc34-98

conceguir chão p.^a o Hospício; e tbem devotos q concorrão p.^a o fazer; porem a dificuldade está na benção, por q. os Padres de S. Agostinho poderão empedir”⁹¹. Outros dois vice-comissariados são registrados na Índia⁹², à altura de 1819: em Bengala, frei João da Conceição e, no convento do Espírito Santo em Goa, Fr José da Virgem Maria da Porciúncula. Luanda contava com o hospício de Santo Antônio, onde assistia o vice-comissário frei Boaventura Ceriana [?], “Prefeito das missoens do Reyno de Angola e Congo”, que planejava, em fevereiro de 1782, transferir-se para o Brasil⁹³.

Conforme citado anteriormente, o Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro deixou de receber os frades esmoleres da Terra Santa por falta de lugar. Mas outras circunstâncias dificultavam, e mesmo impediam, a acolhida dos esmoleres nos conventos.

A carta do Padre Geral da Província de Madrid é contemporânea dos primeiros hospícios fundados no Brasil, ordenando todos os prelados (superiores na hierarquia eclesiástica) de todas as Províncias e Custódias, do Reino de Portugal e conquistas a receberem os religiosos a serviço da Terra Santa nos conventos em que residiam. Em documento impresso⁹⁴, o Padre Geral registra abusos e

⁹¹ PT/TT/HTS mc26-220 Carta remetida por frei Andre de Santa Roza “Calcutta 28 de Dezbr.^o de 1785”.

⁹² PT/TT/HTS mc33-148: “Copia de hua carta para o Arcebispo de Goa”.

⁹³ PT/TT/HTS mc33-149: “Loanda Hospício de S.^{to} An.^{to} 11 de Fevr.^o de 1782 / Carta do R.^{do} P.^e Fr Bonaventura Ceriana [?], Perfeito das Missoens do Reyno de Angola e Congo [Ao Rev.^{mo} Provincial, e Comiss.^o Geral da Terra S.^{ta}] / Em que trata da [?] q alcançou, a favor da esm.^a dos 600\$000 R que Henrique Joze da Cunha deixou aos Santos Lugares de Jerusalem.”

⁹⁴ PT/TT/ANTT mc34-115: “Carta Patente do R.^{mo} P.^e Geral da Província: porq. manda a todos os Prelados locaes de todas as Províncias, e Custódias deste R.^{no} e Conquistas, recebam os Vice Comissr^{os}, seus Companhi^{os} e Donatos nomeados pelo R.^{mo} P.^e Comissr^o Geral da Terra S.^{ta} noz conventos de suas Residencias, apromptando-lhes todo o precizo sustento, e aposentadoria em

contravenções aos breves, às bulas e privilégios apostólicos que os Sumos Pontífices concediam aos Santos Lugares, por parte de alguns padres guardiães dos conventos. Além do tratamento “nada religioso” dado aos missionários da Terra Santa, assinala que estes estavam sendo molestados, impedidos de pedir as esmolas e obrigados a pagarem a hospedagem e a alimentação com o dinheiro das esmolas arrecadadas.

Para por fim a todo tipo de desrespeito, ordenou que o Padre Geral da Província de Madrid, sob pena de excomunhão, que fossem recebidos os padres vice-comissários e seus companheiros, dando-lhes refeições, lugares decentes nos refeitórios e nos demais atos da comunidade, celas adequadas – com roupas e o que mais fosse necessário para que descansassem – bem como, o trato da cavalaria. Termina o documento, assinado por frei Juan Bermejo – Ministro Geral, ordenando que “estas nossas letras venham à notícia de todos, [...] que as cópias impressas, que delas se fizerem, e forem firmadas, e seladas com o selo maior do dito comissário R. P. Fr. João dos Prazeres [...] se leiam em cada convento em plena comunidade”.⁹⁵

Tais circunstâncias geraram outras soluções para albergarem-se os esmoleres. Chegaram os religiosos da ordem seráfica à construção e posse de celas exclusivas para o peditório da Terra Santa nos conventos franciscanos onde houvesse demanda por alojamento. Nesse sentido encontra-se, por exemplo, a

q^{to} andarem ocupados no peditório das esmollas p.^a os S.^{tos} Lugares.” Obs.: Prelados são os superiores na hierarquia eclesiástica.

⁹⁵ PT/TT/ANTT mc34-115.

cópia de uma certidão pública⁹⁶ passada em 31 de Janeiro de 1755 – “com vigor de escritura” – sobre uma cela que se fez no convento de Nossa Senhora da Encarnação de Vila do Conde, mediante aprovação do Ministro Provincial, frei Francisco de Santa Tereza Xavier, e mais discretos do convento.

Essa cela não estava de imediato disponível no convento, tendo sido a primeira medida, para se hospedar o esmoler, a construção de um “beliche em que residisse o procurador da mesma Terra Santa na comarca de ‘Barcellos’ enquanto se não fizesse cela suficiente”. O lugar definitivo foi o que “em outro tempo servia de expulatório do mesmo convento [...] formada [a cela] com a segurança de traves, e solhos [assoalho], e taipas, e forro, e porta, e janela tudo de novo, e a despesa dela por conta da Terra Santa”. Consta que havia um acesso interno a essa cela para o sótão existente abaixo dela (no caso, um porão) para melhor acomodação dos pertences e do acompanhante do procurador na cobrança das esmolas. Nessas acomodações ficavam guardados também livros e papéis importantes, por isso, na ausência do procurador não seria conveniente que a chave da cela ficasse aos cuidados da comunidade “pelo perigo que daí pode resultar”. No caso de substituição do religioso da Terra Santa, a chave deveria sempre ser entregue ao síndico do convento.

No que concerne à distinção das celas exclusivas para os religiosos do comissariado, determinou-se que fosse colocada “sobre las puertas de las celdas que fabricare las armas de la Tierra Santa; y ningun inferior nuestro podrá

⁹⁶ PT/TT/ANTT mc34-46.

disponer de [dichas] celdas, ni ocuparlas, sin orden, y licencia de [dicho] P.^e Commiss.^o o sus subcessores”.⁹⁷

O mesmo caso verifica-se no Convento de São Francisco da Vila de Covilhã, cujo guardião foi ordenado a dar uma cela ao esmoler frei Manoel de São Joaquim e demais esmoleres que viessem depois dele, fazendo-se todos os consertos precisos à custa da Comissão Geral e “no frontispício da dita cela se lhe porá um letreiro que diga ‘Cela dos Esmoleres da Terra Santa’”⁹⁸. As mesmas providências foram aplicadas aos conventos franciscanos de Sam Paio do Monte, Porto (2 celas), Guarda, Trancoso, Ferreirinha, Santarém, Évora, Bragança e Guimarães (2 celas)⁹⁹. Notícia de uma cela no Convento de São Francisco da Ponte de Coimbra é registrada em caso de litígio envolvendo o síndico do convento. O esmoler procurador em Coimbra escreve ao comissário-geral da Terra Santa em Lisboa, D. frei José Joaquim da Imaculada Conceição – Arcebispo eleito de Cranganor, participando da situação da cela de propriedade da Terra Santa e que D. frei José indicasse a quem deveriam ser entregues os livros e demais pertences da Terra Santa¹⁰⁰. A compra ou construção de celas em conventos franciscanos foram, posteriormente, alvo de impedimento régio conforme remete a patente:

Hua Patente do N M R P. M.^e fr. Manoel de S. Caet.^o passada em 12 de Julho de 1743, tempo, em q por Sua Mag.^{de} estava

⁹⁷ PT/TT/HTS mc35-73.

⁹⁸ PT/TT/HTS mc35-105 (documento datado de 09 de junho de 1759).

⁹⁹ Sam Paio do Monte, Porto (2 celas), Guarda, Trancoso, Ferreirinha e Santarém: PT/TT/ HTS mc35-177; Évora: PT/TT/HTS mc35-104; Bragança: PT/TT/ HTS mc34-79; Guimarães: PT/TT/ HTS mc34-127 e PT/TT/HTS Liv40 - *Seção “Patentes”*.

¹⁰⁰ PT/TT/HTS mc24-196 (documento datado de 29 de junho de 1825).

impedido recurso aos nossos P.^{es} R.^{mos} p.^a se fazerem celas em varios conventos desta Provincia, de q. necessitavão m.^{to} os Esmoleres da Terra S.^{ta} (PT/TT/HTS mc35-87)

Requisições, vindas de todas as partes, por esmoleres a serviço dos Santos Lugares não eram poucas. Tendo em vista a observância das bulas e breves apostólicos em prol da Terra Santa e o esforço constante dos comissariados para aumentar as esmolas para os Santos Lugares, várias províncias franciscanas solicitavam a presença de religiosos que se encarregassem do peditório. Uma carta patente do ministro da província de Santo Antônio de Portugal, dada no Convento de Santo Antônio de Lisboa¹⁰¹, atendendo ao pedido do Comissário Geral da Terra Santa, autorizava que um religioso leigo dessa província “se empregasse em pedir as esmollas pelo districto do ‘Gram Pará’ [...] e ahi o fazemos morador em o nosso convento de S.^{to} Antonio da Cid.^e de Belém”¹⁰².

Encontra-se também um requerimento para passaporte de um esmoler para o Brasil, emitido por frei Antônio da Conceição Santa Anna, procurador-geral, enviado a “V. Real Majestade Administrador interino da Comissão da Terra Santa”, nos seguintes termos: “que pela grande falta que tem de esmoleres no Hospício do Rio de Janeiro para suprir as de Minas Gerais pretende mandar para aquela Corte o Religioso Leigo Fr. Leonardo da Encarnação Santa Anna”¹⁰³. O

¹⁰¹ “Esta casa foi fundada como hospício, em 1640, por iniciativa do correio-mor do reino Duarte Gomes da Mata, que tornou o novo cenóbio patronato dos correios-mores do reino. Em 1720, passou a convento. Pertencia à Ordem dos Frades Menores, e à Província de Santo Antônio. Também era conhecido por Convento da Cruz da Pedra de Benfica e por Convento de Santo Antônio da Convalescença de Benfica.”

Disponível em: <<http://digitalq.arquivos.pt/details?id=1378910>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

¹⁰² PT/TT/ HTS mc35-118 (documento datado de 28 de março de 1785).

¹⁰³ PT/TT/ HTS mc34-77 (s.d.– note-se que frei Antônio da Conceição Santa Anna teve a função de procurador-geral no primeiro quartel do século XIX).

passaporte era documento obrigatório, uma vez que havia a proibição de qualquer religioso ir às Minas, excetuando-se os esmoleres da província da Imaculada Conceição.¹⁰⁴ Frei Antônio atendia, com essa medida, à recorrente súplica do frei Manuel de Santa Rita, assistente no hospício da Terra Santa de Vila Rica, e do síndico Marcos José Rebello. Frei Manuel relatava que a arrecadação em Minas havia caído muito, fato que se agravaria ainda mais com a extinção da Bula da Santa Cruzada, e que o comissariado contava, em Vila Rica, com apenas um religioso. Dessa forma, a missão estava comprometida, por ser necessária a presença constante de um religioso no hospício e outros dois, no mínimo, para os trabalhos fora dele para o aumento da coleta.¹⁰⁵

Entretanto, adverte frei Gentil Tilton, além dos Esmoleres da Terra Santa, iam às Minas frades da Província da Imaculada Conceição e da Província de Santo Antônio do Recife (Tilton, 1971, p. 122), isso à época do ano de 1738, época em que frei Apolinário da Conceição redigia seu *Claustro Franciscano*. Sobre o comissariado da Terra Santa, escreveu frei Apolinário:

Não pertencem estes hospícios, nem os religiosos que moram, e são adictos a eles, ocupados no exercício de pedirem esmolas para a Terra Santa, a província alguma com especialidade, ainda que no Convento de São Francisco de Lisboa da Província de Portugal tenham o seu Padre Comissário Geral, pois este é

¹⁰⁴ Determina-se que se não permita a religioso algum o ir às Minas com negócio particular, nem se lhe dê licença para isso, tirado os esmoleres da província. *Estatutos*, p.70 *apud* TITON, Gentil. *A reforma da Província Franciscana da Imaculada Conceição...*, p. 108; nota de rodapé Nº10. Ainda, desde 21 de fevereiro de 1738, estava determinado por ordem régia “que se não consentissem nas Minas clérigos desnecessários, e só aqueles que fossem precisos para o serviço das igrejas” IHGB. *Instrução para o governo da capitania de Minas Geraes*, p. 311 Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=A9c-AAAAYAAJ>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

¹⁰⁵ PT/TT/ANTT mc25-195: “Em o Hospício da Terra Santa de Vila Rica a 10 de março de 1822”

imediatamente ao Padre Ministro Geral da Religião, e hospícios, e religiosos da obediência do tal Comissário, só dizem respeito à custódia da Terra Santa; e assim como esta se compõem de Religiosos de todas as Províncias da jurisdição do dito ministro geral de toda a Seráfica Religião, e não pertence a alguma a glória de apelidarem de sua obediência, porque é um composto de todas, da mesma forma o são estes hospícios providos de Religiosos de todas as Províncias Portuguesas, e com muita especialidade da nossa do Rio de Janeiro, em cujo exercício no tempo presente se acha com um seu filho Vice-Comissário em Pernambuco, e mais de dez nesta, e outras Capitanias do Brasil, pedindo esmolas para obra tão pia, e católica, como é esta. (Conceição, 1740, p. 108)

O HOSPÍCIO E O COMISSARIADO DA TERRA SANTA DE PORTUGAL

Na cidade de Lisboa, junto ao Convento de São Francisco, nasceu o Comissariado de Portugal. Dada sua grandiosidade, esse convento era denominado *Cidade de São Francisco*, sede da Província de Portugal da Regular Observância. Os Frades Observantes¹⁰⁶, membros da Ordem dos Frades Menores – OFM, sempre foram maioria entre os membros da Custódia da Terra Santa e dos comissariados. Naturalmente, portanto, assim que desvinculado da Espanha, o Comissariado de Portugal estabeleceu-se definitivamente no Convento de São Francisco da Cidade.

Recapitulando o já exposto, a licença para instalação do Comissariado em Lisboa foi assinada em 26 de fevereiro de 1715, enquanto que o terreno em que se assentou o hospício foi comprado ao Convento de São Francisco¹⁰⁷. [Figura 55 – p. 192] Logo, em 1716, já haviam sido feitas obras no local e, refere frei João Baptista que, para sua construção foram gastos oito mil e quinhentos cruzados, arrecadados em esmolas¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Experimentados alguns modelos de estruturação da ordem primeira, desde sua fundação, chegou-se a 1517 com duas ordens de Frades Menores, ou franciscanos: a dos Frades Menores Conventuais ou Claustrais e a dos Frades Menores Observantes. No tempo de D. João III, os Conventuais foram suprimidos. Os Observantes propagaram-se muito nos séculos XV e XVI, mas também “foram perdendo parte da sua observância e assim, entre eles, iam surgindo frades da mais estrita Observância”. Estes eram denominados *Riformati* na Itália, *Récollets* na França, *Descalzos* na Espanha e *Capuchos* em Portugal [...] Em 1525, na Itália, surgiu uma reforma dos Observantes chamando-se Cappuccini, isto é, Capuchinhos (Faria, 1981, pp. 163-165).

¹⁰⁷ PT/TT/HTS mc35-209.

¹⁰⁸ “[...] pelo mesmo se fez nesta Corte, e convento outro hospício para domicílio dos mesmos religiosos, que se ocupam na direção, governo, e operação deste subsídio, que fez oito mil e quinhentos cruzados de gasto, para o que deram também muitos devotos esmolas particulares.” (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 458, §224).

Em seguida, o guardião do convento emitiu uma patente segundo a qual foi vendida ao comissário-geral e ao síndico da Terra Santa:

a logea, e sobre logea, chamada a casa do Calheiros, q fica situada por baixo das cellas e dormitr^o da m.^{ma} Terra S.^{ta}, des das escadas de N. S.^{nra} das Angústias, que desce p.^a a cisterna, até a porta que desce da m.^{ma} cisterna p.^a a rua Vermelha, contadas as serventias que de presente tem, e as mais que lhe quiserem fazer, p.^a q possam usar da d.^a caza da logea p.^a o serv^o da Terra Santa, a qual lhe temos vendido de hoje p.^a todo o sempre [...] com data de 28 de Nobr^o de 1725. (PT/TT/HTS mc35-208)

Não há informações sobre o que se teria passado nos quatro anos seguintes a 1725, o fato é que, em 24 de março de 1729, o “Geral” (talvez, ministro-geral da Ordem) mandou que o padre guardião do Convento de São Francisco restituisse à Terra Santa as celas da varanda.

Em 30 de novembro de 1741, um incêndio arruinou o convento franciscano da cidade de Lisboa. Não foram encontrados relatos sobre o seu efeito sobre as dependências utilizadas pelos religiosos a serviço da Terra Santa. Entretanto, há uma carta¹⁰⁹ do frei João da Torre, commissario-geral da Ordem Menor de São Francisco, ao frei João dos Prazeres, comissário-geral da Terra Santa em Lisboa, concedendo licença para “se fazer Hospicio novo por cauza do insendio”¹¹⁰, nos seguintes termos:

Por el tenor de las presentes, y p.r el motivo de averse quemado la maior parte de nro Conv.to de S.n Fran.co de la

¹⁰⁹ PT/TT/HTS mc35-77.

¹¹⁰ PT/TT/HTS Liv40, seção: “Inventário dos principaes papeis, que se contem no Archivo do Hospicio da Terra S.^{ta} feito em Junho de 1749”.

Ciudad de Lisboa, Concedemos nra bendición y Licencia [...] para que pueda tratar y disponer hacer hospício, pa los familiares de tierra s.ta em el sitio, que [?] fuere mas conven.te con intervención, y disposición del Her. Syndico Gen. de tierra s.ta sin que ningun inferior nro lo pueda impedir. Dad.s en este nro Conv.to de S.n Fran.co de Ma.d en 22 de Diz.e de 1741. Fr. Juan de la Torre / Com.o Gen.al (PT/TT/HTS mc35-77)

O rascunho de uma carta¹¹¹, não assinado (naturalmente), mas datado de 30 de julho de 1744, destinada ao Padre Geral da Província menciona a autorização acima transcrita (de 22 de dezembro de 1741), que obtiveram para construírem novo hospício. Passado algum tempo, o Provincial em Lisboa deliberou com o arquiteto de “El Rey” a feitura da planta e o local da construção, não facultando aos representantes da Terra Santa opinarem sobre essas questões e levando-os a uma tentativa de impugnação. Os argumentos que tinham eram os valores a serem empregados numa obra “de tanta grandeza e suppozição”, acrescentando que seria construída em uma quadra que tinha “em muytas partes, quarenta palmos de entulho, sem falar nos alicerces: prevendo logo a excessiva despeza q. havia de fazer a obra naquela p.^{te}”. Sobre a parte do hospício, englobada no projeto para todo o convento de São Francisco, explica o autor da carta que sua interposição não desmancharia a “perfeyção da planta, pois incluia a quadra principal 4 quadras fora a da portaria e ficava o Conv.^{to} novo com 360 celas”. Como o arquiteto lhe “atou as mãos” dizendo que ninguém lhe “pediu dinr.^o, nem havia de pedir dinr.^o e q. hera obra q. não havia de parar por falta de dinr.^{os}, q. sua

¹¹¹ PT/TT/HTS mc33-146.

Mag.^{de} mandara fazer a planta e q. assim o tinha determinado.” Procedeu-se, então, da seguinte forma:

O engano, q. já não tinha remédio, cuydey em reparallo pondo na escritura a clauzula q. tomaria da quadra aquella p.^{te} q. precisam.^{te} me parece nesseçaria p.^a acomodação da familia, condutas, e mais provim.^{tos} p.^a os hospicios das conquistas p. o q. temos já dado aos mestres em tres pagam.^{tos} trinta mil cruzados, e mais de tres aos carpinteiros. [...] Entrouce a medir a p.^{te} q. me tocava, e hera percisa, q. são dous lanços da quadra com doze celas, almazem, e ofecinas ficando p.^a accomonid.^{de} sobre o hospicio ainda dous dormitorios: [fez-se] a medição com m.^{ta} paz, e sem contradissão do q. escolhia [...] (PT/TT/HTS mc33-146)

Em nota a ser incluída no corpo da carta, o autor coloca: “como se observa neste reformadissimo Conv^{to}. de S. Pedro de Alcantara a onde o q. serve de hospicio se acha tambem separado, e fechado”. Termina o rascunho com local e data: “São P.^o de Alcantara em 30 de Julho de 1744.” Assim sendo, junto aos alcantarinos, recolheram-se os religiosos da Terra Santa enquanto as obras caminhavam.

Em 13 de abril de 1743, o “Mercúrio Histórico de Lisboa” (periódico manuscrito) noticiava que “[...] o dormitorio da parte da Rua do Saco se acha ja com as primeyras abobedas fechadas, e principiadas as portas das cellas do primeyro andar, de sorte que o Hospício de Jerusalém esta completo [...]”.¹¹² Outros documentos do fundo PT/TT/HTS dão conta dos investimentos feitos pelo comissariado para seu novo hospício¹¹³. Entre eles, um registro de 21 de agosto

¹¹² Mercurio Historico de Lisboa; Sábado, 13 de abril de 1743 *apud* Calado (2000, p. 137).

¹¹³ 114 - PT/TT/HTS mc14-28 a 40: “8 de Outubro de 1745 / Avaliação da Obra de Ferreiro q. veio p.^a o Hospicio da Terra S.^{ta} com as certidões de cada hum dos Mestres da m.^{ma} obra”. Esse documento é complementado por: PT/TT/HTS mc34-134: “Midisão q. se fez no hospicio dos P.^{es}

de 1744, traz mais informações sobre as características físicas novas instalações, que passaram de duas para três quadras: eram “três quadras” (três dos blocos que circundam o claustro) onde se encontravam dezoito celas (seis em cada quadra), o claustro inteiro e a cisterna [Figura 56 – pp.192 e 193] “observandose em todo, y por todo lo determinado en la planta mandada hacer, y aprovada por Su Magestad”¹¹⁴. Nesse documento percebem-se desavenças entre os franciscanos do Convento de São Francisco e os do Comissariado sobre os direitos de uso da edificação.

Para a reconstrução de todo o complexo contribuíram, anualmente, D. João V, e D. José I com dez mil cruzados; a madeira proveniente do Brasil foi isentada de taxas; quarenta e três mil cruzados doou a “Santa Casa de Jerusalém” (Castro *apud* Calado, 2000, p. 132); e para a América foram sete religiosos pedirem esmolas, sendo um deles leigo do hospício da Terra Santa. A passagem do esmoler frei Antônio D. Bernardino por Vila Rica está registrada a 27 de agosto de 1746 em documento intitulado “Solicitação de esmolas para a reedificação do Convento de São Francisco, arruinado por um incêndio, em Lisboa”.¹¹⁵

da Terra S.^{ta} cito no convento novo de S. Fran.^{co} da Cid.^e de q he Comisario Jeral o m.^{to} ad.^o P.^e M.^e Fr: João do Prazeres – a qual midisão se fes com assistencia do P.^e Fr. Antonio de S. Caetano, procurador da Terra S.^{ta}, e, PT/TT/HTS mc34-135 - 12 de Novembro de 1745: “Certidão em publica forma de avaliação q. fizerão os Mestres da Cid.^e da obra de Pedreiro feita pelos M.^{el} Antunes Feio e Manoel Fran.^{co} de Souza neste Hospicio da Terra S.^{ta} q. importou em 19.645\$731 a q. se acha junto o recibo da d.^a q.^{tia}”

¹¹⁴ PT/TT/HTS mc34-78: “Certidão authentica com o Decreto do R.^{mo} P.^e Comissr.^o geral da Provincia Sismontana de Castella em q. expressam.^{te} declara pertencer a este Hospicio da Terra S.^{ta} as 3 q.^{as} do claustro em q hoje se acha situado o m.^{mo} Hospicio na forma da clauzula da Escritura celebrada com o Provincial, e Diffinitorio deste Com.^{do} de S. Fran.^{co} da cid.^e, e planta aprovada por S. Mag.^e.”

¹¹⁵ Arquivo Público Mineiro. Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto. CMOP/cx.19/doc. 24.

O valor aplicado na obra passava de 600 mil cruzados, sendo mais de 200 mil provenientes de esmolas do Brasil, quando o terremoto de 1º de novembro de 1755, sucedido por grande incêndio, destruiu novamente tudo o que se havia levantado. Poucos dias antes, em 22 de outubro de 1755, ainda se registrava a coleta de recursos em Vila Rica para o convento “destruído pelo fogo”.¹¹⁶

Com essa segunda catástrofe, o Hospício da Terra Santa nada sofreu, conforme relata Padre Manuel do Portal:

Contarey agora um successo raro, para que se veja quanto he do agrado de Deos a conservação da Terra Santa. Veyo o terramoto, e derrubou a Igreja de São Francisco. Veyo o fogo, e reduzio a cinzas a cinzas o convento; porem o Hospício da Terra Santa ficou sem ruina do Terramoto, nem o fogo se atreveo a offendelo, e por isso tudo o que pertencia à Terra Santa se salvou, e o que cauza mayor admiração foy, que abrazando o fogo todas as cayxas de assucar, que estavaõ na Alfandega, só dois feyxos se não queimaraõ. Contey este successo para que se conheça a grande providencia, que Deos tem em conservar aquelles Santos Lugares. (Portal *apud* Calado, 2000, p. 143)

Contratados para avaliarem a parte feita pelos pedreiros, o arquiteto Santos Pacheco e o engenheiro Elias Sebastião Poppe, em 12 de novembro de 1745, assim descreveram o prédio:

He pertense ao dito hospicio, o clausto da nova sisterna, com tres paredes só mente, por ficar huma pertencendo à Provincia, que he a da parte dos caceres; e mais dez palmos para hum lado, em que fica a janella da caza da pinitencia; e tem o dito hospício sua

¹¹⁶ Arquivo Público Mineiro. Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto. CMOP/cx.32/doc. 70. Também em: PT/TT/HTS mc35-208.

entrada para as officinas baxas por hua porta, que fica na rampa junto ás cumuas geraes; e da outra parte oposta, e junto á mesmas cumuas, lhe fica o seu pátio da cozinha com os muros levantados em altura de seessenta e seis palmos para evitar a devacidão dos moradores vezinhos.

E no pavimento do durmitorio das sellas, lhe pertense todas as tres paredes do seu clausto, sem a diminuição dos sobre ditos dez palmos da caza da pinitencia, que ficam por baxo de hua sella, ficando os durmitorios e cellas com mais comprimento, que as paredes do dito clausto, tudo o que excedem as ultimas sellas com todas as grussuras das suas paredes; e lhe pertense as paredes das cumuas geraes, que lhe ficam anexas ás do seu durmitorio, e da parte do quintal da cozinha, até a altua do seu pavimento da sellas, e dos durmitorios, que são vinte palmos, e outo décimos de palmo.

E lhe pertense mais as escadas de lansos que tem duas janelas para o pátio das sua cozinha em altura do primeiro pavimento e do segundo. (PT/TT/HTS mc34-135)¹¹⁷

As comuas acima mencionadas situavam-se em um volume cilíndrico e, ao que parece, eram dispostas radialmente, constituindo uma “tipologia interior inovadora de grande funcionalidade” (Infante, 1998, p. 103). Ainda, segundo M. Calado, o Teatro Nacional D. Maria II “curiosamente, chegou a ser pensado para a cerca¹¹⁸ do Hospício da Terra Santa” (Calado, 2000, p. 35). Acrescenta-se que constava “o dito edifício de diferentes lojas, e primeiro e segundo pavimento com muitas

¹¹⁷ PT/TT/HTS mc34-135: “Medição que se fez no Hospício dos Padres da Terra Santa [...]”

¹¹⁸ Cerca: Terreno adjacente e pertencente ao convento (Titton, 1972, p. 74).

diferentes casas e dois jardins, cobrindo os ditos pavimentos um grande terrasso”.¹¹⁹ Assim é descrita, pelo Ministério das Finanças, a obra concluída¹²⁰:

Entrando a dita porta principal encontrasse huma grande loja com suas cocheiras, ou cavalharias aos lados com janellas de grades de ferro para a sobredita travessa das Parreirinhas, no fundo da dita loja há hum Portão que dá serventia para diferentes Armazens, huma grande cozinha com portas para os pateos a cima mencionados; do lado esquerdo entrando na mesma loja há huma escada de pedra que dá serventia ao primeiro pavimento aonde há diferentes Dormitorios huma grande salla com porta para hum dos jardins e janellas para a dita Travessa das Parreirinhas, outra dita mais pequena , e outras diversas cazas. Neste pavimento há tão bem huma Capella com sua Sacrestia. No segundo pavimento tem diferentes cazas grandes, e cobre todo este Edificio hum grande terrasso.

Documentos emitidos entre 8 de outubro e 12 de novembro de 1745¹²¹ são de grande interesse por revelarem os nomes de quatro renomeados profissionais responsáveis pelas obras do Hospício da Terra Santa de Lisboa. São eles: Santos Pacheco¹²² – arquiteto da obra, Carlos Baptista Garvo¹²³ – chefe de cantaria e

¹¹⁹ PT/TT Ministério das Finanças - Hospício da Comissão Geral da Terra Santa; Caixa 2266 - Inventário N° 459 / N° antigo 67 e: PT/TT Ministério das Finanças - Hospício da Comissão Geral da Terra Santa; Caixa 2266 - Inventário N° 459-A. fls. 39-40.

¹²⁰ PT/TT Ministério das Finanças - Hospício da Comissão Geral da Terra Santa; Caixa 2266 - Inventário N° 459-A; fls 39 e 40.

¹²¹ PT/TT/HTS mc14-28 a 40 - “8 de Outubro de 1745 / Avaliação da Obra de Ferreiro q. veio p.^a o Hospicio da Terra S.^{ta} com as certidões de cada hum dos Mestres da m.^{ma} obra”. Este documento é complementado pelos seguintes:

PT/TT/HTS mc34-134 - “Midisão q. se fez no hospicio dos P.^{es} da Terra S.^{ta} cito no convento novo de S. Fran^{co} da Cid.^e de q. he Comisario Jeral o m.^{to} ad.^o P.^e M.^e Fr: João do Prazeres - a qual midisão se fes com assistencia do P.^e Fr. Antonio de S. Caetano, procurador da Terra S.^{ta}”

PT/TT/HTS mc34-135 - 12 de Novembro de 1745 / “Certidão em publica forma de avaliação q. fizerão os Mestres da Cid.^e da obra de Pedreiro feita pelos M.^{el} Antunes Feio e Manoel Fran.^{co} de Souza neste Hospicio da Terra S.^{ta} q. importou em 19.645\$731 a q. se acha junto o recibo da d.^a q.^{ta}”

¹²² A respeito da obra de Santos Pacheco de Lima: 1) foi estudada por: Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva. A Talha Barroca de Lisboa (1670 - 1720). Os Artistas e as Obras.

alvenaria e os mestres pedreiros Manoel Antunes Feye e Manoel Francisco de Souza. A parte de serviços do hospício receberia novas obras em 1796 e 1798, quando houve reedificação e acréscimo de diversas oficinas.¹²⁴ [Figura 14 – p. 109]

Entre as peças sacras, relíquias, objetos de culto e adornos que compunham capela de Santo Antônio¹²⁵ e sacristia, destacam-se: um retábulo de talha dourada com painel de Nossa Senhora da Conceição, pintado por Pedro Alexandrino de Carvalho; *A Visitação dos Reis Magos* e *A Visitação dos Pastores ao Menino Deus*, ambos em pedra jaspe oriental, originais da Escola Veneziana; dois quadros em marfim de alto relevo, sendo um o Nascimento do Menino Jesus e outro a Sagrada Família – obra francesa do tempo de Luís II –; um modelo do

Ferreira; Tese de Doutoramento; Orientador: Prof. Doutor Vítor Serrão / Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras / Departamento de História; 2009. Observa-se que a atuação de Santos Pacheco, no Hospício da Terra Santa de Lisboa, não consta do rol de obras do mestre desta monografia. O documento PT/TT/HTS mc14- 28 foi cedido, a título de colaboração com outra monografia, da área de História da Arte da Idade Moderna, apresentada ao Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 2014.

2) “É com a obra prodigiosa de Santos Pacheco, activo em Lisboa c.1717-1755, que o Estilo Joanino se estabelece [...]” Joel Serrão, Avelino de Freitas de Meneses, Artur Boavida Madeira. Nova história de Portugal: Portugal de paz da Restauração ao ouro do Brasil. v. 7, Editorial Presença, 2001

3) “Sabe-se que Félix Adaulfo e Santos Pacheco fizeram a talha de São Miguel de Alfama, que é joanina, que o mesmo Adaulfo (Félix da Cunha) fez a da Madre de Deus e o púlpito. Igualmente o mesmo Santos Pacheco de São Miguel fez o admirável retábulo da Sé do Porto.”

¹²³ Carlos Baptista Garvo herdou o ofício do pai, João Baptista Garvo. “Oriundo de uma família originária de Bissone, João Baptista era filho de Carlo Garvo e neto de Leone di Francesco Garvo. Quer o seu pai, quer os seus tios Giacomo e Gian Pietro Garvo, quer ainda o seu primo Bernardo Garvo, todos se dedicavam à escultura e ao trabalho em pedra. Assim, a actividade de João Baptista partiu já de uma longa tradição familiar. Garvo iniciou a sua carreira como mestre pedreiro em Génova, onde foi encarregado da exploração de uma mina de mármore em Carrara. Em 1672, já se encontrava em Lisboa. Ali, desempenhou vários trabalhos [...]”. Carlos Baptista trabalhou nas igrejas dos colégios de Santarém e de Santo Antão-o-Novo e, entre outras, nas obras de Mafra. Disponível em: <www.catedra-alberto-benveniste.org/dic-italianos.asp?id=248>.

¹²⁴ PT/TT/HTS mc35-215 “Certidão em pública forma” do livro de “Despezas Numero segundo”, emitida em 27 de fevereiro de 1823.

¹²⁵ PT/TT/HTS Liv40 - “Inventário de tudo o que pertence a Capella do S.^{or} Santo Antonio cita no Hospicio da Terra S.^{ta}”

edifício do Lugar Santo de Jerusalém em madeira marchetada de madrepérola; uma cruz grande toda marchetada de madrepérola com doze relíquias embutidas.¹²⁶

Da listagem acima, posterior a 1834, já não consta o que havia sido compilado a 30 de julho de 1805, na “Relação de Preciozidades que existem na Capela do Hospício da Comissão Geral da terra S.^{ta} no Convento de S. Fran.^{co} da Cidade de Lisboa”¹²⁷. Segundo essa relação, do lado do Evangelho havia uma urna com o corpo de São Bonifácio organizado e, da Epístola, outra urna com o corpo de Santa Vitória também organizado. Ambas as imagens têm lugar hoje na Igreja de São Nicolau de Lisboa, estando nos mesmos lados da capela de origem: à esquerda de quem entra, sob o terceiro altar lateral, está a imagem jacente e relíquias de São Bonifácio mártir e, à direita da entrada, também sob o terceiro altar lateral, a imagem jacente de Santa Vitória (Paróquia São Nicolau, s.d.). Há possibilidade de que o quadro de Nossa Senhora da Conceição, de autoria de Pedro Alexandrino de Carvalho, tenha acompanhado as referidas imagens e esteja no museu da Igreja de São Nicolau. A obra foi visitada por Anne Louise Gonçalves Fonseca para constar em sua tese *Pedro Alexandrino de Carvalho (1729-1810) et la peinture d'histoire à Lisbonne: cycles religieux et cycles profanes*. A capela era composta também por um painel de Nossa Senhora da

¹²⁶ PT/TT Ministério das Finanças - Hospício da Comissão Geral da Terra Santa; Caixa 2266 - Inventário Nº 459-A; fólios 9 a 13.

¹²⁷ PT/TT/HTS mc19-113.

Assunção pintado por José Inácio de Sampaio¹²⁸ – discípulo de Pedro Alexandrino.

A localização e as divisas do Real Hospício da Terra Santa de Lisboa foram registradas¹²⁹ da seguinte forma, à época em que foi suprimido: ficava na Travessa do Freixinho a São Francisco, para onde tinha a porta principal e única; era delimitado ao norte com a Travessa das Parreirinhas, atual Rua Capelo; a sul, confrontava com o Convento de São Francisco, onde tinha pátio com poço e nora; a nascente, com a cerca do mesmo convento, onde havia outro pátio com seu terraço; a poente com a Rua Nova dos Mártires, atual Rua Serpa Pinto, onde havia dois jardins com seus alegretes e tanque.

Baixado o decreto de 28 de maio de 1834, alguns cômodos do hospício, entre eles a capela (Calado, 2000, p. 159, anexo XV) e a “caza da secretaria”, foram depositários de pinturas e quadros dos conventos extintos. Daí saíram, em 29 de agosto de 1835, para o “Depósito Geral de São Francisco da Cidade”, com a identificação dos locais de origem¹³⁰. Essas obras, futuramente, comporiam o

¹²⁸ PT/TT/HTS mc11-2: “Janr^o - 1826 R.^{bo} de hú Painel. 48:000 / Para o Hposp.^o da Terra S.^{ta} Aprontei hum Painel de N. Snr.^a da Acen^{cam} pella q.^a de Dez Moedas as quais R.^{bo} do Proc.^{or} Gr.^{al} do m.^{mo} Hosp.^o Lx.^a [ass] Joze Ignasio de S. paio”. José Inácio de Sampaio trabalhou também para a Sé de Lisboa: execução de várias pinturas para a Capela de Nossa Senhora de Belém, por José Inácio de Sampaio; 1825 - cópia da “Assunção da Virgem” de Pedro Alexandrino por José de Inácio Sampaio (IHRU/ SIPA, s.d.).

¹²⁹ PT/TT Ministério das Finanças - Hospício da Comissão Geral da Terra Santa; Caixa 2266 - Inventário n. 459 / n. antigo 67; e: PT/TT Ministério das Finanças - Hospício da Comissão Geral da Terra Santa; Caixa 2266 - Inventário n. 459-A . fl. 39.

¹³⁰ BN/DLEC/15; cx 05-02; Correspondência para a CADLEC*; 28/08/1835: “Relação dos quadros pertencentes ao Depósito Geral de São Francisco da Cidade que estavam collocados no quarto nº9 do Hospício da Terra Santa”. BN/DLEC/15; cx 05-02; Correspondência para a CADLEC; 29/08/1835: “Relação dos quadros pertencentes ao Depósito Geral de São Francisco da Cidade que estavam collocados na caza da secretaria, no extinto Hospício da Terra Santa, e que forão dalli removidos para o Depósito Geral no dia 29 de Agosto de 1835 com a declaração dos conventos a que cada hum pertencia”. *Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos.

acervo da Galeria Nacional de Pintura, transferida em 1881 para o Palácio das Janelas Verdes (Calado, 2000, p. 39, anexo XV). A desocupação do hospício da Terra Santa visava à instalação da sede do Governo Civil de Lisboa¹³¹, aí permanecendo, desde meados da década de 1830, até o ano de 2014¹³². [Figura 14 – p. 109] Em 28 de outubro de 1835, o próprio governador solicitava a remoção das obras de arte que se achavam no hospício para que, no dia seguinte, fossem iniciados os reparos necessários à nova função. A correspondência oficial é concluída da seguinte forma: “ficando V. S.^a na intelligencia de que ficão a meu cargo todos os objectos, que se achão dentro da Capella, de que amanhã mando tomar posse.” (Lisboa, 1834, tomo VII, p. 372). Assina o Governador Civil. Sobre os objetos do interior da capela acima mencionados, três dias antes da solicitação acima – em 25 de outubro de 1835 –, a rainha havia ordenado ao governador que:

[...os artigos..] que tocam ao culto da capella do mencionado Hospício, bem como os quadros que lhe competem, sejam conservados até nova ordem na mesma Capella, por isso que entregues ao cuidado de V. S.^a em nenhum outro sitio podem ser guardados com maior segurança, fechando-se contudo todas as comunicações que ainda, há abertas para o Convento de São Francisco da Cidade; para que o dito Tribunal fará as convenientes providencias. (Calado, 2000, p. 160, doc. XLV)

¹³¹ Em 13 de agosto de 1835 a rainha já havia determinado a retirada dos quadros e pinturas depositados no edifício da Terra Santa para nele se instalar o Governo Civil (Calado, 2000, p. 160, doc. XLIX).

¹³² Decreto-Lei nº 114/2011, de 30 de novembro. Diário da República, 1ª série — N.º 230 — 30 de novembro de 2011. Capítulo I / Disposições gerais / Artigo 1.º / Objecto / O presente decreto -lei procede à transferência das competências dos governos civis, no âmbito da competência legislativa do Governo, para outras entidades da Administração Pública, estabelece as regras e os procedimentos atinentes à liquidação do património dos governos civis e à definição do regime legal aplicável aos seus funcionários, até à sua extinção.

Importante seria localizar e consultar, se ainda existente, o inventário da livraria do hospício, segundo o qual era formada por 2.642 volumes¹³³. Uma referência a ela diz “[...] quanto a Livraria do Hosp.^o que visto ser grande, e não se poder verificar neste acto a sua combinação com o Inventario della o atual commiss.^o constituir-se responsável sem esta [?] ficou deferida p.^a o outro dia a sua entrega [...]”¹³⁴.

Existem desenhos de arquitetura datados de 1936, nos quais é possível identificarem-se algumas das dependências do hospício-sede do comissariado, entretanto, muito pouco do que foi essa casa resta nos dias atuais.¹³⁵ Por questões de segurança, visto que, as instalações dos ex-governos civis portugueses são agora ocupadas por polícias e protecção civil, o acesso às dependências é muito restrito, não sendo possível averiguar-se o que, porventura, restaria dos elementos construtivos do hospício.

Embora não relacionados à Terra Santa, é interessante mencionar os hospícios que tiveram em Portugal os religiosos da Província da Imaculada Conceição do Rio de Janeiro. Em “Lisboa Ocidental” – freguesia das Mercês –, havia o Hospício de Senhora da Conceição¹³⁶ para residência de seus procuradores quando viajavam para a corte (Conceição *apud* Titton, 1972, p. 78). Segundo frei Apolinário da Conceição, esse hospício foi fundado em 1703 e lá, em 23 de

¹³³ PT/TT/HTS Liv36.

¹³⁴ PT/TT/HTS mc35-19-c0018: “Livros que existem seg.do invent.o por extenso remetido pa a Secret.a dos Neg.os da Junta em 1821”.

¹³⁵ Sabe-se que, após a realização dos desenhos de 1936, disponíveis no SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico), o conjunto arquitetónico sofreu já diversas alterações.

¹³⁶ Hospício de Nossa Senhora da Conceição (de Religiosos Franciscanos do Rio de Janeiro), na Travessa da Estrela, de 1703, reformado em 1727 (Mendes, 2011; Lopes, 1997, p. 154).

fevereiro de 1730, dedicou o seu manuscrito “Epítome da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil”¹³⁷ ao Provincial frei Fernando de Santo Antônio. Segundo frei Basílio Rower (1941, p. 584), os procuradores viajavam a Lisboa para tratar de questões que envolviam autoridades civis ou religiosas, tanto no reino quanto na Cúria Romana. Além disso, incumbiam-se de remeter à Província bens e produtos não existentes no Brasil, tais como panos, vinho, azeite, cera e objetos para o culto dos conventos, etc. (entre os bens remetidos da metrópole, consta um grande sino para o Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro). Frei Basílio registra que a procuradoria em Lisboa foi instituída em 1677 e que a decisão de adquirirem instalações próprias veio no início do século XVIII, quando compraram o sobrado e outras duas casas com quintal e poço d’água que haviam pertencido à priora e demais religiosas de Santo Alberto. Fundado então o hospício, nele “recolhiam-se os religiosos que devessem embarcar para o Brasil ou estivessem temporariamente em Portugal a negócios da província.” (Röwer, 1941, p. 586). Frei Apolinário da Conceição assim o descreve:

É ele sito, no meio da travessa da Estrela, ficando-lhe por uma face a rua do Loureiro e pela outra da banda de baixo a rua da Cruz. Na sua parte principal tem o sobreescrito dos moradores dele, no qual se vê um ralo em que estão levantados em forma de cruz os braços, de Cristo um e de São Francisco meu Padre outro; em meio a cruz e nela a coroa de espinhos. Na própria há

¹³⁷ Segundo (Iglesias, 2011), o manuscrito original *Epítome da Província Franciscana da imaculada Conceição do Brasil* se localiza na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Foi publicado com introdução e notas de frei Gentil Tilton, na Revista do Instituto Histórico Geográfico brasileiro (vol. 296, jul.-set. 1972). Cf. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 41, pp. 125-135, mar. 2011 (Conceição, 1730).

campainha com que se faz aviso para se abrir aos que vêm à casa, como também para confessar e ajudar a alguns moribundos da vizinhança, a quem com pontualidade acudimos. Nele temos, além de refeitório, oficinas e aposentos, uma mui aseada capela, em cuja se venera a Senhora da Conceição, titular de toda a Província, a assim se intitula o mesmo hospício. O altar mui bem ornado, em que os sacerdotes dizem missa, obra que se deve ao cuidado do Irmão Frei Geraldo de Jesus sendo Procurador da Província. Assistem aqui o Padre Procurador e seu companheiro e alguns religiosos que vêm da Província também nele assistem, chegando no ano de mil setecentos e vinte e nove a ter oito, achando-se entre eles o Padre Provincial que o visitou, indicando os procedimentos de cada um, como se usa nos conventos da Província. Nele assistimos agora três religiosos. (Tifton, 1972, pp. 155-156, §25)

Ainda, segundo frei Basílio, o hospício foi extinto em 1768 por determinação do Padre Geral da Ordem, residente em Madrid, ao impor “sob pena de excomunhão, que as províncias ultramarinas que tivessem Hospício na corte o vendessem”. Ordenou, inclusive, “que o produto da venda se aplicasse pelas necessidades da Província ou para fazer celas nos Conventos a que os procuradores houvessem de se recolher.” Foi comprador do prédio Feliciano Correia, criado da casa do então Conde de Oeiras (Marquês de Pombal) e os procuradores passaram a recolherem-se no convento de São Pedro de Alcântara em Lisboa, o que incorreu em despesas de instalação que deviam correr pela Província do Brasil. Refere ainda, frei Basílio Röwer, que sobre a procuradoria na cidade do Porto sabe-se apenas que existiu. “Não há notícia sobre se este procurador morava em prédio próprio ou em Convento.”(Röwer,1941,pp.587-588).

FIGURA 7 – Comissariado da Terra Santa. de Malta. FONTE: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f5/Malta_-_Valletta_-_Triq_Santa_Lucija_-_Commissariat_of_the_Holy_Land_02_ies.jpg/1280px-Malta_-_Valletta_-_Triq_Santa_Lucija_-_Commissariat_of_the_Holy_Land_02_ies.jpg Acesso em 09/02/2015

FIGURA 8 – Acima, rotas de algumas viagens, feitas pelos franciscanos, para condução das esmolas à Terra Santa. Para fins de comparação, a FIGURA 7 apresenta as rotas feitas pelos Cruzados. FONTE: Desenho de autoria de Villela et all. Abaixo, rotas das Cruzadas. FONTE: Disponível em: < <http://paz-paix-peace-jamu.blogspot.com.br> > acesso em 31/01/2015.

FIGURA 9 – Símbolos criados pelo comissariado para as missões no ultramar. PT/TT/HTS Liv20.

FIGURA 10 – Brasão de D. João de Coimbra, combinado as armas dos seus avós paternos (Portugal e Inglaterra) com as da herança de sua mulher (Jerusalém, Chipre, Armênia, Lusignan). Disponível em: < http://www.heraldique-europeenne.org/Armoriaux/Toison/Bourgogne_Philippe_III_4.htm#58 > acesso em 31/01/2015.

FIGURA 11 – Bacia para a cerimônia do lava-pés representada na imagem “*Voyages de Mr de Thevenot au Levant...*, 3^o édition, tome II”. FONTE: Catálogo da exposição “Trésor du Saint-Sépulcre”.

FIGURA 12 – Bacia para a cerimônia do lava-pés ofertada pelo príncipe Pedro de Portugal - futuro rei D. Pedro II; foi fabricada, em 1673, na cidade do Porto. FONTE: Catálogo da exposição “Trésor du Saint-Sépulcre”

FIGURA 13 – Hospícios fundados no Brasil segundo documentação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo - ANTT. FONTE: Villela, Moreira e Laterza.

FIGURA 14 – Localização do hospício da Terra Santa de Lisboa. FONTE: Carta topographica da cidade de Lisboa reduzida da que foi levantada na escala 1:1000 em 1856 a 1858. Biblioteca Nacional de Portugal.

4. OS HOSPÍCIOS DA TERRA SANTA NO BRASIL

Registrava, em 1741, frei João batista de Santo Antônio que “se tem feito com preciso acerto” alguns hospícios, para os religiosos a serviço dos Santos Lugares, na Bahia, em Minas, no Rio de Janeiro e em Pernambuco (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 458, § 224) “para que não lhes seja necessário ter o trabalho importuno de andar mendicando cômodo, e casa, depois da fadiga, e cansaço das esmolas”. Afirmava, inclusive, ser justo o emprego dos recursos que lhes eram doados para se fazerem essas habitações, necessárias e suficientes para que não desfalecessem, concluindo: “*propter quod unumquodque tale, et illud magis*”¹³⁸.

Conforme já se expôs, ferindo os preceitos cristãos, a hospitalidade não era garantida nem mesmo junto aos conventos dos próprios franciscanos, e medidas enérgicas foram tomadas para reduzir a hostilidade contra os esmoleres. A explicação para essas circunstâncias, diz frei Samuel Tetteroo, poderia estar “ou no partidarismo nativista entre os filhos de Portugal e os do Brasil [...] ou por razão de partidarismo, não menos irritante que o primeiro, entre as diversas fracções de ‘observantes’” (Tetteroo, 1924, p. 82). Conventuais e capuchos revelavam-se também perturbados com a liberdade dos observantes esmoleres. Isso está expresso nos debates gerados em torno da instalação do hospício do Rio de Janeiro ao dizerem “se fazem nessas terras mais leceniozozos procurando aonde lhes for mais comodo fazerem Hospicios, e a sy entroduzindosse a

¹³⁸ Gentilmente, assim traduziu, para esta tese, o Ilmo. Padre Henrique Pinto Rema: “Perante o contexto, eis uma tradução possível – ‘Por isso, eles receberão um tanto por cada acção / coisa, e mais / um suplemento por aquilo.’”

maneira de seculares em casas lhe vão pondo o nome de Hospícioz.”¹³⁹ O fato de não estarem sob a observação dos prelados não agradava aos correligionários. Outro fator relevante é trazido por M. Adelina Amorim (2011, p. 160):

as grandes polémicas que envolveram as várias ordens na altura da edificação de conventos e hospícios, e pelas distâncias que deveriam manter entre si para não colidirem com a questão da mendicância, e que se estendeu a todos os espaços do antigo império colonial. Este pequeno excerto fica como testemunho documental dessa problemática complexa.

Uma correspondência entre o Guardião do Convento de Recife e o Procurador das Províncias perante o Governo Ultramarino em Portugal traz mais alguns esclarecimentos. Nela, registra-se que, sendo os membros das províncias brasileiras, Capuchos e os da Custódia da Terra Santa, em sua maioria, Observantes, havia oposição dos primeiros à fundação de Hospícios da Terra Santa no Brasil.

Capuchinhos¹⁴⁰ franceses instalaram-se no Brasil no século XVI. Primeiro, no Maranhão, onde chegaram em 1612 e ficaram por dois ou três anos. Em 1642, um grupo desembarcou em Pernambuco e, no ano de 1665, fundaram o Hospício

¹³⁹ ARCHIVO PUBLICO NACIONAL. *Termos de Junta, de 1734 a 1778*. p. 120. Disponível em: <<https://archive.org/details/livrodostermosh00bragoog>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁴⁰ Segundo Francisco Leite de Faria “O nome destes Religiosos veio causar uma certa confusão, pois entre nós havia muitos Capuchos, a quem o povo, com a tendência de usar o diminutivo como expressão de carinho, chamava Capuchinhos. Ao princípio designavam esses frades estrangeiros com o nome de Capuchos franceses, italianos ou espanhóis; depois, como todos usavam barba, chamaram-nos Capuchos barbados, Barbóneos e finalmente Barbadinhos. Com este nome foram geralmente conhecidos em Portugal nos séculos XVII, XVIII e XIX.” (Faria, 1979, p. 171; Primeiro, 1940, p. 165, nota 1).

Capucho: franciscano pertencente ao ramo da reforma efetuada por São Pedro de Alcântara. É sinônimo de Alcantarino, Descalço (Titton, 1972, p. 74).

de Nossa Senhora da Penha em Recife. Em 1668, fundaram o do Rio de Janeiro, dedicado a Nossa Senhora da Conceição¹⁴¹, e, em 1680, o da Bahia, dedicado a Nossa Senhora da Piedade (Primeiro, 1940, pp. 74-75). Contavam o apoio da Rainha Dona Maria Francisca Isabel de Saboia (Faria, 1979, p. 175)¹⁴² e, assim, conseguiram manter suas missões no Brasil. Com a morte de sua defensora, em 1683, e a determinação de D. Pedro II de mandá-los de volta à França, no final de 1702, saíram definitivamente do Brasil. Ainda no primeiro quartel do século XVIII, foram os Capuchinhos franceses substituídos por confrades italianos¹⁴³ pouco antes da entrada dos religiosos de Jerusalém, que se instalariam nas mesmas localidades: Cidade da Bahia, Vila do Recife e cidade do Rio de Janeiro. A resistência dos capuchinhos contra os recém-chegados em Pernambuco resultou em processo na câmara logo que se construiu o hospício da Terra Santa.

Entre 1715 e 1716 cogitou-se a fundação de três hospícios para missionários capuchos¹⁴⁴ em Minas Gerais, nas vilas de Ribeirão do Carmo (Mariana), Vila Real (Sabará) e Rio das Mortes (São João del-Rei)¹⁴⁵, onde residiriam quatro

¹⁴¹ A igreja anexa ao hospício dos barbadinhos era dedicada, no começo, a Nossa Senhora da Oliveira. Mais tarde, passou à invocação de Nossa Senhora da Soledade conforme almejava o governador (Primeiro, 1940, p. 212).

¹⁴² Refere o autor, também na página 175, como sendo 1684 o ano da morte de D. Maria de Saboia.

¹⁴³ Dona Maria Francisca Isabel de Saboia casou-se com Afonso VI de Portugal e depois com o irmão Pedro II de Portugal. Explica Francisco Leite de Faria que os pernambucanos “guerreavam os Holandeses e pensavam em pedir ajuda à França. Em Lisboa sabia-se isto e também era conhecido o interesse, ou desejo, que a França tinha para se apoderar do Brasil. Era perigoso, portanto, que aí estivessem Capuchinhos Franceses.” (Faria, 1979, p. 170).

¹⁴⁴ Sobre a organização dos Capuchinhos: “A Ordem consta de Províncias religiosas, e estas são constituídas por comunidades maiores – *conventos*, regidos por um *guardião* e comunidades menores, chamadas “*hospícios*” governadas por um *prefeito* ou superior” (Primeiro, 1940, p. 22). Ainda, conforme Caio Boschi (1998, p. 300): “A partir da prefeitura do Rio de Janeiro procuram estabelecer-se em Minas Gerais, tendo organizado sucessivas missões com destino àquela região [...]”.

¹⁴⁵ AHU_CU_017-01, Cx. 16, D. 3449 - 1716, janeiro, 17, Lisboa - “Consulta do Conselho Ultramarino, sobre a fundação de três hospícios [...]” e AHU_CU_017-01, Cx. 16, D. 3455 - 1716,

religiosos em cada um, o que não foi autorizado pela metrópole pois “as povoações não tinham ainda muita estabilidade”. O provincial obteve, porém, ordem do Rei “para mandar todos os anos dois Religiosos de virtude e prudência” para missionarem nas comarcas mineiras (Röwer, 1942, pp. 83-84). O documento de número 163 incluído no rol do Hospício da Terra Santa, publicado na revista do Arquivo Público Mineiro (Menezes, 1975, p. 213), em que a câmara de Vila Rica pede licença “para poderem fabricar um hospício nesta Vila [...] para os religiosos barbônios, que se acham neste bispado, [...] em 16 de outubro de 1732 repetem esta súplica, que haviam feito no ano precedente” refere-se aos capuchos, não aos esmoleres a serviço dos Santos Lugares.

Não obstante a oposição dos Capuchinhos no Nordeste e o impedimento a eles imposto de se assentarem em Minas¹⁴⁶, tiveram os Observantes – a serviço da Terra Santa – seus hospícios em Salvador, Ouro Preto, Recife e Rio de Janeiro. A proteção que receberam dos reis D. João V e D. João VI permitiu estenderem sua missão pelo interior do Brasil [Figura 13 – p. 109]. A respeito da ligação do comissariado da Terra Santa com a realaleza, sabe-se que em 1811 chegaram ao

julho, 14, Lisboa - “Provisão Régia pela qual se ordenou ao Bispo do Rio de Janeiro [...]” (há documento anexo de 1715, junho, 15, Rio de Janeiro). Frei Basílio Röwer relaciona São João del-Rei, Mariana e Ouro Preto, talvez equivocadamente, tomando Vila Real por Vila Rica (Röwer, 2008, p. 59).

¹⁴⁶ “Dom João V proíbe a presença das ordens conventuais nas Minas, ao promover uma espécie de privatização do serviço religioso, confiando-o às confrarias leigas, que remuneravam o clero secular. Com isso, elimina-se a possibilidade de os conventos e monastérios, privilegiados pelos direitos de santuário, transformarem-se em focos de contrabando de ouro e diamantes. A única exceção, obra do obsessivo catolicismo joanino, lega seu testemunho em dois edifícios notáveis, os hospícios dos frades franciscanos esmoleres da Terra Santa, em Vila Rica e na Vila Real de Sabará.” (Araújo Santos, 2011, p. 267).

Brasil, junto à remessa destinada aos hospícios, seis caixotes de santuários para as “pessoas reais” e um caixote exclusivamente para a infanta D. Isabel Maria.¹⁴⁷

A independência do Brasil trouxe incertezas sobre a manutenção das missões em prol dos Lugares Santos e as inseguranças tornaram-se ainda maiores com a emissão, em Portugal, da Carta de Lei de 1822¹⁴⁸.

As intenções de ocupação dos prédios começavam a se alinhar com o que acontecia, à época, em Portugal. Conforme a *Collecção da legislação portugueza*¹⁴⁹, a Carta de Lei de 1822 determinava que caberia

ao prudente arbitrio do Governo dispor das casas suprimidas para os diversos objectos do serviço de Estado, estabelecimentos de instrucção e caridade publica, e destinar as suas igrejas para parochias, quando conste por informação dos ordinários que assim convem. (Costa Lima, 2013, p. 358)

Em 1825, durante audiência com o imperador D. Pedro I, foi apresentada a proposta de conversão de um dos hospícios da Terra Santa em Hospital, o que “deu motivo ao Vice-Commr.^o do Rio, p.^a despertar, e entrar em requerim.^{to}, de que resultou conseguir [...] Portaria a favor da Terra Sancta p.^a todas as Prov.^{as} do Império; que nesta occasião se remette por cóppia.”¹⁵⁰ As repercussões da

¹⁴⁷ PT/TT/HTS Liv20.

¹⁴⁸ “em outubro de 1822, é produzido o há muito ambicionado plano, pela Comissão Eclesiástica das Cortes e não pela Junta, logo transformado em carta de lei, a fixar a reforma das corporações. [...] Parece-nos que a carta de lei de 1822, verdadeiro prenúncio do decreto de extinção das ordens religiosas de 1834 [...]” (Costa Lima, 2013, p. 357).

¹⁴⁹ *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações*, vols. I-VIII, red. António Delgado da Silva, Lisboa, na Typografia Maignense, 1830-1837 (*apud* Costa Lima, 2013, p. 358).

¹⁵⁰ PT/TT/HTS mc24-200.

política implantada a partir de 1822 sobre as casas do comissariado no Brasil serão mostradas caso a caso, a seguir.

O HOSPÍCIO DA TERRA SANTA DA CIDADE DA BAHIA (SALVADOR)

Conforme exposto anteriormente, a primeira casa do comissariado da Terra Santa no Brasil foi fundada em Salvador no ano de 1724, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição (Conceição, 1740, p. 107). Entretanto, a presença de frei Raimundo das Angústias, conselheiro de Jerusalém, no Brasil, está registrada já em 1683. Em 4 de dezembro daquele ano, foi feito um requerimento seu “solicitando alvará para cobrar as esmolas depositadas naquele estado e se darem para os Lugares Santos.”¹⁵¹ Frei José de Jesus Maria, em *Espelho de Penitentes...* registra que no vice-reinado de Vasco Fernandes César de Meneses (entre 23 de novembro de 1720 e 11 de maio de 1735) esteve na Bahia, por seis anos, frei Francisco da Conceição¹⁵². Com ajuda de seus companheiros, esse frade arrecadou setenta mil cruzados para os Santos Lugares, tendo deixado feito “hum Hospício para accommodation dos Frades, que andão nesta santa peregrinação das esmolas.” (Jesus Maria, 1737, p. 619-620, §730). Frei Samuel Tetteroo acrescenta que frei Francisco da Conceição, filho da Custódia da Terra Santa em Jerusalém, nomeado em 23 de outubro de 1721, vice-comissário da Terra Santa na Cidade da Bahia, fundou o Hospício da Terra Santa de Salvador

¹⁵¹ AHU_CU_005-02, Cx.26, D.3213-3214 / Rolo 41.

¹⁵² A respeito de frei Francisco da Conceição, relata frei José de Jesus Maria: “[...] Religioso leigo, natural da Beira, o qual passando à Índia em companhia do vice-Rey Vasco Fernandes Cesar que o pediu ao provincial pelo grande conceito, que tinha da sua virtude, trouxe daquelles estados em dinheiro, que mendigou, cinco mil cruzados [...]” (Jesus Maria, 1737, parte 2, liv. 4, pp. 619-620, §730).

(Tetteroo, 1924, p. 81). No entanto, Tetteroo estima que o ano de sua fundação seja 1733. Entre as diversas ordens presentes na Bahia, consta que da parte dos franciscanos “havia muitos contrastes” – os de bom e os de mau exemplo. “Melhores, no conjunto, eram os franciscanos do hospício da Terra Santa.”¹⁵³

Sobre esse hospício, encontra-se, no acervo ANTT, o documento datado de 2 de junho de 1782¹⁵⁴, quando era vice-comissário frei Sebastião da Conceição – Religioso de Xabregas¹⁵⁵. Na época, frei Sebastião havia vendido algumas casas na Vila de Caxoeira que, além de servirem de hospício para os esmoleres, eram também o local onde se arrecadavam os tabacos que serviam de esmolas “p.^a este continente e aqui se enrolavam”.

Com a independência do Brasil, muitas foram as preocupações dos frades sobre seu destino, assim como o dos hospícios. O vice-comissário em Salvador, frei Mathias de Nazaré, escreveu ao vice-comissário do Rio de Janeiro relatando que “muitos do povo” se manifestavam contra a presença dos religiosos portugueses e que seria colocada em prática a liberdade religiosa¹⁵⁶. Em janeiro de 1825, frei Mathias escrevia ao Comissário Geral em Lisboa dizendo que continuava “fazendo todos os sacrifícios, com o fim único de conservar a posse de Facto e

¹⁵³ IGHB. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. ed. 87-88. p. 111.

¹⁵⁴ PT/TT/HTS mc29-84 “Carta de Frei Miguel do Nascimento Esmoler na Caxoeira dando parte ao Comissario G.^{al} das dezordens que fazia o Regente do Hospício Fr. Sebastião da Conceição, e q ultimamente tinha vendido as cazas em q se recolhião os tabacos q se tiravão das esmolas e a donde assistia o esmoler: que com esta venda ninguem queria pagar [?] nem das esmolas para q pedem as providencias precisas [...]”

¹⁵⁵ Convento de São Francisco de Xabregas, ou Santa Maria de Jesus de Xabregas, pertencente à Ordem dos Frades Menores e sede da Província dos Algarves.

¹⁵⁶ PT/TT/HTS mc25-130.

Direito deste Hospício, q. huma vez desamparado terá a sorte do de Pernambuco”¹⁵⁷.

Notícias posteriores vieram com a guerra do Paraguai (1864-1870): “por já estar ali [Convento do Carmo] abarrancado o batalhão 110, julguei conveniente transferi-lo para o Hospício de Jerusalém, dirigindo-me oficialmente ao reverendo Padre Fr. José dos Disporios pedindo a permissão necessária para tal fim.” (Rodrigues, 2001). Segundo o historiador Ubiratan Castro de Araújo¹⁵⁸, o Hospício de Jerusalém situava-se na atual Rua Democrata.¹⁵⁹ [Figura 15 – p. 147]

O HOSPÍCIO DA TERRA SANTA DA VILLA DO RECIFE (RECIFE)

O que manifestava frei Mathias sobre o hospício de Recife, em 1825, é explicado na carta enviada ao Comissário da Terra Santa de Portugal, a 30 de maio daquele ano. O hospício encontrava-se então ocupado por tropas e seu síndico determinado a “proceder o requerim.^{to} para se me levantar o sequestro e entrega dos bens, e casa deste Hospício, o que espero conseguir sem dificuldades.”¹⁶⁰ [Figura 16 – p. 148]

¹⁵⁷ PT/TT/HTS mc26-34.

¹⁵⁸ Professor Doutor Ubiratan Castro de Araújo (1948-2013) doutor em História pela Université Paris IV-Sorbonne, Mestre em História pela Université Paris X-Nanterre, Licenciado em história pela Universidade Católica do Salvador e Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Foi diretor-geral da Fundação Pedro Calmon, unidade da Secretaria de Cultura do Governo da Bahia. Membro da Academia de Letras da Bahia.

¹⁵⁹ Publicado em 1º ago. 2012 por “Movimento Desocupa”. Disponível em: <<http://movimentodesocupa.wordpress.com/2012/08/01/preitura-desiste-de-santa-tereza-mas-nos-nao-desistiremos-do-2-de-julho/>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁶⁰ PT/TT/HTS mc24-212; em PT/TT/HTS mc25-174: “Pernambuco 6 de março de 1822 [...] sobre os negocios do m.^{mo} Hospício, e me diz que o Governo desta Provincia quer que este seja reduzido a Hospital de Caridade.”

Sobre essa casa em Pernambuco, um litígio, iniciado no ano de 1735, envolvendo sua fundação traz à tona alguns aspectos de sua estrutura física e funcional. Nos relatos, alega-se que o religioso que se empregava na cobrança das esmolas havia feito um hospício no sítio da Boavista, próximo à capela de Nossa Senhora da Glória, por mais de quinze mil cruzados, sem as devidas autorizações. Havia também reclamações, junto à câmara, de que essa casa prejudicaria as religiões existentes há mais tempo, recomendando-se que fosse vendido o imóvel e que os frades se recolhessem nos conventos da ordem, como antes faziam. Eram os religiosos de Jerusalém acusados, inclusive, de prejudicarem os lugares sagrados gastando-se o dinheiro dos fiéis e cristãos em obras desnecessárias de pedra e cal. As desavenças vêm, afinal, a revelarem aspectos da construção¹⁶¹:

Se V. S.a fora ver aquelle Hosp.o e vice hú claustro ainda que pequeno com obras de sobrado, sellas, dromitorio, varanda refeitorio, e mais ofecinas, com hú atrio de degraos de pedra lavrada com seu muro a titulo de cerca tudo de pedra e cal bem forte em hua terra em q os jornaes não são baratos, acharia V. S.a que se não fez tudo com quinze mil cruzados, alem do citio q p.a este hosp.o se comprou a João [?] da Silva. [...] E chamamos a este hosp.o de Jerusalem de desnecesr.o porq foi bem publico em todo este R.e q no anno de 1735 [...] oferecerão o conv.to p.a a sua assistensia e dos mais esmoleres de Jerusalem o q não aseitarão, nem a permissão que lhe davão os d.os prelados p.a dentro do

¹⁶¹ PT/TT/HTS mc34- s/n “Petição do Prov.^{al} dos Capuchos”. Parte da documentação sobre este processo encontra-se no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino / AHU_CU_015, Cx.54, D.4730; Rolo71: “1739, setembro, 28, Recife - Carta do [governador da capitania de Pernambuco], Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, ao Rei [D. João V], sobre representação da Câmara do Recife a respeito das obras do hospício dos padres de Jerusalém, na Boa Vista, sem licença real, assim como outro dos padres, e de ter mandado apreender o edifício, avaliar e pôr em praça para ser arrematado. Anexos: 2 docs.”

muro do d.o conv.to fazerem a obra q fosse necesr.a p.a o
recolhim.to dos esmoleres [...] (PT/TT/HTS mc34-s/n)

Argumentava-se ainda, contra os esmoleres franciscanos, que as pessoas da vila passavam por dificuldades financeiras, sem dinheiro para pagarem suas dívidas, “q.^{to} mais p.^a fazer a sua custa hú hosp.^o q p.^a conv.^{to} só lhe falta o nome”.

O vice-comissário respondeu expondo a resistência que ofereciam os conventuais em recebê-los e os inconvenientes de hospedarem-se em diversas casas de seculares. É legítima sua defesa, pois a hostilidade dos conventuais para com os esmoleres e a guarda, em local seguro ou adequado, de todo tipo de doações que arrecadavam, já haviam mobilizado os prelados¹⁶². Acrescenta a necessidade de, naquela casa, hospedarem os síndicos e benfeitores que traziam dos sertões as esmolas para os Santos Lugares, como também para eles próprios, religiosos, receberem cuidados quando doentes. Ressalta-se que esse vice-comissário era encarregado das coletas não só de Pernambuco, mas também da capitania da Paraíba e da comarca de Alagoas¹⁶³.

Continuando suas explicações, assim descreve a habitação:

Que as cazas q se achão feitas são térreas com seis camarinhas, cozinha despensa, caza de lavar ropa, e de comer, e huã de sobrado com sua varandinha p.^a hospedagem do síndico e benfeitores, e as q faltão por acabar são agazalho p.^a os pretos e

¹⁶² Prelados: superiores na hierarquia eclesiástica.

¹⁶³ O documento PT/TT/HTS mc35-28 - s.d. - “Rellação dos Religiosos Esmoleres, e Irmãos Donatos, que peregrinão nas esmollas da Terra S.^{ta} na cap.^{nia} geral deste Pernambuco, e Paraíba” detalha certas localidades, da seguinte forma: Na Capitania da Paraíba / No certão do Acaracú / nos certõens de Jagoaribe / Na comarca das Alagoas / Villa do Reciffe / No certão do Assú / Na Villa de Goyanna / Na matta de Tracunha - Tracunhaem (?) - e Capebaribe / No Rio de São Francisco / Na Freguezia do Cabo de S. Agoz^{to} e freg.^a de Sir^{em}(?); e mais annexas.”

cavalllos. E se tem o claustrozinho no meyo he para despejo das agoas. E a portada he obra feita por esmola do nosso sândico João da Costa Montr.^o. E a sim bem se mostra não poderem ser hospício, e menos conv.^{to} huãs cazas terreas com sem palmos de fundo, e com paredes de hú so tijolo. (PT/TT/HTS mc34-s/n)

A descrição acima indica a conformação de um pequeno convento. Talvez seus construtores tenham reproduzido, em menor escala, a casa mãe lisboeta. Por fim, justifica a necessidade das instalações que haviam feito e revela a situação de outras casas de Jerusalém, existentes na colônia àquela altura:

E tão bem por este Bispado ser hú dos maiores da America, e por isso não sem menos esmoleres e escravos p.a a condução das d.as esmolos, e como a B.^a, Ryo de Janr.^o, São Paulo, Minas Geraes, Ouro Preto e Rio das Mortes tem cazas p.^a Rezidencia dos operarios da Terra S.^{ta} tão bem são precisas neste Bispado [...] Boav.^{ta} 16 de Dezr.^o de 1738 Fr. João Bap.^{ta} dos Martyres. (PT/TT/HTS mc34-s/n)

O terreno, com as casas existentes, foi comprado do Tenente João G[?] da Silva pelo sândico João da Costa Monteiro ao preço de um conto de Réis, em 1735¹⁶⁴. Segundo Flávio Guerra, o Hospício de São João Batista ocupava grande área, sendo sua extensão leste-oeste limitada pelo extremo norte da atual Rua Gervásio Pires (Guerra, 1984, p. 261). Apesar de denominada, em 1817, como “Visconde de Camaragibe” (Fragoso, 1971, p. 55), a “Rua do Hospício”¹⁶⁵ permanece na toponímia atual, assim como o bairro da “Boa Vista”, cuja ocupação teve início com a chegada do comissariado à margem do Capiberibe

¹⁶⁴ PT/TT/HTS mc35-87.

¹⁶⁵ Rua do Hospício = Rua dos Santos Lugares - porque levava ao hospício (convento) dos frades dos Santos Lugares, que era a cidade santa de Jerusalém - Rua “Caminho do Hospício de Jerusalém ou Caminho de Jerusalém”, Rua Visconde de Camaragibe (que não pegou) (Sampaio, 2006).

(Costa e Mello, 1952, p. 431). Ainda, conforme João Braga, o hospício situava-se na esquina com a Rua do Príncipe (Braga, 2002, p. 103). [Figuras 16 e 17 – p. 148]

O HOSPÍCIO DA TERRA SANTA DO RIO DE JANEIRO

Muitos estudos sobre essa casa e os terrenos que ocupou foram feitos por Dr. Mello Moraes (1816-1882) e coligidos em *Chronica Geral e Minuciosa do Imperio do Brazil* (Moraes, 1879)¹⁶⁶. As informações que se seguem foram extraídas dessa sua obra.

Os religiosos recebiam hospedagem da Terra Santa no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. Entretanto, em 1727, não foram recebidos ali, tendo ido o vice-comissário, frei Manuel de Santo Antônio, para o palácio do bispo e os donatos que o acompanhavam para a casa do síndico. Ao requerer alojamento ao provincial dos franciscanos, obteve licença para ocuparem o “dormitório novo” que estava em obras, com a condição de concluírem-nas. Outros impasses sucederam-se até que, em 1733, o vice-comissário pediu licença para fazer uma habitação destinada aos esmoleres, o que lhe foi concedido em 17 de dezembro do mesmo ano. Em 1735, estava concluída a construção, sem aparência de

¹⁶⁶ Deu continuidade aos estudos de Mello Moraes, o médico e escritor José Vieira Fazenda (Rio de Janeiro, 28 de abril de 1847-1917). Em 6 de março de 1898, assumiu o cargo de bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) - cuja sala de leitura hoje leva seu nome, teve acesso a documentos históricos para suas pesquisas. Cf. FAZENDA, José Vieira. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/03/17/jose-vieira-fazenda-medico-escritor-amante-da-cidade-436325.asp>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

convento, levantada em terreno correspondente a uma chácara¹⁶⁷ situada no Caminho da Ajuda para Nossa Senhora do Desterro (Moraes, 1879, pp. 191-192). Foram proibidos de possuírem capela¹⁶⁸, restrição que não duraria muito; segundo frei Basílio Röwer, em 12 de abril de 1749 o bispo Dom Antônio do Desterro concedeu licença para, na capela então dedicada a Santana (Röwer, 2008, p. 90)¹⁶⁹, celebrarem missa.

Dr. Mello Moraes, em 1879 (p. 189), assim descreve o hospício:

As casas ou hospício, só tinha, como ainda hoje, uma porta de entrada; mas foi construído de tal fôrma, que as duas janellas lateraes da frente, ficavão com espaço para qualquer obra, que quizessem para o futuro construir; como de fato aconteceu; porque serenando as desavenças entre os Esmoleres da Terra Santa, e os frades do convento de Santo Antônio, fizerão no vão correspondente à janella do lado esquerdo, uma capella consagrada a S. Francisco [...] e depois a requerimento de Fr. Manoel de Santo Antônio, commissario da Terra Santa, conseguiu licença para a celebração de missas, por provisão de 12 de abril de 1749 [...]. Com todas estas licenças para a celebração dos officios divinos, rasgarão porta para a rua; [...]

Com relação às mencionadas desavenças, lembre-se da rejeição que sofriam os esmoleres por parte dos capuchos. Dessa vez (janeiro de 1736), manifestavam-se os religiosos da província da Conceição dos Capuchos do Rio de Janeiro¹⁷⁰, cujo

¹⁶⁷ “em 7 de outubro de 1733, Manoel Barbosa Pereira declarou ter comprado uma chácara na rua da Ajuda, e caminho do Desterro, [...] tendo a chácara 31 braças de testada, e 66 de fundos até os Arcos da Carioca Velhos, [...]” (Moraes, 1879, p. 189).

¹⁶⁸ PT/TT/HTS mc35-86.

¹⁶⁹ Segundo Moraes (1879, p. 189), a capela era consagrada a S. Francisco.

¹⁷⁰ PT/TT/HTS mc35-86: “16 de Janeiro de 1736 Traslado do Auto de vestoria que se fez no Hospicio do Rio de Janeiro a requerimento do Sindico G.^{al} da Provincia da Conceição dos Capuchos da d.^{ta} Cid.^{em}”

síndico acusava o vice-comissário da Terra Santa de estar infringindo as determinações de construir apenas algumas casas comuns:

Tanto por fóra como por dentro, mostram serem hospício, e princípio de convento, por terem fronte [?], com porta magnifica, e sobre ellas as armas de Hierusalem, e nas ilhargas oculos abertos, em correspondencia, por cima da porta do sobrado tres ginellas a modo das de coro de convento, por dentro hum dromitorio, sellas refeitorio, cozinha, e outras officinas, proprias de hospicio ou convento, finalmente com duas grandes serquas fechadas com muros altos, e fortes, o que tudo tem custado muitos mil cruzados, e junto do muro fez o dito Frei Manoel duas moradas de casas que administra, e de que cobra o rendimento, não he crível fazerse senão para hospicio ou convento porque para recolher as esmollas mais vulumosas que são caixas de asucar qualquer caza de pouco custo bastaria [...]. (PT/TT/HTS mc35- 86)

Na justificação feita pelo vice-comissário frei Manoel de Santo Antônio, consta que se tratava “meramente [de] caza de vivenda com quatro braços de testada, e seus fundos como qualquer outra caza desta cidade com hua só porta ordinaria [...]”.¹⁷¹ Assim se explica a locação não nuclear da sede, ou seja, a cerca não circundava todos os lados da casa, conforme o modo franciscano. O litígio teve prosseguimento e demandou um “auto de vistoria” que situa a propriedade entre a Rua da Ajuda e a praia do Boqueirão, [Figura 18 – p. 149] junto aos Arcos velhos da Carioca (PT/TT/HTS mc35-86), e descreve o interior do hospício:

¹⁷¹ PT/TT/HTS mc35-84: “Traslado da justificação que o vice commissario do Rio de Janeiro Fr. Manoel de S.^{to} Antonio fez em q mostrava q as cazas q estava edificando no Bairro de N. S. da Ajuda da d.^a Cid.^e não tinham figura alguã de Capella ou Igr.^a antes sim como outras quaesquer cazas e erão feitas com esmolos q. tinha tirado para a factura das mesmas cazas sem serem das q. se tiravão p.^a os S.^{tos} Lugares.”

E vendo, e examinando as ditas casas acháráo que estas tem sua frontaria para a rua chamada da Ajuda com uma porta de sete palmos de largo, e quatorze de alto, de pedra da terra; e em cima tres ginellas, com ombreiras de pao, e gradadas do mesmo pao hua sobre a porta e outra de cada lado, e por baixo dellas dos lados tem dois oculos de palmo, e meio de vão que servem para dar luz as cazas, que ficam de dentro, e defronte da dita porta no andar de baixo se segue hum corredor com quatro casinhas ao lado esquerdo, e tres para o direito donde fica uma cazinha livre, para a entrada e subida para cima, e as outras tres cazas do mesmo lado direito mostra a primeira ser de dispensa a segunda de refeitório, e a terceira de cozinha, e as quatro do lado esquerdo poderão servir para recolhimento de escravos, e de esmollas, e outras cousas, que nellas quizerem meter e huas e outras estão com suas portas fechadas, e tem as ditas cazas seu sobrado que se anda preparando para soalhar já com todo o vigamento, e se mostra, que nelle se pode fazer hum corredor pella mesma forma do de quatro baixo com tres casinhas para cada lado fora as duas primeiras para que darão seis as duas ginellas dos lados gradadas, e a do meio para o dito corredor, e no fim deste corredor fica lugar para huma varanda nos fundos das ditas casas sobre o seu quintal com escada para se descer para o mesmo quintal e para serventia do quarto de baixo e pela sua formatura mostra ser caza para residencia de religiosos ainda, que sem comodidade para igreja nem capella [...]. (PT/TT/HTS mc35- 84)

Em 23 de outubro de 1739, foi emitida uma ordem régia ao governador Gomes Freire de Andrade para que comprasse um terreno para a construção do hospício para os Barbadinhos italianos. O local escolhido pelos próprios religiosos era fronteiro ao hospício da Terra Santa. Concluídas as obras, em 1742, os capuchinhos do Rio de Janeiro mudaram-se para seu novo hospício (Primeiro,

1940, pp. 211-212)¹⁷². Em 21 de Junho de 1822, o príncipe regente D. Pedro I ordenou que o hospício dos Barbadinhos fosse destinado para Quartel do Batalhão de granadeiros, “transladando-se os religiosos que ali se achem para o de Jerusalém assim o manda participar [...] ao Comissário do dito Hospício para receber, e acomodar os referidos Religiosos.”¹⁷³

Em 22 de julho de 1831, ao ser avaliado¹⁷⁴, o hospício da Terra Santa foi descrito da seguinte maneira:

Hospício tem 59 palmos de frente e 105 de fundos , feito de pedra e cal, com um portão largo e janella de grade de ferro, e 2 janellas mais pequenas, tudo de cantaria, com selas, varanda nos fundos, um terraço, uma meia-agua, que serve de senzala. 10 escravos; um oratório, em que se celebra missa, forrado e azulejado, com seu terreno até á rua do Passeio Publico, d'onde se acha murado, tanto á sua frente, como pelos lados, com seu poço e o seu Hospicio. Todo esse terreno, desde a rua dos Barbonos até á frente da rua do Passeio Publico, segundo foi dito, avaliarão em dous contos de réis (2:000\$000). (Moraes, 1879, p. 199)

¹⁷² “Mas no ano de 1808, tendo-se tomado para aumento do palácio do largo do Paço o convento do Carmo, destinou-se aos carmelitas a casa ocupada pelos barbadinhos e foram estes asilados nas casas dos romeiros de N. S. da Glória, donde também saíram mais tarde, porque, não estimados pela irmandade da ermida de N. S. da Glória, tiveram de mudar de habitação, e se recolheram à igreja de S. Antônio dos Pobres, que o Imperador D. Pedro I mandou reparar à custa do tesouro nacional. O hospício da rua dos Barbonos, depois de desocupado pelos carmelitas, foi habitado pelos frades de Jesus da Terceira Ordem da Penitência, passou em seguida a quartel de soldados e o é atualmente do corpo de municipais permanentes.” MACEDO Joaquim M. *Um passeio pelo Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/159703612/Um-Passeio-Pela-Cidade-Do-Rio-de-Janeiro>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁷³ PT/TT/HTS mc35-188 - Ordem passada à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra e assinada pelo Tenente-General Joaquim de Oliveira Alvares. Registra Joaquim M. Macedo que habitavam o hospício os frades de Jesus da Terceira Ordem da Penitência. MACEDO Joaquim M. *Um passeio pelo Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/159703612/Um-Passeio-Pela-Cidade-Do-Rio-de-Janeiro>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁷⁴ Avaliação do Hospício de Jerusalem do Rio de Janeiro em 22 de Julho de 1831. “Por uma certidão original, passada por Joaquim Coelho Marinho, mestre pedreiro, e Francisco do Couto Landim, carpinteiro, passada a 22 de Julho de 1831, a requerimento do padre commissario cia Terra Santa de Jerusalem, Fr. Francisco de S. José Belém. [assinam:] Joaquim Coelho Marinho, pedreiro. Francisco do Couto Landim, carpinteiro.” (Moraes, 1879, p. 199).

Conforme Mello Moraes, a “rua chamada da Ajuda” (ou caminho dos Arcos da Carioca) é o logradouro que depois recebeu o nome de Rua dos Barbonos graças ao hospício que aí tiveram os Barbadinhos (hoje Quartel General da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro). Rua “Evaristo da Veiga” é sua atual denominação, onde o prédio de número 65, construção do início do século XX (estima-se), guarda em sua platibanda as armas da Terra Santa. [Figura 19 – p. 149 e Figura 20 – p. 150]

Vieira Fazenda (1921) relata que, ao visitarem, em 1896, o “antigo Hospício de Jerusalém”, lá viram “a varanda, de onde, segundo é fama, ia todas as tardes o vice-rei Luiz de Vasconcellos, em companhia do mestre Valentim e de outras pessoas, ver o efeito do ajardinamento do Passeio Público.” (Moraes, 1879). Que as visitas eram recebidas na varanda, ratifica o seguinte testemunho: “que na cella do vice comissario não á frequencia de vizitas, e algumas que tem as recebe [?] na varanda do hospicio”.¹⁷⁵

Cf. Figura 32 – p. 179 e figuras 18 a 20 – pp. 148 e 149

O HOSPÍCIO DA TERRA SANTA DE VILLA RICA (OURO PRETO)

Foi o segundo criado no Brasil, em 1726, dois anos após o primogênito, em Salvador. Entretanto, a proteção dos Lugares Santos era já acalentada por D. Lourenço de Almeida, governador de Minas Gerais entre os anos de 1720 e 1732 (Santo Antônio, 1741, parte 1, liv. 7, p. 417, par.55), o que certamente favoreceu a presença dos esmoleres e missionários. Em Paraíso Seráfico está registrado:

¹⁷⁵ PT/TT/HTS mc29-3.

“devemos também expressar o nome [do governador], pois é o seu zelo tão expresso e expressivo nas coisas da Terra Santa”. A homenagem veio de frei João Batista de Santo Antônio eleito, também em 1720, procurador-geral dos Santos Lugares em Lisboa.

Estima-se que os religiosos da Terra Santa tiveram, a princípio, instalações provisórias em Vila Rica para realizarem seu trabalho. Em 1734, foram passadas as escrituras das terras onde construiriam seu hospício definitivo e, em 1737, tiveram autorização para implantarem a casa em área de topografia desfavorável [Figuras 21 e 22 – p. 151]. Passados alguns anos, não possuíam ainda a documentação definitiva, o que moveu o síndico da Terra Santa a solicitar ao senado de Vila Rica, a 6 de dezembro de 1745, os documentos que legitimavam suas propriedades¹⁷⁶. Era “juiz ordinário desta dita villa e seu termo o capitam mor Antonio Ramos dos Reis cavalleiro profeço na ordem de christo.”¹⁷⁷

A seguir, faz-se uma síntese dos documentos elencados. Em 24 de agosto de 1734, foi passada a escritura de uma chácara fechada, próxima à Capela de Nossa Senhora do Rosário.

[...] de huma parte como vendedor Manoel Alvares de Azevedo, e da outra como comprador o síndico dos lugares santos José Ribeiro Guimaraens [...]. E logo por elle dito vendedor foi dito que elle hera senhor possuidor de huas chacaras citas por de tras de

¹⁷⁶ PT/TT/HTS mc35-53.

¹⁷⁷ PT/TT/HTS mc35-53. Sobre o capitão Reis, acrescenta-se: “Quase como uma coroação dos seus serviços prestados a el-Rei, por volta de 1741, foi feito Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo. No que diz respeito aos cargos na governança, Antônio Ramos dos Reis ocupou os postos de almotacé, por vezes o de vereador e de Juiz dos Órfãos, tudo em Vila Rica. Tendo sido um dos homens mais ricos das Minas do Ouro, também foi descobridor ‘de uma grandiosa lavra’, em cujo morro se intitulava do seu mesmo nome, conservando-a ‘com grande número de escravos’ (Geneall, s.d.).

Nossa Senhora do Rosario do caquende desta Villa que parte de sima com terras de Manoel Alvares, e pella outra parte com terras baldias a qual houve por titullo de compra que della havia feito a Domingos de Abreu Lisboa a qual chacara se achava valada [murada/cercada] sobre o q. e porquanto estava o requerente justo contratado como dito sindico dos santos lugares de lhe vender como com effeito lhe vendeo de hoje para todo sempre a dita chacara com todas suas pertenças [...] excepto hum moinho que parte com a dita chacara que ele reserva para sy e não entra no dito ajuste por preço e quantia de cento e sessenta mil reis a vista [...] (PT/TT/HTS mc35-53)

Duas personalidades importantes na vila setecentista são citadas: Manoel Alvares de Azevedo¹⁷⁸ e Domingos de Abreu Lisboa¹⁷⁹. Após a compra da área acima mencionada, os representantes do comissariado fizeram um pedido ao senado para lhes aumentarem umas terras – baldias e infrutíferas¹⁸⁰ – que serviriam de pasto para os gados e cavalos.

Fazemos saber aos que esta nossa provisam virem que representando a este senado Frey Joam de Sam Boaventura vice commissario dos lugares santos de Jerusalem que p.^a acomodação dos religiosos que nessas Minas andavam no serviço dos mesmos santos lugares compraram hua chacara a Manoel Alvares de Azevedo, por que nella não tinham área sufficiente para edifficar seu Hospicio nos pedia lhe fizemos [fizéssemos] merçe das terras pertencentes a chacara e suas

¹⁷⁸ O construtor Manuel Álvares Azevedo, arrematante dos concertos da Casa de Câmara e Cadeia, em 1749, foi preso por determinação do almotacé por causa dos entulhos da obra que foram largados em praça pública. Cf.: APM – CMOP – DNE, caixa 19, doc. 29. Entrou para a ordem de São Francisco de Assis em 14 de março de 1746, aparecendo entre os primeiros irmãos terceiros assentados (Trindade, 1951, p. 13).

¹⁷⁹ Domingos de Abreu Lisboa sargento-mor e juiz ordinário de Vila Rica.

¹⁸⁰ “Requerimento do syndico da Terra Santa pedindo mais terreno e agua para serem adjudicados a sua casa em Vila Rica (Hospicio)” (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, v. 17, 1912, p. 327).

vertentes [...] por lhe [por-lhe] o nosso despacho da maneyra seguinte = concedemos licença ao reverendo suplicante para as terras que pede por terem a chacara e suas vertentes, sem prejuizo de costeio, a qual se passara seus titulos sem foro Villa Rica seis de Novembro de mil setecentos e trinta e quatro. (PT/TT/HTS mc35-53)

Refere-se à insuficiente área para “edifficar seu Hospício” à falta de pastagem para os animais, sejam os utilizados pelos esmoleres, sejam os doados como esmolas, não configurando aí nenhuma forma de abuso. Nesse contexto, diz frei Basílio Röwer, eram saudados – com prazer – os estabelecimentos franciscanos “e houve petições dirigidas às autoridades em que abertamente se declarava que se desejava Franciscanos por não quererem ‘herdades” (Jaboatão, s.d. *apud* Röwer, 1924, p. 65). Em seguida, os religiosos da Terra Santa solicitaram e obtiveram despacho favorável, em 6 de novembro de 1734, para construir nas vertentes da chacara que haviam adquirido¹⁸¹. Posteriormente, em 7 de junho de 1737, o síndico Capitão José Ribeiro Guimaraens comprou a Manoel Alvares Barroso um terreno que já possuía benfeitorias.

Hua chacara sita por sima do correjo atras da capella de Nossa Senhora do Rosario do caquende desta villa com suas casas terreas asoalhadas a qual chacara parte da banda de baixo com o dito correjo que vem do sitio do coronel Manoel Ferreira Agrellos, e pella parte de sima com o cume de morro, e de hua banda com terras dos lugares santos, e da outra com terras devolutas, e que hora se acham a contratado e a ajustado de vender a dita chacara com todas as suas pertenças [...] por ser a dita compra para os

¹⁸¹ PT/TT/HTS mc35-53: “Nella erigir huma caza p.^a acomodam dos religiozos que nestas Minas andam em serviço dos mesmos santos lugares, e como a area nam he sufficiente para as ditas cazas para haver de se atender recorre a vossas merçes para que se digne conceder-lhe licença para o fazerem pellas vertentes da mesma chacara.”

mesmos santos lugares em preço e quantia de quatrocentos mil reis que elle vendedor recebeo. (PT/TT/HTS mc35-53)

Pelo “Termo de mediçam”, do dia 13 de novembro de 1734, foi registrada a medida de 59 braças de terreno ao comissariado da Terra Santa de Vila Rica passadas a seis de Novembro de mil setecentos e trinta e quatro. Em 14 de dezembro de 1745 foi confirmada a mercê de um anel de água, junto ao córrego chamado Agrellos, para a conservação do hospício (PT/TT/HTS mc35-53).

Santiago (1977) relata, em *Os capuchinhos em Minas Gerais*, que padre. Francisco de Vicência, historiador da província da Úmbria, refere em seu livro *I missionari cappuccini dela provincia seráfica* (p. 343) que “Em pouco tempo um hospício e outra igreja surgiram belos e majestosos [...]”. O “pouco tempo” diz respeito à oferta que os capuchinhos receberam para instalarem-se em Vila Rica no início da década de 1740 – o que não se concretizou. Por essa via, pode-se deduzir que o referido hospício seja o dos esmoleres da Terra Santa (Santiago, 1977).

Em novembro de 1750, partiu de Lisboa uma frota com destino às capitanias do Rio e de Minas em que viajou frei Caetano da Soledade, que seria vice-comissário em Vila Rica juntamente aos esmoleres frei Pedro de Santo Antônio e frei Manoel de Jesus “ambos filhos da Recoleição de Xabregas”¹⁸². Frei Caetano não deixou boas lembranças de sua passagem pelo hospício, onde permaneceu por nove anos. Fala-se de sua conduta nada fraterna e que os religiosos que

¹⁸² PT/TT/HTS Liv23 “Despeza da Frota p^a Rio e Minas”.

vieram depois dele tiveram de andar “com diligencia p’ ver se alcansamos outra vez o bom nome q’ tinhamos neste particular e no mais.”¹⁸³

Seu sucessor no vice-comissariado de Vila Rica, frei Amaro da Sacra Família, ao chegar para assistir no hospício de Ouro Preto em 3 de março de 1759¹⁸⁴ escreveu ao comissário-geral em Lisboa – frei Caetano da Piedade – e assim descreveu o hospício:

Tem este hospicio seis selas e hua hospedaria da p^{te} de fora q carese ser consertada e tem refetorio, cozinha sanzala, despensas, paol e estrebarias p^a os caválos, e cada sela tem duas camas catres coando [quando] he agora na frota e os negros q há neste hospicio, são os q vão no emventario.

Em meados do século XVIII, outra descrição complementa sua caracterização: “Em Villa Rica está hum hospicio com outo cazas terreas, com seu pateo, sua fonte e quintal murado de pedra”²⁹⁵. Havia também um cofre, o mesmo desde a fundação do hospício, “muito bem acondicionado, na sela dos vice comisarios” (PT/TT/HTS Liv40). Na mesma carta, relata o recém-chegado vice-comissário ao geral de Lisboa que havia contatado o governador Gomes Freire de Andrade (em seu 3º período de governo) e lhe dissera que “esperava de sua senhoria patrucinar este hospicio e religiosos como athe agora elle e seus antesesores o tinham feito, pois era protetor da Terra S.^{ta}, e dele tive resposta com m.^{ta} afabilidade, oferesendose p^a tudo o q for do serviso da Terra S.^{ta}”.

¹⁸³ PT/TT/HTS mc27-62.

¹⁸⁴ Conforme PT/TT/HTS mc27-62, com ele vieram “Fr. Fran.^{co} de São José e Fr. Fran.^{co} de Santa Thereza filho da Recoleição de Xabregas”. O documento PT/TT/HTSmc19-66 registra que, no dia 3 de junho de 1782, frei Amaro da Sacra Familia ainda assistia no hospício de Ouro Preto.

Segundo Eponina Ruas “havia uma pequena Capela que os Religiosos Franciscanos da Terra Santa obtiveram por doação, onde se venerava N. Sra da Piedade. E conseguiram sua restauração graças às festas e óbulos” Anteriormente, essa capela teria pertencido à Ordem dos mínimos de São Francisco de Paula (Ruas, 1950, pp. 114-115). [Figura 23 – p. 152]

Em 15 de abril de 1759, em Vila Rica, frei Amaro da Sacra Familia relata “o estado das depend.^{as} da Terra S.^{ta} naquelas Minas”. O documento¹⁸⁵ não se atém aos aspectos físicos da construção, e sim às atividades administrativas que se desenrolavam na ocasião. Nele, fica caracterizado o hospício de Ouro Preto como uma espécie de “cabeça” do conjunto de casas da Terra Santa na capitania. As demais casas, em número de três, uma em cada comarca: Rio das Mortes, Rio das Velhas (ou Comarca de Sabará) e Serro do Frio.

O Sr. Frei Simão de S^{ta} Anna, teve hua caza na vila do Caethé [...] da qual não se presisava por não estar em cabesa de comarca [...] e eu ordenei a Fr. Simão, q as entregase já, e q não tornase a entrar em tal caza pois não convem por não aver em hua mesma comarca duas cazas de rizidensia por se ivitarem gastos. (PT/TT/HTS mc27-62)

Nesse trecho observa-se que o vice-comissário de Ouro Preto tinha autoridade para dar ordens aos demais religiosos¹⁸⁶, além de ser ele o responsável por participar ao comissário-geral o “estado das dependências da Terra Santa”.

¹⁸⁵ PT/TT/HTS mc27-62.

¹⁸⁶ Em várias outras partes do documento PT/TT/HTS mc27-62 é possível verificar-se a primazia do vice-comissariado de Ouro Preto.

Com a morte de frei Amaro, entrou para vice-comissário seu companheiro na viagem para Minas em 1759, frei Francisco de Santa Thereza, falecido no dia 18 de novembro de 1792¹⁸⁷. Sérios problemas ocorreram na administração exercida pelo síndico Antônio Francisco de Carvalho, nomeado no dia 18 de setembro de 1788, haja vista os registros de frei João de Santa Rosa de Viterbo, que assistia em Mariana:

a querer por em boa segurança e boa ordem os beins da Terra Sancta, de q' resultou fazer o dto syndico hu inventario judicial dos beins q' quis, subnegando, e retendo em sy [...] ouros, pratas, penhores, creditos, escripturas, e tudo o mais pertencente a Terra Sancta, alem de varios dinhr^{os}, penhores [...] (PT/TT/HTS mc27-20)

Em agosto de 1793, foi remetida patente de vice-comissário de Vila Rica a frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazareth a quem coube levar a cabo o litígio acima exposto, com participação do governador Luís Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, Visconde de Barbacena.

Frei João de Santa Rosa de Viterbo foi nomeado para assistir na cidade de Mariana “e seu termo” onde realizou memorável trabalho, tendo, muitas vezes, amparado o hospício de Ouro Preto. Não se sabe a data de sua chegada a Minas Gerais, mas suas atividades estão registradas de 1756¹⁸⁸ a 1798¹⁸⁹. Em 1787, escreve ao comissário-geral em Lisboa informando que estava “fazendo as vezes

¹⁸⁷ PT/TT/HTS mc29-136 e Liv39.

¹⁸⁸ PT/TT/HTS mc29-109.

¹⁸⁹ ARCHIVIO SEGRETO VATICANO, ARCH. NUNZ. LISBONA, 193 (1), FL. 90 [2726] 1798. [3vol]. Disponível em : <http://www.lusosofia.net/textos/20121207-arqsecretovaticano_tomo_i.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2015.

de vice-comissário”¹⁹⁰, o que aponta para uma eventual ausência de frei Francisco de Santa Thereza em Ouro Preto. Em 1793, “escreveuce a Frei João de Santa Rosa de Viterbo [...] e lhe foi ordem p.^a elle se conservar no seu districto de Marianna.”¹⁹¹

Tendo em vista os documentos analisados, confirma-se o que frei Samuel Tetteroo refere: “O Vice Comissariado Geral de Minas com seu Hospício em Ouro Preto levava a palma aos outros”. Tinha este, em Mariana, casa exclusiva para os esmoleres daquele distrito; não um hospício sede. Estas habitações, ou o serviço de arrecadação circunscrito a uma determinada área, recebiam o nome de peditórios¹⁹². Há de se verificar a seguinte nota a respeito do estabelecimento de um hospital na então Vila do Carmo (Mariana) junto à ermida de Santa Ana assim que fora construída: “mas continuaram um edifício a que vulgarmente chamam Hospício de Santa Ana por se principiari com intenção de servir de Hospício a religiosos.”¹⁹³

Cf. Figuras 34 a 44 – p. 181-186

O HOSPÍCIO DA TERRA SANTA DE VILLA REAL (SABARÁ)

O ano de fundação desse hospício tem sido referenciado por alguns autores como sendo 1740. Todavia, no dia 11 de março de 1734, ocasião em que frei Manoel de Santo Antônio pleiteava a construção da sede do vice-comissariado no

¹⁹⁰ PT/TT/HTS mc29-107.

¹⁹¹ Liv41.

¹⁹² Tendo sido o hospício de Ouro Preto o primeiro instalado em Minas Gerais, “vieram a estabelecer-se outros e de alguns deles dependiam ainda pequenas casas, chamadas ‘Peditórios’, em diferentes localidades.” RÖWER, Frei Basílio. *Os Franciscanos em Minas Gerais*. p. 72.

¹⁹³ AHU, Minas Gerais, cx. 34, doc. 60. (*apud* Franco, 2011).

Rio de Janeiro, há uma referência à casa de Sabará. [Despacho]¹⁹⁴ “Declaramos, que vendo a necessid.^e que há de huã caza p.^a se recolherem Donattoz, e escravos da Terra S.^{ta} [...] votamos em q.^e se fabricasse no lugar em q.^e se anda ficando na forma, q.^e vimos em S. Paulo, Sabará, e Villa Rica [...]”. Prosseguem-se, no documento, registros de que as casas existentes nestas localidades eram como as de seculares, sem aparência ou “modo de Hospícios”. Já em abril de 1759, escrevia o vice-comissário de Ouro Preto ao comissário em Lisboa:

Sem embargo q’ na casa de Sabará onde asistem he m^{to} piquena p^a ter tres religiosos, a saber dois do serviso da terra S^{ta}, e hú das obras, q’ coando lhe vem a caza algum sind^o ou bemfeitor se tira algum da sua sela p^a a dar aos tais, pois nós deles caresemos m^{to}, e assim dando v.s. lisensa, se pode fazer sem m.^{ta} despeza dois coartos na d^a caza. (PT/TT/HTS mc27- 62)

Esses dois depoimentos afirmam que em 1734 era efetiva a assistência em Sabará, podendo os esmoleres estarem utilizando uma casa comum, provisória. Sobre o acréscimo dos dois quartos, é presumível que tenham obtido autorização para fazerem bem mais que isso, logrando um prédio totalmente novo. Essa versão dos fatos coaduna com Balthazar da Silva Lisboa (1834), “se erigiu outro na Villa de Sabará em 1760 [...] com huma casa no morro da Intendencia e Capella de Nossa Senhora do Pillar e quintal.” [Figura 25 – p. 153]

Há registro da chegada do frei Manoel de Santa Anna, “filho da província de Portugal”, em 1752¹⁹⁵ e, em 1793, assistia ainda nesse hospício¹⁹⁶; pelo mesmo

¹⁹⁴ ARCHIVO PUBLICO NACIONAL. Termos de Junta, de 1734 a 1778. p. 120. Disponível em: <<https://archive.org/details/livrodostermosh00bragoog>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁹⁵ PT/TT/HTS mc34-129.

¹⁹⁶ Liv41.

registro, em 1774, chegou frei Domingos de São Francisco. Uma remessa de esmolas de Sabará para o Rio de Janeiro demonstra a atividade de esmoleres em 1819, entretanto, queixam-se da falta de dinheiro por não haver mais ouro, bem como da seca que dizimou as roças.¹⁹⁷

Em 1926, frei Benigno Van Oschse registrava o “estado lamentável” de abandono em que se encontrava o velho casarão¹⁹⁸. No dia 9 de maio de 1950, a casa foi tombada pelo DPHAN¹⁹⁹ (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e, posteriormente, desapropriada, o que não se efetivou devido à falta de pagamento por parte do Estado.

O ofício do DPHAN de 27 de novembro de 1967²⁰⁰ registra:

Imóvel constituído pelo prédio denominado Hospício da Terra Santa, em Sabará, neste estado, com área construída de aproximadamente 350m², em péssimo estado de conservação, e seu respectivo terreno, que tem uma área de 6.000m², mais ou menos, todo cercado por muros de pedras, nas proximidades do cemitério municipal daquela cidade.

¹⁹⁷ PT/TT/HTS mc24-85.

¹⁹⁸ *Livro Histórico Econômico do Hospício da Terra Santa desde março de 1926*. Arquivo do Museu do Ouro - Sabará. (apud Ávila, 1976, p. 49, nota 66).

¹⁹⁹ A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi transformada no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN pelo Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, que passou a denominar-se Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN pelo Decreto nº 84.198, de 13 de novembro de 1979, e pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, passa a denominar-se Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC. O Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC, teve a sua denominação alterada para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN pela Medida Provisória nº 752, de 6 de dezembro de 1994, convalidada mensalmente nos seus efeitos e definitivamente pela Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.

²⁰⁰ Ofício do DPHAN / MEC / 3º Distrito em 27/11/1967; Despacho; Mandado sobre a compra do hospício pertencente à entidade religiosa denominada Obras Pias da Terra Santa. Assina: João Braz da Costa Val Filho / Procurador da República.

Por mais de vinte anos o imóvel ficou abandonado, deteriorando-se de forma irreversível. A prefeitura do município de Sabará investiu num segundo processo de desapropriação e, não podendo arcar com sua restauração, no final de 1976 vendeu o prédio e loteou a antiga cerca do hospício. A sede passou por um processo de restauração que durou dois anos e meio para que “se tornasse habitável”. A SPHAN acompanhou os trabalhos de restauração “tendo autorizado a planta com as modificações internas [...] como as celas dos padres eram pequenas, cada duas celas tiveram que ser transformadas em um quarto”²⁰¹.

Situado no Morro da Intendência, ao final da Rua Onésimo dos Santos, encontra-se o portão de acesso principal. À direita dessa entrada está a capela de Nossa Senhora do Pilar, com sua fachada frontal voltada para a mesma rua, perpendicular ao muro que delimita o pátio à frente do hospício. Segundo Carrazoni (1980), em 1798, o vigário-geral da comarca de Sabará atribuiu a propriedade da capela ao hospício da Terra Santa (Carrazoni, 1980, p. 203).

Affonso Ávila (1976, pp. 49-50) assim descreve a construção:

Planta em duas secções compreendendo a primeira a parte social, religiosa e de moradia e a segunda, em ala lateral, a parte de serviço. [...] Divisão interna da secção principal em doze cômodos, ligados por corredores, e da ala de serviços em três cômodos com corredor avarandado. [...] Não obstante seu mau estado, a sala-capela interna, com acesso pelo saguão ou sala principal, é o cômodo de ornamentação mais apurada. As paredes ostentam pintura decorativa com motivos florais em branco sobre amarelo, e barrados com rosáceas.

²⁰¹ Jornal Minas Gerais / Noticiário Quarta-feira, 18 de abril de 1984. p. 46-47 (acervo Superintendência do IPHAN em Minas Gerais)

Com relação a essa capela interna, há o registro de que era composta por altar em alvenaria acabado com pintura sobre massa imitando talha. Apesar dos esforços para sua recuperação, a parede a que era adossado ruiu e, ao ser reconstruída, uma estante embutida marca o local da peça perdida.²⁰² A reforma pela qual passou a sala que antecede a capela certamente resultou na perda das pinturas parietais onde figurava simbologia religiosa, além de cimalhas e enquadramentos de vãos em marmorizados. Acrescenta, Affonso Ávila:

O teto apresenta, ao centro, pintura decorativa em conchóides e motivos florais, enquadrando um símbolo franciscano [as armas da Terra Santa], e, nos ângulos, desenho em rosáceas. [...] Não obstante seu mau estado, a sala-capela interna [...] é o cômodo de ornamentação mais apurada [...] vendo-se nos cantos decoração em conchóides e motivos florais. Ao centro, dois anjos segurando um medalhão em flores e rocaïlles, que enquadra o clássico símbolo franciscano. (Ávila, 1976, pp. 49-50)

Cf. Figuras 45 a 54 – p. 187-191 e Figura 25 – p. 152

O HOSPÍCIO DA TERRA SANTA DE SÃO JOÃO DEL-REI

Segundo Augusto Viegas (1953, p. 109), o hospício foi instalado nas proximidades de capela de São Francisco de Assis em 1743 [Figura 26 – p. 152]. No dia 15 de abril de 1759, frei Amaro da Sacra Família escrevia ao comissário-geral em Lisboa, frei Caetano da Piedade.

Tambem dou p^{te} a V.E. em como antes de V.E. ser V. comisario g.^{al} foi nesenario reformar a caza de rezidencia na v.^a de São João del Rei, e como se bolio em toda se acrescentou mais seis coartos

²⁰² Jornal Minas Gerais / Noticiário Quarta-feira, 18 de abril de 1984. p. 46-47 (acervo Superintendencia do IPHAN em Minas Gerais).

p.^a ficar em direitura, e assim como estavam devendo alguns carapinteiros a Terra S.^{ta}, não lhe podia tirar nada, e tão bem alguns madeireiros se pagou por este modo, e tivemos alguns bem feitores, q' comcorrerão com suas esmolas p.^a as d.^{as} obras, de q' veio a Terra S.^{ta} a não gastar cozinhada [...] (PT/TT/HTS mc27-62)

Essa ampliação de seis quartos é anterior a 1757, época em que frei João dos Prazeres era geral, antecessor de frei Caetano da Piedade²⁰³. Em 1758, entrou para o hospício frei Francisco de São José Landim, filho da província de Portugal.

Refere Cintra (1982, p. 380) que, em 24 de maio de 1719, o senado da vila manifestara-se favoravelmente à criação de um hospício para seis ou sete missionários. Em carta enviada ao bispo do Rio de Janeiro pelo senado, constava: “concordam todos em que fosse o Hospício de religiosos franciscanos que com grande vontade os querem logo.” Na sequência, assinala o autor: “Somente em 1743 instalou-se em São João del Rei o Hospício da Terra Santa [...]”. Entretanto, a iniciativa tomada em 1719 dizia respeito aos capuchinhos, não aos esmoleres da Terra Santa.

O HOSPÍCIO DA TERRA SANTA DO ARRAIAL DO TEJUCO (DIAMANTINA)

Frei Samuel Tetteroo estima que, por volta de 1750, o vice-comissariado de Ouro Preto teria instalado um hospício no Serro Frio, e complementa: “Mais tarde, ao que parece, foi o Vice-Comissariado do Serro Frio mudado para Diamantina ou pelo menos unido a este ultimo, [...] para o qual [passou-se] escriptura de uma

²⁰³ Frei Amaro da Sacra Família ao dizer “antes de V.E. ser V. comisario g.al ” o fez escrevendo a frei Caetano da Piedade, sucessor de frei João dos Prazeres – comissário em Lisboa de 1726 a 1756.

casa e quintal a Rua Macaú [Macau].” De fato, na região havia alguma forma de assistência por esmoleres da Terra Santa, é o que atesta o documento emitido por frei Caetano da Piedade, comissário-geral em Lisboa: “Manda [...] para o Rio de Janeiro [...] Fr. Antonio de N. Snr.^a Bellas, Relig.^o Leigo da Prov.^a de Portugal, [...] que] volta p.^a continuar no seu peditorio que he na comarca do Serro do Frio [...] Lx.^a 31 de Julho de 1761”.²⁰⁴ Nessa ocasião estava para ser concluído um conjunto de peças, que os fiéis da comarca enviariam para o Santo Sepulcro, composto por “hum Caliz, Pátana, Therinha [terrina], Prato, Galhetas, Turiblo, e Naveta tudo de ouro”.

Quando residia nessa região, foi esmoler da Terra Santa o Irmão Lourenço, fundador do eremitério do Caraça (atual Santuário do Caraça), onde pretendia reunir uma comunidade sob a regra da ordem ou mandar vir, para esse local, os franciscanos de Portugal (Röwer, 1942, p. 85). Em 24 de abril de 1766, Lourenço recebeu do comissário-geral da Terra Santa em Portugal, frei Manuel de São Carlos, autorização para esmolar (Carrato, 1963, p. 346) [Figura 24 – p. 152].

No dia 5 de maio de 1781, o comissariado da Terra Santa não tinha ainda sua sede no Serro do Frio. O trecho da carta que o procurador, frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazareth, escreve ao comissário-geral em Lisboa explica bem a situação dos esmoleres na comarca.

adjudicando [de um devedor] humas cazas com hum grande
quital, e meya telha de agua nativa, por 400\$000 r. q’ tudo
pertence aos Irdeiros do dito testador [...] estas casas tem todas

²⁰⁴ AHU. Minas Gerais, Cx. 79, D. 22 - Requerimento do padre. Comissário da Terra Santa, solicitando a mercê de passaporte para ir a Comarca do Serro do Frio.

as singularidades de boas p.^a asistencia dos religiosos por q' alem de estarem num retiro, tem munta Agua, bom pasto p.^a cavalos, e boa orta; e a sim quero lembrar a V R.^{ma} que em todas as Comarcas de Minas, os religiosos tem casa propria dos S^{tos} Lugares, e so m^{te} esta Comarca he a desgraçada que a não tem, andando, andando [sic] os pobres Religiozos [...] de casa em casa [...] finalm^{te} eu desejava q' V. R.^{ma} for servido mandar-me q' deixaçe esta casinha p.^a a asistencia dos Religiosos da Terra S.^{ta} e ficar ella sendo propriam^{te} dos S^{tos} Lugares, e estes pagarem os 400\$000 r aos Irdeiros de João José [de Araujo], ainda q' eu p.^a isto ficaçe responsavel a pedir algumas esmolos p.^a se pagarem as ditas casas por q' desejo antes passar por este trabalho do q' perder a ocazião de deixar os meus sussesores hum buraco em que se metão qd^o se recolhem a este Arrayal [...] (PT/TT/HTS mc19-72)

Balthazar da Silva Lisboa (1834, p. 372) refere à compra de um imóvel pelo síndico da Terra Santa, no Tejuco, cuja escritura passou-se no dia 6 de janeiro de 1797. Conforme Soter Couto, o antigo hospício “hoje está transformado em várias residências e perdeu por completo seu estilo colonial, com janelas que eram só de treliças” (Couto, s.d., p.104-105). [Figura 27 – p. 152].

O HOSPÍCIO DA TERRA SANTA DE MEIA PONTE (PIRENÓPOLIS)

Há notícia de fundação, em 1731, de dois hospícios em Goiás (Camargo, 1952, p. 324), um em Meia Ponte, outro em Traíras (distrito do atual município de Niquelândia), por frei João de Jesus Maria, assessorado por frei Domingos de Santiago. De fato, consta da “Memoria da fundação do Hospício de Jerusalém” do Rio de Janeiro (1735) a existência de uma casa para os esmoleres na capitania em Goiás (Nunes, 1858, p. 137). O hospício de Pirenópolis era dedicado a Nossa

Senhora da Conceição²⁰⁵. Frei José de Nossa Senhora dos Anjos diz, em carta enviada por ao comissário em Lisboa – no ano de 1785 –, que frei João de Jesus Maria havia saído da casa sem se despedir dele (frei José) e de seu companheiro, frei Domingos²⁰⁶. Se estiverem corretas essas datas, frei João se manteve na missão por mais de cinquenta anos, contados a partir de 1731. Coaduna esse fato a informação de ter se transferido para Traíras, onde morreu em avançada idade (Camargo, 1952, p. 324). Na mesma carta, frei José registra que “tão bem há bas.^{tes} anos que não recebo Contas nem Reliquias para com ellas lizongear aos Irmão[s] q. sem isto nada se faz p. q. estão as minas em tal decadência q. nada se cobra.” (PT/TT/HTS mc33-15).

Em 1819, Saint-Hilaire (1937, p. 53) registrou: “como em Tijuco, no districto dos Diamantes, existe em Meiaponte um hospital de irmãos da ordem terceira de São Francisco, encarregados de recolher as esmolas dos fiéis para a conservação do Santo Sepulcro.”²⁰⁷ Pohl (*apud* Bertrand, 2011, p. 302) também relata a existência desse hospício e acrescenta: “Existem ainda no lugar várias igrejas, todas

²⁰⁵ PT/TT/HTS mc33-15 Carta do frei José de Nossa Senhora dos Anjos ao comissário-geral. “Arrayal da Meya Ponte 6 de Janr.^o de 1785 / O Irmão Fr. José de N S^a dos Anjos / falta em legado”.

²⁰⁶ Em documento de 1755 – PT/TT/HTS mc19-69 – encontra-se: “Lembrança das Remessas q fez Fr. Domingos de S. Thiago q. pede nas Minas dos Goyazes q. remeteo p.^a esta Cid.^e de Lx.^a”. No dia 3 de dezembro de 1760, era vice-comissário em Minas de Tocantins, conforme PT/TT/HTS mc33-119.

²⁰⁷ Continua Auguste de Saint-Hilaire: “Por ocasião da minha viagem, este hospício não contava mais do que um irmão. As sommas que reunia eram depositadas por elle na propria provincia, em mãos de um syndico particular, e este as enviava ao Rio de Janeiro, ao syndico geral que, como elle, era um leigo. É difícil crêr que, passando por tantas mãos, estas esmolas viagem integras de Meiaponte a Jerusalem.” (Saint-Hilaire, 1937, p. 53). Com relação ao hospício de Diamantina, escreveu Saint-Hilaire (1937, pp. 36-37): “Como não são permitidos os conventos em tôda a provincia, não seria de esperar existisse algum no Tijuco; entretanto existe aí um asilo onde se educam moças e outro da ordem terceira de S. Francisco, encarregados de recolher as esmolas que os fiéis consagram ao Santo Sepulcro. Na ocasião de minha viagem havia apenas dois frades nesse último asilo.”

diminutas e um hospício dos Franciscanos do Santo Sepulcro de Jerusalém [...]. Há longo tempo, porém, esta residência foi trocada pela de Traíras.” (Bertrand, 2011, p. 302).

Em seu Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão iniciado em 8 de abril de 1823, Cunha Mattos (1836, p. 153) registra, ao passar por Meia Ponte no dia 8 de agosto do mesmo ano, que no hospício de religiosos esmoleres da Terra Santa havia “hum só leigo para manejar os seus negócios, e administrar as fazendas que possuem, e consistem em dous ou tres engenhos d’assucar arruinados.”

Sobre a posterior destinação do prédio, durante audiência com o imperador do Brasil, no dia 29 de janeiro de 1825,

appareceo ali huma representação dirigida pello Bispo, e Prezidente de Goyázes, dizendo, que a Terra Sancta possuía naquella Provincia Prédios Rústicos, e Urbanos, que paressia lhes devião ser tirados, fazendo applicação daquelles rendimentos para Patrimonio de hum Hospital, que ali se projectava erigir; e de que rezultaria hum grande bem ao publico [...] (PT/TT/HTS mc24-200)

Por fim, a 1º de julho de 1832, o Conselho Geral da provincia de Goiás decretou que se aproveitasse a casa do hospício para “as aulas de ensino público” do arraial de Meia Ponte. Na sequência dos trâmites, dentre as representações pautadas para a sessão de 19 de abril de 1833 da assembleia legislativa, relativas à província de Goiás, encontra-se o item de número 2: “Para que o hospício dos

esmoleres da terra santa da villa de Meia Ponte, fique incorporado aos proprios nacionaes, e nelle colocadas as aulas publicas criadas na mesma villa.”²⁰⁸

Observa-se que em ambos os casos de conversão, para hospital ou escola pública, é possível se traçar um paralelo com o que se sucedia em Portugal, onde a carta de lei de 1822 previa estabelecimentos de instrução e caridade pública nos edifícios esvaziados. A Comissão Eclesiástica a quem foi confiado o plano de reforma das congregações pelo Congresso português chegou a afirmar “o Estado não somente lucrar já o preço dos Conventos supprimidos, mas poupará com cada hum delles, aliás gastaria, na conservação do Edeficio, Misteres do Culto” (Costa Lima, 2013, p. 362).

²⁰⁸ “Sallas das Sessões em Meyaponte ao 1º de Julho de 1832.– O Conselheiro Fleury. [...] reconhecendo o Cons. quanto he vantajosa [ao] Bem Publico a applicação d’este Edifício para hum tal fim resolveo elevar aos Srs. Deputados eleitos por esta Prov. de Goyaz para em beneficio Publico dirigirem a Augusta Camara dos Srs. Deputados a seguinte, Representação. Havendo no Arrayal de Meyaponte hum Hospício com sua Capella pertencente a Terra Santa, ameaçando este Edifício huma proxima ruina, e não havendo na Prov. Esmoleres, por ter falecido o ultimo e podendo ser hum tal Edifício vantajosamente aproveitado em beneficio Publico o Cons. da Sociedade D. da L. e I. N. estabelecida em Meyaponte resolveo fazer suplicar o seguinte, Art. 1.º O Hospicio dos Esmoleres da Terra Santa do Arrayal de Meyaponte fica encorporado nos Proprios Nacionaes. Art.2.º Todas as Aulas Publicas creadas em Meiaponte seraõ colocadas no Hospicio. Art.3.º Todos os objectos inventariados no Mez de maio de 1832 seraõ vendidos em haste Publica, e o seo producto applicado para os arranjos das Aulas do art. antecedente. [...]” BR REHEG PH IM.MA. 1832. *A Matutina Meipontense*, v. 3, n. 276 a 398 (3 de janeiro a 29 de dezembro de 1832).

REPRESENTAÇÕES DO COMISSARIADO DA TERRA SANTA EM OUTRAS LOCALIDADES

Na relação datada de dezembro de 1775, “Religiosos que servem a Terra Santa neste Continente da America, adidos ao Hospício do Rio de Janeiro” encontram-se os seguintes frades e locais: frei Domingos da Incarnação de Jesus Maria Viana em São Paulo; frei Antônio de Santana Vidigueira Palha em Santa Catarina; frei Francisco de Nossa Senhora da Luz em Paracatu; frei José da Conceição Passo Darcos em Cuiabá; (Nota ao pé do documento: “A todos estes religiosos se manda vestimenta deste hospício e santuarios se dão a dez”)²⁰⁹. Já em uma sequência de remessas enviadas do comissariado de Lisboa para as colônias, entre 1806 e 1823, encontram-se as seguintes localidades: Maranhão, Pará, Rio Grande e Rio Grande do Sul.

Conforme mencionado para o Hospício de Sabará, foi emitido no Rio de Janeiro um despacho, no dia 11 de março de 1734, que registra a existência da casa para os esmoleres em São Paulo, assim como, no litígio envolvendo o hospício de Recife, também foi essa a casa citada entre as já existentes na colônia²¹⁰. Há que se considerar a carta régia de 9 de março de 1748 determinando o desmembramento da capitania de São Paulo e a criação das capitanias de Goiás e Mato Grosso. Portanto, os registros mencionados, da década de 1730, referiam-se, provavelmente, ao atual estado de Goiás onde o primeiro hospício edificado data de 1731.

²⁰⁹ PT/TT/HTS mc34-131 “R.º de Janr.º Relig.ºs , e escravos que servem a Terra Santa adidos a este Hosp.º”

²¹⁰ PT/TT/HTS mc34 s/n.

Certo é que, nos anos de 1819 a 1821, estão lançadas as quantias arrecadadas pelo esmoler de São Paulo²¹¹ e, em 26 de fevereiro de 1822, frei Antônio da Conceição de Maria escrevia ao comissário-geral em Lisboa dizendo que em São Paulo não havia “dívidas contenciosas p.^r que não tem em uso de fazerem à Caza S.^{ta} testamenteira, assim como costumão em Minas”²¹². Camargo (1952) registra a existência da “Comissão da Terra Santa” em Itu com “igreja e subcomissário” e a tentativa de frei João de São Domingos Leite estabelecer-se ilicitamente em São Paulo como vice-comissário da Terra Santa²¹³. Também padre Fernando Macedo (1920, p. 95), em *O Brasil Religioso*, menciona a existência de um hospício em Itu.

No Arquivo Ultramarino (Lisboa) encontra-se a *Planta de Vila Boa* (atual Cidade de Goiás), onde está indicado, pela letra “P”, o “Ospício de Jerusalem”. [Figura 29 – p. 153]

²¹¹ PT/TT/HTS mc01-82.

²¹² PT/TT/HTS mc25-176. Observação: o documento PT/TT/HTS mc25-177 relaciona algumas dívidas a favor da Terra Santa e algumas remessas enviadas de São Paulo para o Rio de Janeiro.

²¹³ AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 5, doc. 583 / AHU_CU_023-01, Cx. 5, D. 583.[1727, Fevereiro, 14] Convento de São Francisco da Cidade de São Paulo. Carta do provincial dos capuchos, da província da Conceição do Rio de Janeiro, Frei Fernando de Santo Antônio [...].” Nesta carta o provincial relata a D. João V a transgressão cometida pelo padre daquela Ordem, frei João de São Domingos Leite, e pede ao Rei “que mande resolver e dê as suas ordens.”

FIGURA 15 – Localização do hospício da Terra Santa de Salvador. FONTE: Google Earth (editado) e ARAÚJO, Ubiratan Castro. Movimento desocupa Disponível em: <<http://movimentodesocupa.wordpress.com/2012/08/01/preitura-desiste-de-santa-tereza-mas-nos-nao-desistiremos-do-2-de-julho/>> Acesso em 13/12/2014.

FIGURA 16 – Destaca-se neste mapa, com grifo nosso, o “Quartel do Hospício” – indicado pela letra “u” - na “Planta da cidade do Recife e seus arrabaldes”, datada de 1875.

FIGURA 17 – Localização do hospício da Terra Santa de Recife. FONTE: Google Earth (editado) e BRAGA, João Batista Meira. *Trilhas do Recife. Guia turístico, histórico e cultural*. p. 103.

FIGURA 18 – Em destaque, com grifo nosso, o prédio do hospício da Terra Santa da cidade do Rio de Janeiro, indicado por “25 c” na “Nova planta da cidade do Rio de Janeiro” datada de 1864.

FIGURA 19 – Local onde existiu o hospício da Terra Santa da cidade do Rio de Janeiro. FONTE: Google Earth (editado). No local, está em construção um grande edifício.

FIGURA 20 – Trajetória do local onde existiu o hospício da Terra Santa do Rio de Janeiro. O prédio mostrado substituiu a construção original de 1735 e traz no tímpano as armas da Terra Santa. FONTE: Google Earth/ Street View e História do comissariado da Terra Santa. Disponível em: <<http://www.comissariadoterrasanta.com.br/historia>> Acesso em 02/02/2015.

FIGURA 21 – “Planta da cidade de Ouro Preto”, 1888, (Gravura de Giesecke & Devrient Leipzig), onde se destaca o hospício da Terra Santa de Ouro Preto, com sua sede e cerca original (grifo nosso). FONTE: Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=212> Acesso em 04/02/2015.

FIGURA 22 – O hospício da Terra Santa de Ouro Preto, propriedade particular, onde sede e cerca se encontram preservadas. FONTE: Google Earth (editado).

FIGURA 23 – “Planta de Villa Rica de N. S. do Pilar” (data provável: 1800) com a localização da Capela da Piedade, próxima ao hospício da Terra Santa (grifo nosso). Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/viewcat.php?cid=727> Acesso em 02/02/2015.

Soma... 1:4158487

Remeto mais que ficou de anno passado em letra pretencente
 ao Irmão Lourenço a saber 3000\$ de legado do defuncto
 Luislybi Lage: officio oubo 3000\$ p^o se cobrarem vindo appor. 360000
 curaçoa em don. Crdt.^o do d. falecido: e vay mais na d. Letra 6000\$
 pretencente ao peditario do d. Irmão Lourenço.

P^o An.^o de S. Fran de N. S. do Pilar

FIGURA 24 – Documento que cita o Irmão Lourenço, esmoler da Terra Santa e fundador do eremitério do Caraça (atual Santuário do Caraça). FONTE: PT/TT/HTS mc19- 67.

FIGURA 25 – O hospício da Terra Santa de Sabará, propriedade particular, cuja sede sofreu alterações consideráveis e a cerca tomada por construções recentes. FONTE: Google Earth (editado).

FIGURA 26 – Localização do hospício da Terra Santa de São João del-Rei. FONTE: Google Earth (editado)
<http://www.sjdr.com.br/historia/igrejas_monumentos/ruas/rua03.html>

FIGURA 27 – Localização do hospício da Terra Santa de Diamantina. FONTE: Google Earth (editado).

FIGURA 28 – Hospício da Terra Santa da Cidade de Goiás conforme indicado pela letra “P” na “Planta de Vila Boa Capital da Capitania geral”, 1782 (grifo nosso). FONTE: (AHU_CARTm_008, D.877).

FIGURA 29 – Localização do hospício da Terra Santa da Cidade de Goiás. FONTE: Google Earth (editado), a partir de (AHU_CARTm_008, D.877).

5. ARQUITETURA DOS HOSPÍCIOS DA TERRA SANTA

Referindo-se aos capuchinhos, frei Fidelis de Primeiro narra o cuidado “quase instintivo” de “[...] edificarem onde quer que pousem, um conventinho, que na linguagem fradesca e eclesiástica se apelida ‘hospício’. É que em toda parte levam o desejo de um remanso, para melhor exercerem as práticas que lhes são impostas [...]”. A confrontação entre essas duas tipologias – conventos e hospícios – evoca o historiador Waldemar de Almeida Barbosa (Barbosa, 1979, p. 387)²¹⁴:

A melhor maneira de explicar o que eram esses Hospícios será mostrar a diferença entre eles e os conventos: Convento era a residência permanente dos frades; o hospício, uma residência temporária, onde os frades esmoleres se hospedavam. Percorriam eles léguas e léguas, de povoado em povoado, e descansavam alguns dias, nos hospícios. Ali permanentes eram apenas os serviçais. O convento tinha capela franqueada ao público, com porta de entrada para a rua; o hospício só podia ter capela interna, sem ligação com a rua [...]. O convento abrigava uma comunidade, o que não acontecia nos hospícios. Nos conventos, os frades obedeciam às regras rígidas da Ordem, ao passo que, nos hospícios, não havia rigor na obediência às regras.

A exposição feita pelo Prof. Waldemar A. Barbosa favorece uma ordenação de aspectos que, à luz das informações coligidas nesta pesquisa, não só

²¹⁴ Waldemar de Almeida Barbosa Professor, Historiador, Escritor e Compositor de hinos. Pertenceu como membro de vários Institutos Históricos e Academias de Letras. Cf. Arquivo Público Mineiro. Guia de Fundos e Coleções. Histórico/Biografia. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=209>. Acesso em: 14 dez. 2014.

caracterizam os hospícios da Terra Santa como também modificam a aceção que lhes tem sido aplicada.

A permanência de alguns religiosos nos hospícios da Terra Santa pode não ter sido por toda a vida de apostolado, mas foi bastante dilatada. A ideia de que “descansavam alguns dias, nos hospícios” aplica-se aos esmoleres que faziam o peditório pelas freguesias, não aos vice-comissários incumbidos de uma série de diligências. No vice-comissariado de Ouro Preto estiveram frei Caetano da Soledade, por nove anos, e frei Francisco de Santa Thereza, que chegou a Ouro Preto em 1746 – aí falecendo em 1792 –, portanto, 46 anos a serviço da Terra Santa, embora seu tempo como vice-comissário tenha sido menor. Estima-se que frei João de Santa Rosa de Viterbo teria permanecido em Mariana por 42 anos (1756 a 1798), no mínimo. Frei Manoel de Santa Anna chegou a Sabará em 1752 e, em 1793, assistia ainda na mesma vila. Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazareth foi para o Serro Frio em 1778 e, em 1793, transferiu-se para Ouro Preto.

Estes dados demonstram que o tempo que um religioso habitava o hospício podia ser de décadas, configurando permanência, e, conforme já dito, era necessária a presença constante de um religioso no hospício²¹⁵. Portanto, não eram permanentes apenas os serviçais. Frei Samuel Tetteroo refere que seria de seis anos “o prazo pelo que costumava durar o tempo de serviço dos empregados ou esmoleres da Terra Santa [...]” (Tetteroo, 1924, p. 81), porém, a questão torna-se mais clara com o seguinte dado: “Até 1897, a duração do ofício de comissário não tinha limite de tempo, e daqui em diante passou a ser de um sexénio renovável.

²¹⁵ PT/TT/ANTT mc25-195.

Desde 1951, reduziu-se a um triênio renovável.” (Comissariado da Terra Santa, 1971, p. 4).

Para a fundação do hospício da Terra Santa do Rio de Janeiro foram colocadas aos religiosos as condições de que não passassem a convento, não tivessem capela ou igreja e que o vice-comissário, que nele assistisse fosse religioso leigo (Moraes, 1879, p. 192).²¹⁶ A inexistência de capela ou a exigência de que seu uso fosse restrito aos moradores, preconizada também na definição de hospício apresentada pelo Abate Bergier (1846), prevaleceu por apenas 14 anos para a casa do Rio de Janeiro. Também segundo Barbosa (1985, p. 60)²¹⁷, em Paracatu, Minas Gerais, os esmoleres teriam tido autorização para construírem um hospício com “oratório público”. Outro exemplo, em Lisboa, foi o hospício dos capuchinhos italianos onde “havia evidentemente uma capela pública, onde se exercia o culto, e nela decerto se festejou a canonização do primeiro Santo Capuchinho, São Félix de Cantalício, efetuada em 1712 [...]”.²¹⁸

Em Málaga, na Espanha, por sua vez, no *último tercio del Setecientos*, a intenção da comunidade alcantarina de transferir seu convento para o centro da cidade de Antequera demandou a avaliação das instalações de uma *casa-hospicio* situada na *calle* Laguna. Entre as informações levantadas consta que “se contestó que la casa que se disse hospício no era tal, ya que no poseía campana, oratório

²¹⁶ Também em Tetteroo (1924, p. 85).

²¹⁷ No fundo PT/TT/HTS não foram encontradas informações sobre este hospício em Paracatu.

²¹⁸ “A 10 de julho de 1692 as comendadeiras de Santos, da Ordem Militar de São Tiago da Espada, fizeram ao Padre Paulo de Varazze, Procurador dos Capuchinhos italianos, e aos seus sucessores, doação do usufruto das casas, que tinham habitado [...]. Também lhe deram faculdade para fazer nessas casas as obras e modificações, que fossem convenientes [...] assim em fins de 1692 o Padre Paulo disse para Roma que já tinha aprontadas doze celas e em meados de 1696 escreveu que tinha prontas vinte e três celas.” (Faria & Negreiros, 1990, p. 61).

publico, ni reserva del Sacramento en el altar”. Observa-se que, na Espanha, o oratório público era elemento caracterizador dos hospícios (Gonzáles, 2006, p. 944).

Outro ponto trazido pelo Prof. Waldemar A. Barbosa diz respeito à obediência às regras da ordem. Esse era um dos alvos da oposição capucha, que se manifestava:

[andam] nessas p.^{es} tirando esmollas p.^a Jeruzalem não tendo obediencia a Prellado algum [...] estes devem ser obrigados a viver nos claustros dos conventos p.^a delles fazerem az suas deligenciaz [...] debaixo da dessiplina regular, e com obediencia ao Prellado do Comv.^{to} o qual lhe dará as licenças necessárias para hirem tirar as esmollas. (Arquivo Nacional, 1907)

Um caso de desobediência às regras ocorreu em São Paulo, por parte do capucho frei João de São Domingos Leite, do convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro²¹⁹:

Não querendo sujeitar-se ao regime dos conventos, conseguiu, ajudado por um prelado da Corte, convencer os crédulos, que tinha vindo de Jerusalém e se chamava João das Chagas Recebia esmolos, dizendo que as mandaria para os lugares santos e com elas, o dito eclesiástico, levava uma vida de senhor absoluto, tendo negros ao seu serviço. O seu pouco escrúpulo foi ao ponto de comprar terras, que mandou cultivar, e casas a que chamou ‘Hospício para os frades esmoleres de Jerusalém’. Além disto tudo, passou a intitular-se Vice Comissário Geral de Jerusalem. Termina o remetente, declarando que todos os prelados que, fugitivos, residiam no referido Hospício, deveriam recolher aos

²¹⁹ AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 5, doc. 583 / AHU_CU_023-01, Cx. 5, D. 583.

seus conventos e não ser permitida a fundação de mais estabelecimentos religiosos sem autorização régia. (AHU_CU_023-01, Cx. 5, D. 583)

Observa-se aqui as intervenções feitas, já em 1728, pelo bispo reformador Dom Antônio de Guadalupe que, mediante a insistente desobediência dos frades, teve de proceder de forma mais rigorosa em 1730 (Titton, 1971, p. 114). Portanto, repreendiam os frades de Jerusalém, estando eles próprios – capuchos – em falta com a disciplina.

Partindo para outro aspecto da arquitetura dos hospícios, encontram-se descrições, ou definições, segundo o número de celas ou de frades que os habitavam. “Os hospícios eram casas com menos de doze religiosos e sem comunidade permanente, diferindo, por isso dos conventos [...]” (Figueiredo, 2008, p. 27). Essa hipótese também não confere com as descrições encontradas. O hospício da Terra Santa de Lisboa contava com dezoito celas – seis em cada quadra. Outros dois hospícios franciscanos lisboetas, dos capuchinhos, eram ainda maiores: o dos italianos dispunha de vinte e três celas²²⁰ e o dos franceses podia agasalhar quarenta religiosos, sendo que, em 1692, “moravam nesse hospício vinte e dois capuchinhos”²²¹ [Figuras 30 e 31 – p. 177 e 178]. A respeito deste, afirma Francisco Leite de Faria (1954): “Durante meio século foi ponto obrigatório de passagem para os capuchinhos que missionaram no Brasil”. Nesse contexto, torna-se imprescindível mencionar a assertiva do Prof. Rafael Moreira

²²⁰ O hospício dos capuchinhos italianos em Lisboa “tinha prontas doze celas e em meados de 1696 escreveu que tinha prontas vinte e três celas.” (Faria & Negreiros, 1990, p. 61).

²²¹ “Maria Izabel [Maria Francisca Isabel de Saboia] construiu um novo hospício que podia agasalhar quarenta religiosos, e construiu uma nova igreja, aberta em 1677. No ano de 1692, moravam nesse hospício vinte e dois Capuchinhos.” (Primeiro, 1940, p. 86).

(2011, p. 14): “Os não-portugueses [...] tinham primeiro de realizar um estágio de um ano – mas que podia se prolongar até três ou quatro para os casos mais delicados – em Portugal, onde aprendiam a falar, ler e escrever o idioma português [...]”

Nas descrições dos hospícios, as áreas que os vice-comissários e síndicos da Terra Santa adquiriam causam admiração aos que, nos tempos mais recentes, as descrevem. Frei Basílio Röwer (1942, pp. 64-65) trata a questão com especial acuidade:

Ora, no tempo colonial não somente a Metrópole dotava as Ordens religiosas com sesmarias, às vezes extensas; mas também particulares transferiam-lhes frequentemente grandes propriedades. Se a princípio a posse de semelhantes latifúndios não ofendia por ser escassa a colonização, começou, todavia, a notar-se forte oposição nos anos posteriores. [...] Os Franciscanos achavam-se em condições completamente diversas. Contentavam-se com o terreno suficiente para fazer o Convento, horta e pasto para seus animais.

Para além de seu sustento, a cerca – do convento ou do hospício – trazia o sustento espiritual, a comunhão com a natureza, tão cara aos franciscanos. Eram comuns a existência de vegetação espontânea, espaços verdes e jardins compostos por canteiros, caminhos, sebes, estatuária, lagos ou outras estruturas construídas.

Visando um delineamento das características arquitetônicas dos hospícios da Terra Santa, serão tomadas como referência cinco casas cujos registros foram encontrados. Sobre o hospício do Rio de Janeiro, não mais existente, conta-se

com excelente descrição textual [Figura 32 – p. 179]. Da casa de Sabará, foram encontrados também textos descritivos, desenhos de meados do século XX e algumas fotografias; a construção existe, mas passou por diversas modificações internas e houve perdas importantes de elementos artísticos e arquitetônicos. Em Ouro Preto está salvaguardado o único exemplar dos hospícios hierosolimitanos que chegou aos nossos dias, mantido em boa integridade. A partir dele extraem-se dados fundamentais, concretos, para o conhecimento das hospedarias franciscanas.

Duas outras casas, não destinadas aos esmoleres da Terra Santa, configuram um suporte importante para a análise tipológica das antigas hospedarias. Tratam-se do hospício dos barbadinhos italianos do Rio de Janeiro e do hospício de Santana de Minde da Província de Santa Maria da Arrábida.

O Hospício dos barbadinhos italianos foi projetado pelo o brigadeiro José Fernandes de Pinto Alpoim, “maior arquiteto do Rio de Janeiro de sua época”, conforme refere o Prof. Benedito Lima de Toledo (2012, p. 138). Ainda na fase de elaboração do projeto, escreveu-lhe o Governador Gomes Freire de Andrade²²²:

Na forma desta Real ordem de V Mag.^e mandei tirar a planta que remetto para o Hospicio dos Religiozos Barbadinhos. Nella só dezaprovo, pello citio em que hé, ficarem as celas terreas, pois pella parte do monte em que ficão encostadas, lhe entrarão grandes humidades; asy, ou seja levantando-as com algum sucalco ou fazendo-as de sobrado, ordeno se dê principio a obra,

²²² AHU_CU_017-01, Cx. 44, D. 10417 - [29/04/1740] Vila Rica “Informação do Governador do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrada [Andrade], em que participa a remessa da planta que mandara fazer do novo Hospício dos Padres Barbadinhos.”

a qual não poderá ser de grande despeza, e sempre de muita utilidade ao serviço de Deos, e de V Mag.^e

A Real Pessoa de V Mag.^e guarde Deos: Villa Rica a 29 de Abril de 1740 (AHU_CU_017-01, Cx. 44, D. 10417)

Havia um grande empenho dos franciscanos do convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro para que seus correligionários – barbadinhos italianos ou frades de Jerusalém – não tivessem convento nas proximidades de seu cenóbio. Tendo a questão chegado à corte, a resposta régia foi bastante incisiva sobre as características construtivas dos hospícios, para que não se convertessem, posteriormente, em casa conventual. Tome-se como exemplo o trecho da provisão régia²²³ sobre a obra que se planejava executar:

neste sitio mandareis edeficar para os dittos Padres Barbadinhos hú pequeno e humilde Hospicio, com sua Capelinha mas sem forma de Convento que na pobreza da fabrica corresponda humildade e pobreza com que tanto edeficão os ditos Padres [...] cujas despesas se farão a custa de minha Real fazenda. (AHU_CU_017-01, Cx. 44, D. 10416)

Estando ambos os hospícios – dos barbadinhos e o de Jerusalém – impedidos de terem aparência de convento, coube ao Alpoim apresentar solução, para a residência dos primeiros, conforme lhe encomendou o governador. A essa altura, os esmoleres da Terra Santa já viviam em hospício próprio no Caminho dos Arcos da Carioca, o que pode ter favorecido, junto aos religiosos Antoninos do convento, a aceitação da proximidade dos barbadinhos que se estabeleceriam no mesmo

²²³ AHU_CU_017-01, Cx. 44, D. 10416 - 1739, outubro, 23, Lisboa “Provisão régia pela qual se ordenou ao Governador do Rio de Janeiro, que mandasse construir um edifício para o Hospital [hospício] dos Padres Barbadinhos.”

logradouro. Frei Fidelis refere: “Houve discordâncias de pareceres acerca do sítio, e mais da forma; os frades o queriam assobradado, o snr. Bispo opinava por um térreo” (Primeiro, 1940, p. 212). Adotou-se a construção em nível único, mas elevada do terreno pelo embasamento. [Figura 33 – p. 180]

Alpoim o concebeu em três setores dispostos linearmente. Capela e serviços nas extremidades e dormitório na parte central, estando este recuado em relação aos outros dois, resultaram em dinâmica volumetria. À esquerda, o volume da capela, alteado e saliente, ganha evidência – é o orago que recebe aquele que vem. O acesso às celas é feito pelo corredor central, diferentemente dos conventos, onde as portas se abrem para o claustro. Uma varanda encerrada pela capela e pelo setor de serviços (à direita) guarda a privacidade das celas frontais. [Figura 28 – p. 153]

Minde, antigo termo da vila de Porto de Mós, atual freguesia do concelho de Alcanena, situa-se perto das localidades de Fátima, Batalha e Alcobaça. Segundo Jesus e Silva²²⁴, filhos da povoação de Minde tornaram-se pessoas ilustres, entre elas, vários comissários da Terra Santa. Pelo “Mappa dos Commissarios”²²⁵ constata-se que, no período de 15 de junho de 1805 a 14 de janeiro de 1815, frei Manoel do Espírito Santo Minde foi comissário-geral da Terra Santa em Lisboa.

²²⁴ JESUS E SILVA, António. *Jornal “O Portomozense”*. Disponível em: <http://minderico.net/print.asp?cod_artigo=143142>. Acesso em: 19 ago. 2014

²²⁵ PT/TT/HTS mc35-22: Mappa dos Commissarios da Terra Santa, q. tem havido em Portugal.

O Hospício de Santo Antônio, ou Hospício de Santana²²⁶, foi construído sob ordem de D. João V, em 1733, “para n'elle se instruirem os moços mindericos que se quizessem dedicar á vida conventual, e para fabrica de pannos para habitos dos frades.”²²⁷ Essa casa franciscana traz uma particularidade de interesse para o estudo dos hospícios: a existência do cômodo “*de profundis*”. Não se trata de um elemento característico dos hospícios enquanto tipo arquitetônico²²⁸, mas fornece a chave para o entendimento do hospício de Ouro Preto, por exemplo.

Alfredo de Matos registra a descrição do hospício minderico:

Pela mão do Inventário temos passado revista aos interiores do Hospício [...]. Fez-se, até aqui, trabalho de autópsia, como se esta operação fosse realizável sem a pré-existência do cadáver [...] somos chegados, por fim, ao edifício material do Hospício, no inventário tratado por

Casco

Livro de Bens a folhas 13 nº126

1- Todo o prédio do Convento abstraindo da Igreja, Cerca, Depósito de agoa, casas que serviam de barbear e outra que servia de Palheiro outra de acomodação dos Creados, e se

²²⁶ Segundo Agostinho Nogueira, Abílio Madeira Martins, Henrique Lobo, ambas denominações, Hospício de Santo Antônio e Hospício de Sant'Ana, aparecem nas fontes documentais. “Nos documentos relativos à História da Província Portuguesa da Ordem dos Frades Arrábidos é mais vulgar o nome de Hospício de Santo António. Num Despacho da Rainha D. Maria I, [...] aparece a denominação de Hospício de Sant'Ana, e noutro despacho da mesma rainha aparece a denominação Hospício de Santo António.” Disponível em: <http://www.minderico.com/minderico/artigo.asp?cod_artigo=143142>. Acesso em: 19 ago. 2014

²²⁷ Jesus e Silva, António. *Jornal "O Portomozense" apud: MARTINS, Francisco Madeira*. Disponível em <http://minderico.net/print.asp?cod_artigo=143142>. Acesso em: 19 ago. 2014

²²⁸ “(...) ao falar-se de arquitectura, é comum usar-se o termo “tipologia” da construção para indicar o “tipo” de construção. Esta noção é um claro erro já que “tipologia” é precisamente o estudo dos diferentes tipos (...)” Cf. Ludovico Quaroni, “Projectar um edifício, oito lições de arquitectura”. Disponível em: <<http://www2.ufp.pt/~avoliv/apontamentos/diap%20tipologia/aulas%202.pdf>>. Acesso em 14 dez. 2014

compõem aquelle prédio de duas sellas habitaveis com grande vão de telhado onde era dormitorio antes do incendio, com a casa que servia de Fabrica que tem sete janelas sendo so huma de vidraça e por baixo tem huma casa que serve de Escolla de primeiras letras do outro lado outra que serve de cosinha, outra que serve de profundes, outra que serve de Refeitório, outra de despensa e outra que chamão casa da Tulha que tem huma janela com grade de ferro que foi avaliado em quarenta mil reis - 40.000. (Matos, 1991, pp. 55-56)

Casa De Profundis era uma antessala do refeitório da comunidade onde se rezava o salmo De Profundis²²⁹ antes de cada refeição. Segundo Beckford (1787), “os monges, de pé, em solene postura alinhados em volta da sala, meditam silenciosos no precário da nossa fraca existência e oferecem a Deus as suas preces pela salvação dos que os precederam naqueles lugares.” (Beckford *apud* Gandra, s.d., p. 122).

Dando sequência ao estudo das casas de referência, passa-se à terceira delas, o hospício da Terra Santa do Rio de Janeiro. De construção anterior ao hospício dos barbadinhos, o sobrado da Terra Santa talvez tenha contribuído para suscitar nos italianos a expectativa por uma hospedaria em dois níveis, o que não se concretizou. Entre os quesitos do programa de necessidades para um hospício de

²²⁹ Salmo 129: *De profundis clamavi ad te Domine / Do fundo do abismo, clamo a vós, Senhor! 2. Domine exaudi vocem meam fiant aures tuae intendentes in vocem deprecationis meae / Senhor, ouvi minha oração; que vossos ouvidos estejam atentos à voz de minha súplica. 3. Si iniquitates observabis Domine: Domine, quis sustinebit? / Se levardes em conta nossos pecados, Senhor, quem poderá permanecer diante de vós? 4. Quia apud te propitiatio est propter legem tuam sustinui te Domine sustinuit anima mea in verbum eius / Mas em vós se encontra o perdão dos pecados, para que, reverentes, o sirvamos. Ponho a minha esperança no Senhor. Minha alma tem confiança em sua palavra / 5. Speravit anima mea in Domino / Minha alma espera pelo Senhor. 6. A custodia matutina usque ad noctem speret Israel in Domino / Mais do que os vigias aguardam a manhã, Espere Israel pelo Senhor. 7. Quia apud Dominum misericordia et copiosa apud eum redemptio / Porque junto dele se acha a misericórdia; encontra-se nele*

esmoleres estava o local para depósito de mercadorias doadas para a Terra Santa. Contrários à construção dessa casa, argumentavam os frades do convento de Santo Antônio: “para recolher as esmollas mais vulumozas que são caixas de asucar quoaquer caza de pouco custo bastaria”²³⁰. Diferentemente de outros gêneros doados (gado, por exemplo), necessariamente convertidos em moeda, o açúcar era embarcado para Lisboa e, em parte, remetido para Jerusalém. Recordando o que escreveu Padre Manuel do Portal sobre o terremoto de 1755 e o subsequente incêndio: “o que cauza mayor admiração foy, que abrazando o fogo todas as cayxas de assucar, que estavaõ na Alfandega, só dois feyxos se não queimaraõ”.²³¹

A habitação tinha, no pavimento térreo, despensa, refeitório e cozinha à direita do corredor central; à esquerda, depósitos e acomodações para os escravos, posteriormente transferidas para edícula anexa. No piso superior, repete-se o corredor para o qual abrem-se três celas de cada lado. Pela parte posterior, encerra a construção uma varanda, voltada para a Baía de Guanabara e região serrana, facultando aos religiosos o rito sagrado de contemplação à natureza. À frente, aberta para o Caminho dos Arcos da Carioca, a capela de Santana. O volume prismático resultante, certamente, cobria-se com quatro águas. [Figura 32 – p. 179]

O hospício de Ouro Preto foi comprado por Manuel Gomes da Silva Martins em 19 de setembro de 1913 à Terra Santa, representada por seu comissário-geral no

²³⁰ PT/TT/HTS mc35-86.

²³¹ PORTAL, Padre Manuel do. História da Ruína da Cidade de Lisboa (*apud* Calado, 2000, p. 143).

Brasil, frei Cyriaco Hielscher ofm. Sua arquitetura está mantida como os franciscanos deixaram, exceto pela ampliação de um cômodo e colocação de instalações sanitárias [Figura 34 – p. 181]. Elementos construtivos preservados demonstram que, no século XVIII, a edificação era dividida em dois blocos: o maior, composto de parte social, religiosa e aposentos e o menor, perpendicular ao primeiro, formado – presumivelmente – por despensa, refeitório e cozinha. Desse último, só se conhecem as paredes externas, por isso, não há como precisar os compartimentos que ali teriam existido; desde a segunda década do século XX, essas alvenarias remanescentes têm sido conservadas.

O bloco maior se desenvolve em três pavimentos escalonados segundo os patamares do terreno. No pavimento superior, nível dos acessos principais da casa, um alpendre, centralizado na fachada, antecede a sala para a qual abre-se a capela. Ainda nessa sala, tal qual transepto, nasce o acesso para a sequência de cômodos para um lado e outro do prédio longilíneo; as celas são dispostas ao longo do corredor central que se encerra, à esquerda, por uma varanda e, à direita pelo pequeno pátio interno de acesso ao segundo bloco. O cômodo correspondente à última cela da esquerda, anterior à varanda e voltado para a fachada frontal, é a Sala Capitular (ou Capítulo), um dos mais importantes espaços da comunidade, onde os religiosos realizavam reuniões periódicas; o nome deriva do fato de aí se ler um capítulo da Regra (Dias Coelho, 2005, p. 196).

As três peças mencionadas – alpendre, sala e capela – compõem um pequeno templo cristão: nártex, nave e capela-mor. Abertas as portas que os separam, os

cultos religiosos podiam ser realizados normalmente. A calçada retilínea, em lajeado, liga o portão do pátio frontal à escada de acesso ao alpendre.

Seguindo o corredor, à direita da sala, chega-se a uma saleta anterior ao pátio de acesso ao refeitório e à área externa do hospício. A localização desse cômodo confere com a seguinte descrição dos conventos franciscanos (cf. Figueiredo, 2008):

Os frades acediam à cerca a partir de uma porta que saía da dependência onde se implantava o lavabo do refeitório (o De Profundis), possibilitando a ligação a um jardim formal, situado junto ao convento e às várias zonas de cultivo e mata, normalmente desenvolvidas em socalcos, onde proliferavam fontes e retiros espirituais para os frades. (IHRU; IGESPAR, 2010, p. 13)

Complementando, o “lavabo de refeitório” pode aparecer nos cenóbios da seguinte maneira:

Estrutura com água perene ou com pequeno reservatório, situado no claustro, em casa anexa ao refeitório ou no De Profundis, permitindo aos frades lavarem as mãos antes e depois das refeições. O tamanho é variável, consoante se integre num pequeno edifício ou num mosteiro de grandes dimensões. (IHRU; IGESPAR, 2010, p. 88)

Conforme referido anteriormente, o De Profundis integrava a casa de Santana de Minde; esse fato, associado à descrição acima e à existência de um lavatório tronco-piramidal, esculpido em quartzito, na saleta do hospício de Ouro Preto, possibilitam deduzir-se que essa era sua sala De Profundis. Sua colocação, imediatamente anterior ao pátio interno, confirma a articulação dos espaços ao

modo franciscano: da porta do lavabo passa-se ao pátio e, deste, para o refeitório, para os jardins ou para o espaço livre à frente do hospício (IHRU; IGESPAR, 2010, p. 13). Sobre essa área, ensina o Prof. Benedito Lima de Toledo: “Os franciscanos costumavam deixar à frente de seus conventos um amplo espaço livre no centro do qual erigiam um cruzeiro” (Toledo, 2012, p. 102). Não há informações sobre a existência do cruzeiro no hospício; o que nessa área se encontra, no muro lateral direito de quem entra, é um tanque de cantaria com bica e espelho em pedra trabalhada.

O vão que interliga os dois pátios – interno e frontal – recebe o nome de “porta carral”, que vem a ser: “portão de grandes dimensões rasgado no muro que envolve a cerca e que permite a entrada de carros puxados por animais, que transportavam os bens necessários à vida diária do convento ou os materiais necessários à sua fábrica.” (IHRU; IGESPAR, 2010, p. 13). Além desse portão, atualmente²³² localizado no prolongamento da fachada frontal, outros dois carrais separavam a casa da área pública. O mais externo, na primitiva cerca, o outro, na delimitação do pátio fronteiro do hospício. Consta que, tradicionalmente, as cercas franciscanas eram abertas à população em épocas especiais, como a Quaresma, por exemplo (IHRU; IGESPAR, 2010, p. 13). A porta carral intermediária tem umbrais e verga de cantaria; as folhas em madeira almofadada já não existem. Pela face externa, uma conversadeira a cada lado do vão integra o conjunto coberto pelo amplo telhado.

²³² Este portão foi fotografado pelo arquiteto Afredo Evangelista Viana de Lima e consta do plano que elaborou para a cidade de Ouro Preto, em 1969, junto à UNESCO: Rapport et Propositions Pour la Conservation, Recuperation et Expansion.

Voltando ao prédio, a varanda, que encerra o corredor pela esquerda, encontra correspondência no mirante: “Uma peça que revela o valor que se dava à paisagem é o mirante disposto em uma das extremidades do conjunto, elemento compreensível numa ordem fundada pelo autor de um hino à criação.” (Toledo, 2012, p. 104). O hospício foi implantado à meia encosta, ficando a varanda voltada para jusante, fronteira às montanhas de oeste e ao início do caminho tronco (Cabeças)²³³. Uma escada retilínea de madeira faz a comunicação da varanda com o piso inferior e área externa, mesma solução empregada no hospício da Terra Santa do Rio de Janeiro. Alguma movimentação do solo demandou a construção de um gigante, daí o acréscimo do cômodo na extremidade esquerda da edificação, que oculta a escada na fachada frontal.

Abaixo das celas, para o lado esquerdo da capela, estão as oficinas e o salão, assoalhado de madeira, que pode ter abrigado a livraria dos religiosos. Contíguos a este, estão outros cômodos de piso de terra batida, mais adequados a algumas oficinas²³⁴.

O entorno imediato da casa tem os socalcos conservados, áreas de vegetação espontânea, terrenos de cultivo (horta e pomar), pastos para os animais, tudo à

²³³ De acordo com Figueiredo (2008), “Implantavam-se, normalmente, em zonas de encosta, elevados relativamente às povoações em que se integravam, permitindo aos frades obter, a partir das cercas e das janelas das celas, panorâmicas das cidades e, especialmente, das linhas de água que as atravessavam.”

Sobre a panorâmica a partir do hospício: “Dentre os vários caminhos, um é mais importante, mais transitado, por assim dizer, a estrada tronco. Entra na vila e vai direto à Matriz do Pilar, de onde se endireita para a Matriz de Antônio Dias, saindo por Sta. Ifigênia. Por isso mesmo, na entrada, designa-se por Cabeças (princípio), entre as matrizes, Rua Direita e, na saída Vira e Sai [...]” (Vasconcellos, 1977, p. 71).

A descrição é semelhante à de R. Bluteau (1712-1728): “Pedrinhas, conchas, bocados de cristal e de outras matérias com que se fazem rochas e grutas nos jardins”.

²³⁴ Nos estudos feitos para esta tese, não foram encontradas atividades realizadas pelos religiosos nas oficinas do hospício de Ouro Preto.

maneira franciscana. O “anel de água” para a “conservação do hospício” vinha do córrego do Agrelos, entrava na cerca por um rego, que transportava a água até os dois tanques de rega. Ambos, feitos em cantaria, guardam sinais de decoração parietal. O de ornamentação mais apurada é composto por chafariz de coluna oitavada e taça em itacolomito, de onde a água verte por três bicas. A coluna apoia-se em base quadrangular centralizada e rente à borda posterior do tanque, ficando a taça tangente à parede ornamentada por embrechados [Figuras 42 e 43 – p. 185]. Sobre esse tipo de acabamento, Affonso Ávila o descreve em *Barroco Mineiro - Glossário de Arquitetura e Ornamentação*: “Pequenos pedaços ou cacos de louça, cristal, vidros, pedras e conchas, com que se formam e ornamentam grutas artificiais, chafarizes, paredes, etc. Exemplo chafariz em embrechados do antigo Hospício da Terra Santa de Ouro Preto.” (Ávila, Gontiko & Machado, 1980, p. 143). Os embrechados são típicos dos conventos franciscanos, chegando o autor de *Viagem em Portugal, 1798-1802*, Carl Ruders (2002, p. 317), a supor ter sido inventado pelos próprios religiosos da ordem:

Era uma decoração mais económica do que a do revestimento com azulejos. O visconde de Juromenha, ap. Raczyński em *Les Arts en Portugal*, p.429, diz ‘que se compõe de pedrinhas de diversas cores, misturadas com conchas e cacos de faiança. Também se empregavam os embrechados para ornar com eles os muros, as fontes, as salas de jantar, os refeitórios [...]’.

William Beckford, em visita ao convento de S. José de Ribamar no ano de 1787, registrou: “[...] um brilhante embrechado de conchas com que um reverendo irmão as tinha revestido [...] nas horas de folga. Contas de vidro, pires e pratos da China com os fundos virados constituíam os principais elementos desta decoração.”

Dando sequência aos elementos ornamentais existentes no hospício, dois cômodos receberam trabalhos artísticos: a capela e a Sala Capitular. O restaurador Jair Afonso Inácio²³⁵ descreveu o teto dessa sala da seguinte maneira: “um teto pintado, com motivos ‘rocailles’ e remontando a fins do século XVIII” (IPHAN; IEPHA, FJP, 1973-1975). No centro, rodeado por flores e rocailles, está um medalhão composto pelo símbolo franciscano, as cinco chagas e as armas da Terra Santa [Figuras 40 e 41 – p. 184]; nos ângulos do forro, cantoneiras repetem os motivos florais e rocailles. A cimalha de enquadramento do teto e as sobrevergas das portas de acesso ao capítulo são de pintura marmorizada. A capela apresenta retábulo de apurada talha barroca dourada, enquadramento por colunas torsas de capitel compósito e coroamento em dossel com lambrequim. A tribuna do trono possui perfil entalhado e dourado; na base e acima do arco, pinturas de cabeças de anjos em azul e vermelho. O frontal da mesa do altar é ornamentado com pintura do símbolo franciscano²³⁶. Na parede à direita da entrada, a pia de água benta em forma de concha. Não se conhece o orago.

Um dado importante sobre o possível construtor, ou autor do projeto, do hospício de Ouro Preto é o fato de frei João de Santa Rosa de Viterbo ter trabalhado nas obras do Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa antes de transferir-se

²³⁵ A respeito do restaurador Jair Afonso Inácio, escreveu Prof. Benedito Lima de Toledo (1983, pp. 12-18): “Graças a Jair, podemos hoje apreciar obras em sua melhor forma como gerações inteiras não puderam ver. Revelou mistérios que povoam os santos e anjos dos espaços barrocos.”

²³⁶ “[...] a representação de dois diferentes braços entrecruzados, sendo um de Cristo (indicado na imagem pelo braço desnudo) e o outro de S. Francisco (indicado na imagem pelo braço com a manga de um hábito), tendo ao fundo desta composição um crucifixo.” Cf. <http://www.cfh.ufsc.br/aldeias/novos_artigos/ponte_filho/franciscanos.PDF>. Acesso em: 21 fev. 2015.

para o Brasil [Figura 44 – p. 186]. Frei João de Santa Rosa permaneceu em Minas Gerais por, no mínimo, trinta e oito anos e, a seu respeito, escreveu Waldemar de Almeida Barbosa (1985, p. 59): “Vindos do Rio, alguns franciscanos deixaram seu nome na história, como Frei Sebastião do Rosário (1722), Frei João de Santa Rosa (1724) etc.”

Consta em *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais* que, no ano de 1804, residiam na casa frei Antônio de São João Batista e os Donatos – Irmão Antônio de Pádua e Salvador da Sacra Família (Mathias *apud* Boschi, 1986, p. 83). Segundo H. Cabral (1969), “nos morros ou terrenos desse hospício, Frei Manoel de Santa Rita minerava com seis escravos, colhendo com eles e faiscadores livres 8.000 oitavas de ouro”. Frei Manoel de Santa Rita Voldige assistiu no hospício de Ouro Preto no primeiro quartel do século XIX e fez uma viagem para *conduta* a Jerusalém, conforme demonstra o documento *Recibos da Asistencia que se fez em Liorne aos condutores Fr. Joze do Nascim.^{to} e Fr. Manoel de S.^{ta} Ritta em 1806* (PT/TT/HTS mc15-141).

Na mesma vertente do que propunha a carta de lei de 1822, em Portugal, para a destinação dos edifícios religiosos esvaziados para estabelecimentos de instrução e caridade pública, por volta de 1830, cogitou-se a transferência da Santa Casa de Misericórdia para o antigo hospício “pensando-se então na necessária adaptação do prédio”. Na ocasião, as justificativas para o novo uso incluíam:

Situado em um pequeno outeiro com suficiente extensão de terreno, bastante água, e acoberto do impetuoso e úmido vento que sopra da parte do sul, fora da cidade e, porém mui perto dela, e não distante de um ribeirão que desce do morro do Veloso,

oferecendo além disto um excelente passeio e abrigado para os convalescentes, com proporção para formar um belo, e espaçoso jardim para plantação de ervas medicinais, hortaliça, arvoredos, etc.; tem o local as precisas comodidades para um bom hospital não só público, como também militar que ainda não há nesta cidade, e mesmo para qualquer outro estabelecimento de caridade.²³⁷

O documento registra que, no hospício, residia, então, apenas um religioso “que em qualquer outra parte se pode mui bem acomodar”. Menor dano para a memória, por certo, causou a escassez de recursos da Obra Pia da Terra Santa para conservar sua casa em Ouro Preto do que a ocupação do imóvel por um hospital. Setenta anos se passaram, até que prevalecesse a segunda hipótese – “para qualquer outro estabelecimento de caridade” –, quando o hospício abrigou, então, o asilo de Santo Antônio. A Pia União de Santo Antônio “Foi instalada por iniciativa do Padre Pedro de Arbues das Chagas Conceição, na capela da Ordem Terceira Reformada de São Francisco de Assis, no Hospício da Terra Santa, a 31 de maio de 1806.” Um asilo para órfãos foi fundado em 25 de agosto de 1899 e começou a funcionar em 1º de setembro do mesmo ano; para isso, o hospício foi arrendado ao Superior da Terra Santa, por 800\$000, pelo prazo de três anos. [Figura 35 – p. 181]. Em setembro de 1903, o orfanato foi transferido para a Rua Conselheiro Santana (Drummond, 2011, p. 263)²³⁸.

²³⁷ APM - Códice 229 - CMOP - fls. 34 verso - 23/abril/1830 (*apud* IPHAN/IEPHA/FJPM, 1973-1975).

²³⁸ Na página 255 lê-se: “Por essa ocasião [setembro de 1910], foi resolvida a desapareição da Ordem Terceira de São Francisco de Assis criada pelo inolvidável Padre Pedro Arbues das Chagas Conceição, a 4 de outubro de 1838, na Capela da Ordem Terceira, a qual passou mais tarde para a Capela do Hospício Hierosolimitano desta cidade e, mais tarde, para a capela do Asilo de Santo Antônio, passando os seus Irmãos para a Ordem que vimos estudando [Ordem Terceira de São Francisco de Assis].”

Vicissitudes e reveses, de várias ordens, sobrevieram ao imóvel e seus proprietários durante os séculos XIX e XX. A cerca do hospício foi ceifada em duas ocasiões por força da “declaração de utilidade pública” pelas administrações municipais – uma ameaça a que está constantemente exposto. Acrescentem-se os problemas, de ordens diversas, envolvendo as divisas. Por fim, lembre-se do discurso de posse do Prof. Benedito Lima de Toledo na Academia Paulista de Letras²³⁹, onde, sabiamente, valeu-se do conceito emitido por José Saramago: “Quem faz o que lhe é possível, a mais não está obrigado”. [Figuras 36 a 39 – p. 182 e 183].

O hospício da Terra Santa de Sabará guarda semelhanças com o de Ouro Preto, particularmente na setorização e na forma “L” resultante da justaposição dos dois blocos, ficando a diferença volumétrica por conta das particularidades topográficas. Conforme referido anteriormente, em 1759, registrou-se que a casa de Sabará era muito pequena para três religiosos, entretanto, a uniformidade da construção remanescente caracteriza um empreendimento global, livre de adequações a elementos preexistentes ou da incorporação de partes [Figura 45 – p. 187]. Esses aspectos podem indicar que, para a construção do hospício de Sabará, tenham tomado como parâmetro o de Ouro Preto.

O bloco maior tem dois pavimentos, ficando as celas e a capela no nível superior; no térreo, distribuem-se oficinas e depósitos. Perpendicular a este, o segundo bloco [Figura 49 – p. 189]. contém despensa, cozinha e refeitório (se adotada a

²³⁹ TOLEDO, Benedito Lima de. *Discurso de posse – Cadeira Nº 39*. Disponível em: <<http://www.academiapaulistadeletras.org.br/discursos-acad-atuais/69-benedito-lima-de-toledo-cadeira-n%C2%BA-39.html>>. Acesso em: 7 jan. 2015.

mesma disposição registrada no hospício do Rio de Janeiro). Essa seção, afastada do nível do terreno pelo embasamento, é nivelada e diretamente ligada ao pavimento superior do bloco principal, sem o pátio interno existente no hospício de Ouro Preto. Não se pode supor a existência da sala De Profundis, e não havia Sala Capitular, provavelmente, exclusiva ao de Ouro Preto. Centralizada na fachada, a escada, acesso principal da casa, leva à porta da sala que antecede a capela. Repete-se a combinação nave/capela-mor [Figuras 53 e 54 – p. 191], da mesma forma que o de Ouro Preto, mas sem alpendre²⁴⁰. No nível térreo, à esquerda da escada, está a porta carral para acesso ao pátio interno, jardins, socacos e áreas de cultivo [Figuras 47 e 48 – p. 188 e Figura 50 – p. 189]. Há também o chafariz [Figuras 51 e 52 – p. 190], conforme descreve Affonso Ávila (1976, p. 50):

Ainda que bastante estragado, merece referência o chafariz do antigo jardim dos fundos do prédio. Tem estrutura de alvenaria de pedra e é revestido em sua parede com bossagem ou massa em desenhos. Possui no centro um nicho de cantaria e no coroamento traz pequeno frontão encimado por cruz de pedra. São interessantes as incrustações de cacos de louça, pedrinhas e conchas, semelhantes às existentes no chafariz do Hospício da Terra Santa de Ouro Preto.

Estabelecendo-se um paralelo com os conventos, no que diz respeito ao programa de necessidades, os hospícios prescindiam do claustro e demandavam espaços para armazenamento das mercadorias recebidas como esmolas, até que

²⁴⁰ Há registro fotográfico de um alpendre no patamar ao alto da escada, à entrada da sala, que foi retirado com os trabalhos de restauração, deixando à mostra, a antiga concha ornamental, esculpida em pedra, acima da verga (cf. Ávila, 1976, pp. 49-50).

pudessem ser convertidas em moeda. Enquanto guardiães das doações, os vice-comissários tinham celas exclusivas e aí se instalava o cofre. Nos quatro hospícios, construídos para tal finalidade (dos barbadinhos no Rio de Janeiro e os da Terra Santa de Ouro Preto, Sabará e Rio de Janeiro), observa-se que, externamente, a capela está sempre marcada na edificação. As armas da Terra Santa eram distintivo obrigatório, seja na portada da casa fluminense, seja nas pinturas dos tetos dos hospícios de Minas.

FIGURA 30 – Pormenor e legenda do painel de azulejos “Grande panorama de Lisboa” datado de 1700 e localizado no Museu do Azulejo de Lisboa. Destaca-se o hospício dos capuchinhos italianos em Lisboa - não chegou a ser mosteiro. A edificação, muito modificada, abriga atualmente um prédio residencial. FONTE: Foto da autora.

FIGURA 31 – Pormenor e legenda da vista geral de Lisboa (Op. Cit.) onde se identifica a casa dos capuchinhos franceses em Lisboa, que não passou a convento, tendo permanecido como hospício. Foi demolida em 1837. FONTE: Foto da autora.

PLANTA PAVIMENTO TÉRREO

PLANTA PAVIMENTO SUPERIOR

FACHADA FRONTAL

FIGURA 32 – Plantas do hospício da Terra Santa do Rio de Janeiro. FONTE: Foto: Google Earth/Street View; Desenho da autora, elaborado a partir de interpretação pessoal da descrição contida no doc PT/TT/HTS mc35- 84.

A. de Mello e Castro. *Moze Frz. L.º Alpoim*

FIGURA 33 – Projeto de José Fernandes Pinto Alpoim para o hospício dos barbadinhos italianos. Observa-se a existência do “Deprofundis”. FONTE: (AHU_CARTm_017, D.1095).

ÉMILE ROUÈDE (1848-1908), Igreja de São Francisco (Ouro Preto), 1894.

Óleo sobre tela, 40 x 80 cm.

Rio de Janeiro, Coleção Helen Bessa.

Fonte: MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES, Rio de Janeiro. **Emílio Rouède (1848-1908)**. Rio de Janeiro, 1988.

FIGURA 36 – Pintura de Émile Rouède (1894). FONTE: <http://www.dezenovevinte.net/criticas/mg_viagem_arquivos/rouede_1894_sfranciscoOP.jpg> Acesso em 07/02/2015.

FIGURA 37 – Foto de Luiz Fontana (1897-1968). FONTE: <<http://www.ouropreto.mg.gov.br/luizfontana/index/index.php?pag=1&&id=13>> Acesso em 07/02/2015.

FIGURA 38 – O hospício à esquerda e abaixo da igreja de São Francisco de Paula.
 FONTE: Foto de Marc Ferrez (1870). Disponível em: <[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/37/Ouro_Preto,_1870_\(Marc_Ferrez\).jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/37/Ouro_Preto,_1870_(Marc_Ferrez).jpg)> Acesso em 07/02/2015.

FIGURA 39 – Foto de ROITER (1975). Observa-se, em primeiro plano, a trilha de terra “descendo por um Caminho estreito em direção a Caixa d’água” que delimita a cerca do hospício.

FIGURA 40 – Forro da Sala Capitular do Hospício da Terra Santa de Ouro Preto.
FONTE: Foto e desenho de Carlos Magno Araújo.

FIGURA 41 – Gravuras semelhantes à pintura do forro. FONTE: PT/TT/HTS, FARRIS & STORME (1982) e SANCTAS (1739)

HOSPÍCIO DOS FRADES DA TERRA SANTA

FIGURA 42 – Chafariz do Hospício da Terra Santa de Ouro Preto. FONTE: Desenho de Jorge Maltieira.

FIGURA 43 – Louças empregadas como ornamentação em lavatórios do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. FONTE: ROWER (2008).

FIGURA 45 – Nível térreo do Hospício da Terra Santa de Sabará. FONTE: Superintendência do IPHAN em Minas Gerais / Belo Horizonte / Pasta Sabará.

FIGURA 46 – Foto e Detalhe da chaminé do Hospício da Terra Santa de Sabará. FONTE: Superintendência do IPHAN em Minas Gerais / Belo Horizonte / Pasta Sabará.

FIGURA 47 – Fachada frontal com alpendre. FONTE: IPHAN Superintendência do IPHAN em Minas Gerais / Belo Horizonte / Pasta Sabará.

FIGURA 48 – Fachada frontal após restauração (alpendre retirado). FONTE: <https://c1.staticflickr.com/5/4084/5036388831_e1965d0206.jpg> Acesso em 07/02/2015

FIGURA 49 – Fachada posterior. FONTE: Superintendência do IPHAN em Minas Gerais / Belo Horizonte / Pasta Sabará.

FIGURA 50 – Portão de acesso ao hospício. FONTE: Foto da autora.

FIGURA 51 – Chafariz com resquícios de embrechados. FONTE: Revista Barroco Nº 8.

FIGURA 52 – Chafariz, feição atual. FONTE:<https://c1.staticflickr.com/5/4144/5037007076_202f337e03.jpg> Acesso em 07/02/2015

FIGURA 53 – Forro Sala/Capela. FONTE: Superintendência do IPHAN em Minas Gerais / Belo Horizonte / Pasta Sabará.

FIGURA 54 – Forro Sala/Capela. FONTE: Revista Barroco Nº 8.

FIGURA 55 – Localização do hospício da Terra Santa de Lisboa. FONTE: Google Earth (editado).

FIGURA 56a – No centro da figura, as três quadras correspondentes ao hospício e, em volta destas, as adaptações e acréscimos feitas para sediar o Governo Civil. FONTE (Infante, 1998, p. 107). Op.Cit.

FIGURA 56b – Acima, plantas dos dois pavimentos do Governo Civil de Lisboa, anexo a Biblioteca Nacional. Abaixo, plantas reduzidas, com indicação das “três quadras” correspondentes ao hospício da Terra Santa de Lisboa FONTE: Biblioteca Nacional de Portugal/BND. Desenho de Eduardo de Castro e Almeida [190-] Cf. figura 56a.

6. HOSPÍCIO DA TERRA SANTA DE OURO PRETO SEGUNDO ALGUNS AUTORES: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Geraldo Dutra de Moraes afirma ter pesquisado, na “Copiosa correspondência inserta no mencionado Livro do Tombo nº 38”, documentos relacionados à atividade educacional desenvolvida pelos esmoleres da Terra Santa em Ouro Preto. Teriam esses religiosos mantido, de 1735 a 1798, um “Seminário de Donatos” no qual era ministrado ensino de nível elementar aos jovens da região, posteriormente ampliado para o aprendizado profissional (Moraes, 1977, p. 33)²⁴¹. O Livro de nº 38, consultado no ANTT para este trabalho, tem como título “Borrão do Registro dos Religiosos e Sindicos”, e não traz qualquer alusão ao referido seminário. O autor menciona a existência de uma biblioteca com “opulento acervo” e “notável coleção de obras raras”, perfazendo um total de 683 volumes (Moraes, 1977, p. 33). Foram encontradas, nesta pesquisa, poucas referências às obras que os religiosos da Terra Santa manuseavam. Aquelas que foram mencionadas na documentação se tratam de livros específicos da religião católica.

O livro *Clamores feitos ao ceo, suspiros dados na Terra Santa de Jerusalem*, de autoria do frei Miguel das Almas Sanctas, publicado no Porto em 1739, foi comentado entre religiosos a serviço da Terra Santa²⁴². “Compraraõse mais 93

²⁴¹ Cf.:

<http://www.museudainconfidencia.gov.br/ver_pdf.php?area=isto_e&campo=codigo&valor=17&tipo=arquivo>.

²⁴² PT/TT/HTS mc29-c0018.

livrinhos da Terra S.^{ta} p.^a as conquistas” em novembro de 1741²⁴³. Como se destinavam às *conquistas*, alguns exemplares devem ter sido deixados no Brasil e outros seguiram para a África ou para a Ásia. Essa logística está demonstrada na remessa feita para a Bahia, na qual estavam incluídos 2 caixotes: Nº1 para Goa; Nº 2 para Macau²⁴⁴. Em 1821, enviou-se para o Maranhão um embrulho “com 12 livros da Viagem a Jerusalém”, levado pelo capelão do brigue, frei João Batista das Chagas Romano, para ser entregue ao frei José de Jesus Maria²⁴⁵.

Outra questão trazida pelo autor refere-se à presença, no hospício de Ouro Preto, do frei Gaspar de Santa Tereza “formado em engenharia e arquitetura antes de ingressar na vida monástica”. Frei Venâncio Willeke (1977, p. 102)²⁴⁶, em “Franciscanos na História do Brasil” (obra contemporânea à de Moraes – 1977), registra:

Aos 20 anos de idade resolveu o jovem Veloso [Frei José Mariano da Conceição Veloso] resolveu definitivamente ingressar na Ordem Seráfica, em Minas Gerais representada pelos esmoleres da Terra Santa, entre os quais se destacava Frei Gaspar de Santa Teresa, arquiteto e engenheiro formado e como tal mestre do Aleijadinho. (Willeke, 1977 , p. 102)

Nos documentos do *Fundo ANTT/HTS* não foram encontradas referências a frei Gaspar de Santa Teresa.

²⁴³ PT/TT/HTS Liv13-c0007. Esta compra aparece registrada no rol intitulado “Despeza q. se fez com os Relig.^{os} q. pedem no distrito do Rio e Minas”.

²⁴⁴ PT/TT/HTS Liv20.

²⁴⁵ PT/TT/HTS Liv20-c0018 - [Ano de 1806] “Livro do lançamento das Remessas que vão desta Comissão Geral para os Lugares Santos, e todos os Hospícios do Brasil”.

²⁴⁶ A fonte desta informação consta na *nota* (4) p. 108: “José Neumann Pinto, ‘Aleijadinho - A Arquitetura de uma nova Biografia’, in *O Arquidiocesano*, 11/7/1976.”

Ao descrever o chafariz do hospício de Ouro Preto, Moraes (1977, p. 37) cita elementos que, na realidade, pertencem ao chafariz do hospício de Sabará: “Um nicho-maquineta, encimado por uma cruz latina, remata a cornija triangular do frontispício [...]”. Continua a descrição com: “O majestoso conjunto compõe-se de pedestal quadrangular, fuste cônico hexagonal e taça conchoidal, tudo em pedra-sabão”. A peça em forma de taça, com fuste – octogonal – existe no hospício ouro-pretano, porém, não há ali qualquer elemento em pedra-sabão (esteatita). Essas informações, publicadas originalmente em 1977, foram replicadas recentemente pelo Boletim Informativo do Museu da Inconfidência (Ribeiro, 2012, p. 6). Com os atuais recursos tecnológicos de pesquisa a acervos digitalizados, facilmente alguns equívocos não seriam repetidos.

Outros pontos da obra de Moraes são controversos, mas, neste trabalho, uma última questão se coloca, a respeito do que escreveu: “É propriedade particular, residência de modesta família de caldeireiros que ignora a inestimável importância histórica e artística do belo monumento [...]”. A pessoa a que o autor se refere como um “modesto caldeireiro” – Wilson de Andrade Villela – era um filho de fazendeiros²⁴⁷ do sul de Minas Gerais que se mudou para Ouro Preto por ter ingressado no curso de engenharia da Escola de Minas. Justamente por sua paixão pela arte sacra barroca, se tornou grande amigo de Jair Afonso Inácio. Moraes encerra a citação da seguinte maneira: “Mas, seus moradores protegem-no dos visitantes intrusos e da ação depredadora dos antiquários-iconoclastas,

²⁴⁷ Major Domingos de Aguiar Villela e Gabriela Ribeiro de Andrade eram proprietários da Fazenda dos Pinheiros no município de Minduri. Propriedade que, entre outras, foi estudada por Cícero Ferraz Cruz (2008).

ávidos de ganâncias insopitáveis.” (Moraes, 1977, p. 41). O próprio autor explica por que não teve a ventura de conhecer, de fato, o hospício e demonstra como a família sempre se esforçou para preservá-lo.

Waldemar de Almeida Barbosa coaduna a existência de um liceu no hospício, assim como outros dois renomados pesquisadores portugueses. Domingos Tavares, professor da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, menciona a atuação de João Gomes Batista, abridor de cunhos da Casa dos Contos de Vila Rica, como professor no Hospício da Terra Santa. O historiador José de Monterroso Teixeira, especialista da História da Arquitetura Barroca em Portugal, ao tratar da instalação dos esmoleres da Terra Santa em outras localidades mineiras, refere: “o que define a preocupação da criação de uma rede de ensino [visando] promover o incremento da base cultural dos estudantes, maiormente os que prosseguiram uma formação vocacional no campo das artes e dos ofícios.”

Nas fontes compulsadas para este trabalho, nada foi encontrado sobre atividades de ensino no hospício de Ouro Preto, não obstante as diversas publicações que tratam das ações educacionais franciscanas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *status quo* de conhecimentos sobre os hospícios, na acepção de casas religiosas, alcança um patamar bastante elevado com os resultados aqui apresentados. As informações obtidas em documentos inéditos associadas a obras raras confluíram para se elaborar um trabalho realmente original. Reconstituiu-se parte da malha, urdida pelos franciscanos em prol da Terra Santa, que ligou cidades importantíssimas, sobretudo nos campos da arte e da arquitetura, entre os séculos XVI e XVIII.

No âmbito geral, os hospícios dos demais ramos franciscanos e das diversas ordens religiosas configuram um vasto campo de pesquisas, uma vez que pouquíssimos exemplares foram trabalhos por outros autores. Em relação ao comissariado e aos hospícios da Terra Santa, a pesquisa merece ser ampliada para a Espanha e suas antigas colônias, bem como o restante do continente europeu.

Fez-se um percurso do universal ao particular, ou seja, desde a estrutura global do comissariado da Terra Santa até a sua sede em Lisboa e cada um dos hospícios que existiram no Brasil, filiados àquela, cuja memória está registrada nas fontes documentais e bibliográficas consultadas. Estes todos, sem dúvida, tornaram-se melhor conhecidos.

Sobre o comissariado da Terra Santa em Lisboa e seu hospício, revela-se a data em que se instalou junto ao convento de São Francisco da Cidade, as características arquitetônicas de sua sede e como foi reconstruída após o

incêndio de 1741. Essa nova construção resistiu ao terremoto de 1755 e, no antigo acervo documental da instituição, encontraram-se os profissionais responsáveis por sua construção: o Arquiteto Santos Pacheco, o mestre milanês – especialista em embutidos marmóreos – Carlos Baptista Garvo e os mestres pedreiros Manoel Antunes Feyo e Manoel Francisco de Souza. Entre as obras de arte da capela do hospício, encontrou-se um painel executado pelo pintor Pedro Alexandrino de Carvalho.

Ainda no âmbito da pintura, embora fuja ao escopo desta monografia, cumpre apontar os nomes de Francisco Xavier de Meireles e do Capitão Francisco Alexandrino, ambos citados pelo Cônego Raimundo Trindade em São Francisco de Assis de Ouro Preto. Crônica narrada pelos documentos da ordem, p. 411-412. Meireles executou a efígie de São Francisco, em cores, para o Livro da Fundação da Ordem e o Capitão Alexandrino, artista “da pena”, trabalhou na escrita do mesmo livro. Podem estes artistas formarem o “binômio” *calígrafo/pintor de Vila Rica*²⁴⁸ cuidadosamente analisado por Márcia Almada na sua laureada tese, agora livro, intitulado *Artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no séc. XVIII* (Fino Traço Editora, 2012)

²⁴⁸ “A continuação do trabalho de categorização de estilos de ornamentação dos compromissos de irmandades de Minas Gerais, iniciado em 2004, permitiu-nos a identificação de calígrafos/pintores que atuaram na região das Minas durante o século XVIII. Embora ainda não se saiba os nomes da maioria deles, alguns se destacam, como o ‘calígrafo/pintor de Vila Rica’, detentor de uma variada cultura visual, profissional que conseguia mesclar referências de séculos passados ao que havia de mais novo naquele momento.” ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no séc. XVIII*, p. 269-270.

Quanto aos hospícios brasileiros, todos os que foram abordados receberam novas e relevantes informações provenientes do fundo ANTT / *Hospício da Terra Santa* e do Arquivo Histórico Ultramarino. Destaca-se, nesse contexto, a elaboração da planta e da fachada frontal do hospício da Terra Santa do Rio de Janeiro, a partir das descrições textuais encontradas. Para algumas das casas estudadas, logrou-se saber a destinação de seus prédios, uma vez desativadas. Particularmente gratificante é constatar que o hospício de Ouro Preto é o único, no Brasil e em Portugal continental, mantido com sua cerca e sua arquitetura originais.

Grande êxito se obteve na caracterização dos hospícios, enquanto tipo arquitetônico, ao se delinear seu programa de necessidades. Entre os quesitos típicos das casas religiosas franciscanas, cabe salientar a existência da sala *De Profundis* no hospício de Ouro Preto e seu chafariz ornamentado com a técnica de embrechados, decoração que também fora aplicada ao chafariz do hospício de Sabará. Comum a essas duas casas, destaca-se a disposição de uma sala ligada à capela por ampla porta de duas folhas que, aberta, converte esses espaços em nave/capela-mor.

Merecem destaque os símbolos criados pelo comissariado para as missões no ultramar quando do envio de suprimentos. Usavam-se as letras T e S na forma capitular juntamente com a inicial da localidade de destino, compondo a insígnia (e.g. TSR para Terra Santa Rio de Janeiro, TSB, para Terra Santa Bahia, etc.).

Enfim, não obstante a tudo que esta tese trouxe à luz e devido à amplitude e interesse do tema, continua válida a expectativa de frei Montalverne. “Decerto não faltará quem, no próximo futuro, se dedique ao estudo e publicação desses documentos sobre as nossas relações com a Terra Santa.”

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. A. **A Missionação franciscana no estado do Grão-Pará e Maranhão (1622-1750): Agentes, Estruturas e Dinâmicas**. 2011. Tese (Doutoramento em História) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Lisboa. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5393/20/ulsd062044_td_vol_1.pdf>. Acesso em 13 dez. 2014.

ANTÔNIO, J. B S^{to}. **Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção**. Lisboa: Oficina de Domingos Gonçalves, 1741, v. 1.

AQUILINA, G. The Maltese Franciscans and the Holy Land. **Christusrex**, 1999. Disp. em: <<http://www.christusrex.org/www1/ofm/pope2/malta/GPmla01.html>>. Acesso em: 6 dez. 2014

ARAÚJO SANTOS, A. O. O triunfo de Vila Rica de Ouro Preto. **IHGB** - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (Conferência do empossado). Rio de Janeiro, 2011.

ARQNET. **O portal da história**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/aveiopantaleao.html>>. Acesso em: 8 jan. 2015.

ARQUIVO NACIONAL. Termos de junta, 1734-1778. **Livro dos termos, homenagens e assentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Público Nacional, 1907, v. 7.

ARRAZOLA, L. **Enciclopedia Española de Derecho y Administración**. Madrid: Imprenta de Diaz y Compañía, 1853, v. 7.

_____, SERNA, P. G., & NAVARRO, J. M. **Enciclopedia española de derecho y administración**: Ó, Nuevo teatro universal de la legislación de España e Indias. Madrid: Tip. gen. de d. A. Rius y Rossell, 1858, v. 10. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=vTUrAQAAMAAJ>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

ÁVILA, A. Igrejas e Capelas de Sabará. **Barroco**, v. 8. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1976.

_____, GONTIJO, J. M. & MACHADO, R. G. **Barroco Mineiro**: Glossário de Arquitetura e Ornamentação. Belo Horizonte, FJP, s.d.; São Paulo, FRM/Ed. Nacional, 1980.

BARBOSA, W. d. **História de Minas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979, v. 2.

_____. **O Aleijadinho de Vila Rica**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

BARRIUSO, P. G. Cargos reservados a los franciscanos españoles en Tierra Santa. In: CORIA, E. G. & SALVADOR, C. Corra. **Del desencuentro a la comprensión**: Israel-Jerusalén Iglesia Católica. Universidad Pontifica Comillas de Madrid, 2001.

BEHIELS, L. **KU Leuven Humanities and Social Sciences Group**, 2011. Disponível em: <<https://lirias.kuleuven.be/handle/123456789/336567>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

BELCHIOR, E. d. & POYARES, R. **Pioneiros da hotelaria no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SENAC, 1987.

BERGIER, N.-S. **Diccionario de teología del abate Bergier**. Madrid: I. d. Fuentes, Ed., 1846.

BERTRAND, P. **História da Terra e do Homem no Planalto Central**. 1. ed. Brasília: EDU - UNB, 2011.

BLUTEAU, R. **Vocabulário portuguez e latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Colégio das artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

BOIS, J.-P., PUIJALON, B. & TRINCAZ, J. Hospícios. Modelos institucionais de proteção social. In: MONTANDON, A. **O livro da hospitalidade**. São Paulo: SESC, 2011.

BOSCHI, C. A presença religiosa. Capuchinhos Italianos. In: BETHENCOURT, F. & CHAUDHURI, K. (Ed.). **História da Expansão Portuguesa**. Navarra: Gráfica Estella, 1998, v. 3. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri

_____. **Os Leigos e o Poder**. São Paulo: Ática, 1986.

BRAGA, J. B. **Trilhas do Recife**. Guia turístico, histórico e cultural. 4. ed. Recife: Inojosa, 2002.

BRUSHINI, C. & PINTO, C. R. **Tempos e lugares de gêneros**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas 34, 2001. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=8573262036>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

CABRAL, H. B. **Ouro Preto**. Belo Horizonte: s./ed., 1969.

CALADO, M. **O Convento de São Francisco da Cidade**. Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2000.

CAMARGO, P. F. **A igreja na história de São Paulo**. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1952, v. 7.

_____. **A Igreja na história de São Paulo 1676-1745**. Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1952.

CARRATO, J. F. **As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963, v. 317.

CARRAZZONI, M. E. **Guia dos bens tombados**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1980.

CARRÉ, J. Asilo de pobres. Entre caridade e reclusão. In: MONTANDON, A. **O livro da hospitalidade**. São Paulo: SENAC, 2011.

CHAMORRO, P. B. **Ius hospitii y ius civitatis**. (s.d.). Disponível em: <http://www.academia.edu/1499451/_Ius_hospitii_y_Ius_civitatis_>. Acesso em: 19 fev. 2015.

CHRISTO, J. d. **Viagem de hum peregrino a Jerusalem, e visita que fez aos lugares santos, em 1817**. Lisboa: Impressão de Eugenio Augusto, 1831.

CINTRA, S. d. **Efemérides de São João del-Rei**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, v. 2.

CML. Câmara Municipal de Lisboa. **História dos Mosteiros, Conventos e casas religiosas de Lisboa na qual se dá notícia da fundação e fundadores das instituições religiosas, igrejas, capelas e irmandades desta cidade**. Lisboa: Oficinas da Gráfica Santelmo, 1950-1972.

COELHO, G. J. Em torno dos espaços religiosos: monásticos e eclesiásticos. **Glossário Monástico-Beneditino**. Porto, 2005. pp. 193-207. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8082.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

COMISSARIADO DA TERRA SANTA. A Obra Pia da Terra Santa e os Comissariados da Terra Santa (História e Natureza Jurídica). In: SANTA, C. d. **Relatório do Comissariado da Terra Santa em Portugal 1959-1960**. Braga: Tip. Editorial Franciscana, 1971.

_____. **Presença Franciscana**. s.d.a. Disponível em: <<http://www.comissariadoterrasanta.com.br/presenca-franciscana>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

_____. **História**. s.d.b. Disponível em: <<http://www.comissariadoterrasanta.com.br/historia>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

_____. A Obra Pia da Terra Santa e os Comissariados da Terra Santa (História e Natureza Jurídica). In: **Relatório do Comissariado da Terra Santa em Portugal: anos de 1969 e 1970**. Braga: Tipografia Editorial Franciscana, 1971.

CONCEIÇÃO, A. **Pequenos na terra, grandes no céu**: Memórias históricas dos religiosos da ordem seráfica. Lisboa: Of. da Música, 1732-1754, v. 1.

_____. **Claustro franciscano, ereto no domínio da coroa Portuguesa, e estabelecido sobre dezesseis venerabilíssimas colunas.** Lisboa: Oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1740.

_____. **Epítome da Província Franciscana da imaculada Conceição do Brasil.** Lisboa: manuscrita, 1730.

CONSTANTINESCU, M. Montanha. Refúgio extremo. In: MONTANDON, A. **O livro da hospitalidade.** São Paulo: SENAC, 2011.

CONTAS. **Contas correntes dos objectos preciosos de ouro, prata e joias que pertenceram aos conventos suprimidos do continente do reino.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1842.

CORREIA, A. M., PEREIRA, A., GODINHO, A., ZÚQUETE, A., FERREIRA, M. & FONSECA, J. **Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.** Lisboa: Editorial Enciclopédia. Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1962, v. 13.

CORTONA, G. d. **Prospecto de la Venerable Serafica Custodia de Tierra Santa.** Guadalajara: Tipografia de Ancira y HNO, Antigua de Rodriguez, 1884.

COSTA LIMA, M. M. **Conceitos e atitudes de intervenção arquitetónica em Portugal (1755-1834).** 2013. Tese (Doutoramento em História) Faculdade de Letras - Departamento de História: Universidade de Lisboa, Lisboa.

COSTA, F. A. & MELLO, J. A. **Anais pernambucanos: 1635-1665.** Recife: Arquivo Público Estadual, 1952.

CRUZ, C. F. **Fazendas do sul de Minas:** arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX. Brasília: Monumenta/IPHAN, 2010.

CUSTÓDIA DA TERRA SANTA. **La custodia de Tierra Santa.** Jerusalém: Ediciones custodia de Tierra Santa, 1981.

DGLAB. **Arquivo Distrital de Santarém.** (s.d). Disponível em: <<http://digitarq.adstr.arquivos.pt/details?id=1006481>>. Acesso em: 5 dez. 2014.

DIAS, G. J. **Mosteiro de Singeverga**: S. Bento da Porta Aberta, 2014. Disponível em:

<<http://www.mosteirodesingeverga.com/blog/files/6244ae637114ac4afcbe53105882ed23-2.html>>. Acesso em 11 dez 2014.

_____. Em torno dos espaços religiosos - monásticos e eclesiásticos. In: **Glossário Monástico-Benedictino**. Porto: IHM-UP, 2005. pp. 193-207.

DIRECTORIO CATÓLICO. **Directorio de la iglesia Católica**. ¿Qué oficio desempeñan los Comisarios de Tierra Santa? 2012. Disponível em: <<http://directoriocatolico.blogspot.com.br/2012/09/que-oficio-desempenan-los-comisarios-de.html>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

DRUMMOND, M. F. **Ouro Preto Cidade em Três Séculos**: Bicentenário de Ouro Preto / Memória Histórica [1711-1911]. 2. ed. Belo Horizonte: Liberdade, 2011.

DUFOURMANTELLE, A. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade**. 1. ed., São Paulo: Escuta (BERLINCK, M. T., & MAGALHÃES, M. C., Eds.), 2003.

DURY, J. V. Psiquiatria: acolher a doença mental. In: MONTANDON, A. **O livro da hospitalidade**. São Paulo: SENAC, 2011.

ENCYCLOPEDIE. **Encyclopedie de a Langue Francaise**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.encyclopedie-universelle.com/>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

FARIA, F. L. Os Capuchinhos em Portugal e no Ultramar Português. Comunicação de 29/06/1979. In: ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA. **Separata dos Anais da Academia Portuguesa da História**. 2. ed. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1981, v. 27.

_____. **Os Barbadinhos Franceses e a Restauração Pernambucana**. Gravura: Pormenor do azulejo do século XVII, com uma vista geral de Lisboa. Coimbra, 1954.

_____ & NEGREIROS, F. d. **Os Capuchinhos em Portugal**: Memória de um cinquentenário (1939-1989). Lisboa: Edição da Província Portuguesa dos Frades Menores Capuchinhos, 1990.

FAZENDA, J. V. **Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921, v. 88. Disponível em: <<http://rememorator.info/?tag=hospicio-jerusalem>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

FIGUEIREDO, A. P. **Os conventos franciscanos da real província da conceição** – análise histórica, tipológica, artística e iconográfica. Tese (Doutorado em História - Arte, Património e Restauro) - Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

FRAGOSO, D. **Velhas ruas do Recife**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971.

FRANCO, R. **Pobreza e caridade leiga**: as Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. **Calouste Gulbenkian Foundation**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.leitura.gulbenkian.pt/index.php?area=rol&task=view&id=30990>>. Acesso em: 9 dez. 2014.

GANDRA, M. J. **O monumento de Mafra visto por estrangeiros. 1716-1908**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.cesdies.net/monumento-de-mafra-virtual/pdfdocs/omdmafravpe.pdf>>. Acesso em 14 dez. 2014.

GENEALL. **António Ramos dos Reis**. Biografia. Disponível em: <http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=2053666>. Acesso em: 14 dez. 2014.

GODI, P. Igreja. A casa de misericórdia. In: MONTANDON, A. **O livro da hospitalidade**. São Paulo: SENAC, 2011.

GONZÁLES, S. R. **Málaga seráfica**. Arquitectura, patrimonio y discurso simbólico de los conventos franciscanos (1485-1835), 2006. Tese (Doutorado em História) – Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Historia del Arte, Universidad de Málaga, Málaga.

GOURINARD, H. Le pèlerinage du Saint-Sépulcre, à l'aube de la Renaissance. In: HOYAUX, M., DEGOUT, B. & SANCHEZ, O. **Trésor du Saint-Sépulcre**. Paris: Silvana Editoriale, 2013.

GRASSI, M.-C. Do albergue ao hotel. In: MONTANDON, A. **O livro da hospitalidade**. São Paulo: SENAC, 2011.

_____. Transpor a soleira. In: MONTANDON, A. **O livro da hospitalidade**. São Paulo: SENAC, 2011.

_____. Uma figura da ambiguidade e do estranho. In: MONTANDON, A. **O livro da hospitalidade**. São Paulo: SENAC, 2011.

GUERRA, F. **Nordeste**: Um Século de Silêncio (1654-1755). 1ª Ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1984.

GUILLAUME, P. Hospital. Entre o técnico e o humano. In: MONTANDON, A. **O livro da hospitalidade**. São Paulo: SENAC, 2011.

HISTÓRIA DOS MOSTEIROS, c. e. **História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa na qual se dá notícia da fundação e fundadores das instituições religiosas, igrejas, capelas e irmandades desta cidade**: Combiografias, descrição de ornatos e imagen e indicações... Lisboa: Oficinas da Gráfica Santelmo, 1950, v. 1.

IGHBA. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico de Bahia**. Salvador, 1978, v. 87-88.

IGLESIAS, T. C. Fontes franciscanas: historiografia clássica. **Revista HISTEDBR On-line**, mar./2011, n. 41. pp. 125-135.

IHGB. Instrução para o governo da capitania de Minas Geraes. In: COELHO, J. J. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1852, v. 15 - 3ª Série.

IHRU; IGESPAR. KITS Património: KIT05. **Património arquitectónico**: Edifícios conventuais capuchos. Lisboa, 2010, v. 1.

IHRU; SIPA. Catedral de Lisboa / Sé de Lisboa / Igreja Paroquial da Sé Patriarcal / Igreja de Santa Maria Maior. **Monumentos.pt**. (s.d.). Disponível em: <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2196>. Acesso em: 12 dez. 2014.

IMPrensa Oficial de Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, 1912, v. 17. p. 327.

INFANTE, S. Evolução Histórico-Iconográfica do Convento de S. Francisco da Cidade. **Revista de História, Estética e Fenomenologia da Arquitetura e do Urbanismo do GEHA**, v. 1, jul./1998.

IPHAN; IEPHA; FJP. Plano de conservação, valorização e desenvolvimento: Ouro Preto - Mariana. **Dossier OP/91 1973-1975**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1973-1975.

JABOATÃO, A. d. **Novo Orbe Seráfico Brasílico**. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, 1858-1862. Impressa em Lisboa em 1761 e reimpressa por ordem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. v. 2. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182923>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

JESUS MARIA, J. d. **Espelho de Penitentes e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arabida**. Lisboa: J.A. da Sylva, 1737.

JUANIZ, N. P. **La Tierra Santa y los Franciscanos**. Jerusalém: Imprenta de los P.P. Franciscanos, 1952.

LÉONARD-ROQUES, V. Mitos. Relatos e olhares dos deuses. In: MONTANDON, A. **O livro da hospitalidade**. São Paulo: SENAC, 2011.

LISBOA, B. d. **Annaes do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e Ca, 1834. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242739>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

LOPES, F. F. **Coletânea de Estudos de História e Literatura**. Fontes Históricas e Bibliografia Franciscana Portuguesa. Lisboa: A.P.H, 1997, v. 1.

LOYA, D. V. Las misiones franciscanas en Chihuahua pistas y referencias para su investigación. **Cuadernos de Investigación**. México: Unidad de Estudios Históricos y Sociales - Extensión Chihuahua; Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, 2004, v. 3.

MACEDO, F. d. **O Brasil religioso**. Bahia: Imprensa Oficial, 1920.

MACEDO Joaquim M. **Um passeio pelo Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/159703612/Um-Passeio-Pela-Cidade-Do-Rio-de-Janeiro>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

MALTEZ, J. A. **Um país de frades**: José Adelino Maltez. (s.d.). Disponível em: <<http://maltez.info/respublica/portugalpolitico/acontecimentos/1834.htm>>. Acesso em 11 dez. 2014.

MARTINEZ, A. **Naturaleza y fines de los hospicios**. ITAM Estudios (filosofia-história-letras), out. 1986.

MATOS, A. d. **Minde**: Hospício de Sant'Ana da província da Arrábida. Odivelas: Oficina Tipografica Particular de João Madeira Martins, 1991.

MATTOS, C. Cunha Mattos. **Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhao, pelas provincias de Minas Geraes e Goiaz**: seguido de huma descripção chorographica de Goiaz, e dos roteiros desta Provincia ás de Mato Grosso e S. Paulo. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1836, v. 1.

Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=CwVLAQAAIAAJ>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

MENDES, R. **Patrimônio religioso da região de Lisboa**. Freguesias de Lisboa (1): Mercês, 2011. Disponível em: <<http://patrimonioreligiosolisboa.blogspot.com.br/2011/06/freguesias-de-lisboa-1-merces.html>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

MENDES, R. M. **História e Arte no Período Barroco**. O Padroado do Hospício de Sant'Ana, em Minde (1757), 2011. Disponível em: <<http://historia-e-arte-barroca.blogspot.com.br/2011/06/o-hospicio-de-santana-em-minde.html>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

MENEZES, Ivo Porto de. Documentação referente a Minas Gerais existente nos Arquivos Portugueses. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1975, v. 26.

MONTALVERNE, J. Presença da cultura Luso-brasileira na Terra Santa hoje estado de Israel. In: LISBOA, S. d. **Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**. Out.-dez. 1968. Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa, 1969.

MONTANDON, A. **O livro da hospitalidade**. São Paulo: SENAC, 2011.

_____, A. Prefácio. Espelhos da hospitalidade. In: MONTANDON, A. **O livro da hospitalidade**. São Paulo: SENAC, 2011.

MONTENEGRO, S. C. **ARBIL, anotaciones de pensamiento y critica**. La Caridad en la historia de la Iglesia: 2000 años de servicio. 2014. Disponível em: <[http://www.arbil.org/\(41\)cari.htm](http://www.arbil.org/(41)cari.htm)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

MORAES, A. J. **Chronica geral e minuciosa do Imperio do Brazil desde a descoberta do Novo Mundo ou América até o anno de 1879 pelo Dr. Mello Moraes (A.J. de)**. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1879.

MORAES, G. D. **O Aleijadinho de Ouro Preto**. São Paulo: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 1977.

MOREIRA, R. Conhecer Portugal. In: BUENO, B. P. **Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)**. 1. ed. São Paulo: Edusp, FAPESP, 2011.

NEW ADVENT. **The Catholic Encyclopedia**. Commissariat of the Holy Land. (s.d.). Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/04164a.htm>>. Acesso em: 6 dez 2014.

NUNES, Antônio Duarte. ALMANACK. Histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Memoria da fundação do Hospício de Jerusalém, extrahida do archivo do mesmo Hospício. **IHGB, Revista do IHGB**. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, v. 21. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

NUNES, L. Terrasanta.net. **A Custódia da Terra Santa**. (s.d.). Disponível em: <http://terrasanta.net/tsx/articulo-rivista.jsp?wi_number=3810&wi_codseq=PT1200>. Acesso em: 5 dez 2014.

OFM. **Os Comissariados da Terra Santa**. (s.d.). Disponível em: <<http://pt.custodia.org/default.asp?id=3421>>. Acesso em: 6 dez 2014.

_____. **Custódia Terræ Sanctæ**. O período de fundação da Custódia da Terra Santa (1217-1342). (s.d.a). Disponível em: <<http://pt.custodia.org/>>. Acesso em: 6 dez. 2014

_____. **Custódia Terræ Sanctæ**. (s.d.b). Disponível em: <<http://pt.custodia.org/default.asp?id=977>>. Acesso em: fev. 2014.

_____. **Custódia Terræ Sanctæ**. O papel do Custódio para a Terra Santa. (s.d.c). Disponível em: <<http://pt.custodia.org/default.asp?id=3568>>. Acesso em: 6 dez. 2014

_____. **Custódia Terræ Sanctæ**. Casa Nova de Jerusalém. (s.d.d). Disponível em: <<http://pt.custodia.org/default.asp?id=1833>>. Acesso em: 6 dez. 2014.

_____. **Custódia Terræ Sanctæ**. A visita dos peregrinos à Custódia. (s.d.e). Disponível em: <http://pt.custodia.org/default.asp?id=3551>>. Acesso em: 6 dez 2014.

_____. **Custódia Terræ Sanctæ**. Período de organização. (s.d.f). Disponível em: <http://pt.custodia.org/default.asp?id=2665>>. Acesso em: 6 dez. 2014.

_____. **Custódia Terræ Sanctæ**. Os Comissariados da Terra Santa. (s.d.g). Disponível em: <<http://pt.custodia.org/default.asp?id=3421>>. Acesso em: 6 dez. 2014.

_____. **Christusrex.org**. Faculty of Biblical Sciences and Archeology / Studium Biblicum Franciscanum. (s.d.h). Disponível em: <<http://www.christusrex.org/www1/ofm/sbf/SBFmenu.html>>. Acesso em: 9 dez. 2014.

_____. **Franciscanos**. Nossa História. (s.d.h). Disponível em: http://www.franciscanos.org.br/?page_id=794>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. **Terrasanta**. Centro Educacional Terra Santa. Acolhendo e educando para a vida. (s.d.i). Disponível em: <<http://www.terrasanta.org.br/quemsomos>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

OSB. **Regra do glorioso Patriarca São Bento**. Rio de Janeiro: Mosteiro de São Bento, 2014. Disponível em: <<http://www.osb.org.br/regra.html>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

PARÓQUIA SÃO NICOLAU. **Paróquias de São Nicolau e Santa Maria Madalena**. Igreja de São Nicolau. Património. (s.d.). Disponível em: <<http://www.paroquiasaonicolau.pt/patrimonio>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

PÉROL, C. Caridade. Amar e agir. In: MONTANDON, A. **O livro da hospitalidade**. São Paulo: SENAC, 2011.

_____. Viagem ao Interior do Brasil. In: BERTRAND, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central**. 1819, p. 302. Disponível em:

<http://www.pirenopolis.tur.br/arquivo/historia_da_terra.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2014.

PRIMEIRO, F. M. **Capuchinhos em Terras de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

PT/TT/MF. **Auto de Posse**. Hospício da Comissão Geral da Terra Santa. Ministério das Finanças. Lisboa: ANTT, (s.d.).

REBELO, T. **O Império dos Homens Bons**. Alfragide: Edições ASA II, 2013.

RIBEIRO, R. Aleijadinho: escolaridade e primeira obra. Isto é Inconfidência. **Boletim informativo do museu da Inconfidência**. Ano XIV, 2012. <http://www.museudainconfidencia.gov.br/ver_pdf.php?area=isto_e&campo=codigo&valor=17&tipo=arquivo>. Acesso em: 19 fev. 2015.

RODRIGUES, M. S. **Os (in)voluntários da Pátria na guerra do Paraguai: a participação da Bahia no conflito**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

RÖWER, B. **Páginas de história franciscana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1941.

_____. **A ordem franciscana no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1942.

_____. **O convento Santo Antônio do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

RUAS, E. **Ouro Preto: sua história, seus templos e monumentos**. Minas Gerais, 1950.

RUDERS, C. I. **Viagem em Portugal: 1798-1802**. Biblioteca Nacional de Portugal, 2002, v. 1.

SAINT-HILAIRE, A. d. **Viagens às Nascentes do rio São Francisco e pela Província de Goiás**. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, v. 78. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-as-nascentes-do-rio>>

sao-francisco-e-pela-provincia-de-goias-2-vol/pagina/53/texto>. Acesso em: 14 jul. 2014.

SAMPAIO, W. V. Usina de letras. Artigos. **Pequeno guia das antigas ruas do Recife**. Separata do artigo “Torre Malakoff”, 2006. Disponível em: <<https://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=41703&cat=Artigos>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

SANCTAS, F. M. **Clamores feitos ao ceo, suspiros dados na Terra Santa de Jerusalem**. Porto: Officina Protetya Episcopal / Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa (1755), 1739.

SANTIAGO, T. **Os capuchinhos em Minas Gerais**: subsídios históricos. Belo Horizonte: Santa Edwirges, 1977.

SANTO ANTÔNIO, J. B. **Paraíso Seráfico Plantado nos santos lugares da redenção**. Lisboa: Oficina de Domingos Gonçalves, 1741.

SILVA, F. C. **Vidas Lusófonas**. Infante D. Pedro. (s.d.). Disponível em: <http://www.vidaslusofonas.pt/infante_d_pedro.htm>. Acesso em: 9 dez. 2014.

SOTTOMAYOR, M. **Extinção das ordens religiosas em Portugal**. Braga: Typographia Lusitana, 1889.

SOUZA, J. J. **Esboço de hum diccionario jurídico, theoretico e practico, remissivo às leis compiladas, e extravagantes**. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1827, v. 2.

TCHAMKERTEN, A. **A presença dos Gulbenkian em Jerusalém**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

TEIXEIRA, C. M. **Franciscanos**. Província Santa Cruz. (s.d.). Disponível em: <<http://www.ofm.org.br/informaximo/arquivo/download.asp?arquivo=158>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

TETTEROO, S. **A Ordem dos Frades Menores no Brasil**. Resumo Histórico Chronológico 1500-1924. São João Del Rey: Typ. Acção Social, 1924.

TITTON, G. Publicação do Epítome da Província da Imaculada Conceição do Brasil. Terminologia Franciscana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 296, jul.-set. de 1972.

TITTON, o. G. A reforma da Província Franciscana da Imaculada Conceição. (1738-1740). A pastoral da reforma. **Revista de História**, n. 87, 1971. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/index.php/edicoes/127-rh-87>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

TOLEDO, B. L.. **Algumas considerações sobre o trabalho de Jair Inácio: o maior restaurador do Brasil**. Projeto, v. 47, pp. 12-18, 1983.

TOLEDO, B. L. **Esplendor do Barroco Luso-brasileiro**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

TORRINHA, F. **Dicionário Latino-Português**. 2. ed. Porto: Domingos Barreira, 1936.

TRINDADE, R. **São Francisco de Assis de Ouro Preto**. Crônica narrada pelos documentos da ordem. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1951.

UAB. **La Noche del 25 de julio dentro de los claustros**. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 1915-1917, v. 3.

UNL / FCSH / CHAM. **Antropónimos**. Afonso, D. (s.d.) Disponível em: <<http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?idConceito=645&type=concept>>. Acesso em: 9 dez. 2014.

VASCONCELLOS, S. d. **Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

VASCONCELOS, A. M. **Nobreza e ordens militares: relações sociais e de poder (Séculos XIV a XVI)**. 2008. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto, v. 2. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/9376>>. Acesso em: 9 jan. 2015.

VAUCHEZ, A. La Custodie franciscaine de Terre sainte et lès puissances politiques européennes (XIVe - XXe siècles). In: HOYAUX, M., DEGOUT, B. & SANCHEZ, O. **Trésor du Saint-Sépulcre**. Ouvrage publié à l'occasion de l'exposition. Paris: Silvana Editoriale, 2013.

VERON-DENISE, D. Les envois d'ornements liturgiques en Terre sainte. In: HOYAUX, M., DEGOUT, B. & SANCHEZ, O. **Trésor du Saint-Sépulcre**. Paris: Silvana Editoriale, 2013.

VIEGAS, A. **Notícia de São João del-Rei**. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

VILLARES, A. **As ordens religiosas em Portugal nos princípios do séc. XX**. 1995. Resumo de Dissertação (Mestrado em História Moderna) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6363.pdf>>. Acesso em 7 dez. 2014.

VITERBO, J. d. **Elucidário das palavras**: termos e frases ... Lisboa: Typographia Regia Silviana, 1798.

VOLTAGGIO, M. **Xenodochia and Hospitia in Sixth-Century Jerusalem Indicators for the Byzantine Pilgrimage to the Holy Places**. 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/1036908/Xenodochia_and_Hospitia_in_Sixth-Century_Jerusalem_Indicators_for_the_Byzantine_Pilgrimage_to_the_Holy_Places>. Acesso em: 5 dez 2014.

WILLEKE, F. V. **Franciscanos na História do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.

ZIMERMAN, D. E. **Etimologia de Termos Psicanalíticos**. Artmed, 2012.

Crítérios de Transcrição

Optou-se por conservar a grafia e a pontuação original das fontes. Eventuais alterações às mesmas surgem entre colchetes.

Lista de Abreviaturas

AHU-CU – Arquivo Histórico Ultramarino / Conselho Ultramarino

ANTT Arquivo Nacional Torre do Tombo

APM – Arquivo Público Mineiro

IPHAN - Instituto do Patrimônio Artístico Nacional

ofm – Ordem dos frades menores

PT/TT/HTS – Portugal / Torre do Tombo / Hospício da Terra Santa - nível de descrição: Fundo

Fontes Manuscritas

AHU-CU – Arquivo Histórico Ultramarino / Conselho Ultramarino

ANTT Arquivo Nacional Torre do Tombo

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/TT/HTS

DATAS DE PRODUÇÃO: 1630-00-00 a 1832-00-00

DIMENSÃO E SUPORTE: 58 liv., 38 mç.; papel.

ENTIDADE DETENTORA: Arquivo Nacional Torre do Tombo

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA/BIOGRÁFICA/FAMILIAR: Também designado por Hospício da Terra Santa e por Hospício de Lisboa.

ÂMBITO E CONTEÚDO: Contém registos de contas, provisões régias, patentes, breves, causas forenses, requerimentos, memórias, livros de esmolas e contas, de assento do pagamento das respectivas anuidades, de copiador de cartas, de várias lembranças, de registro dos religiosos e síndicos, de inventário dos esmoleres e o livro do inventário do Hospício da Terra Santa, livro das posses dos comissários e ajuste de contas, dos dízimos da chancelaria dos coutos e cidades, dos irmãos, das pescarias vendidas em Sesimbra.

APM – Arquivo Público Mineiro

IPHAN – Instituto do Patrimônio Artístico Nacional – Superintendencia Minas Gerais / Pasta Sabará